

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: MARKETING E CADEIAS PRODUTIVAS

THAIS ISIDORO GONÇALVES

**A RELAÇÃO ENTRE NORMAS SOCIAIS E ESTILOS PARENTAIS NA
INTRODUÇÃO ALIMENTAR INFANTIL**

Apoio: CAPES

MARINGÁ
2026

THAIS ISIDORO GONÇALVES

**A RELAÇÃO ENTRE NORMAS SOCIAIS E ESTILOS PARENTAIS NA
INTRODUÇÃO ALIMENTAR INFANTIL**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração, do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá, na Linha de Marketing e Cadeias Produtivas.

Orientador: Prof. Dr. Juliano Domingues da Silva

Apoio: CAPES
ODS Contempladas: 3, 12

MARINGÁ
2026

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

G635r

Gonçalves, Thais Isidoro

A relação entre normas sociais e estilos parentais na introdução alimentação infantil /
Thais Isidoro Gonçalves. -- Maringá, PR, 2026.
117 f. : il. color., figs., tabs.

Orientador: Prof. Dr. Juliano Domingues da Silva.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências
Sociais Aplicadas, Departamento de Administração, Programa de Pós-Graduação em
Administração, 2026.

1. Comportamento do consumidor. 2. Normas sociais. 3. Estilos parentais. 4.
Introdução alimentar. 5. Consumo alimentar. I. Silva, Juliano Domingues da, orient. II.
Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento
de Administração. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDD 23.ed. 658.834

Elaine Cristina Soares Lira - CRB-9/1202



ATA DE DEFESA PÚBLICA


Aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às catorze horas e trinta minutos, realizou-se presencialmente e por videoconferência com o convidado externo, em conformidade com o Ato Executivo 004/2020-GRE e a Res. 003/2020-CEP, a apresentação do Trabalho de Conclusão, sob o título: “A relação entre normas sociais e estilos parentais na introdução alimentar infantil”, de autoria de **THAIS ISIDORO GONÇALVES**, aluna(o) do Programa de Pós-Graduação em Administração (Mestrado) – Área de Concentração: Organizações e Mercado. A Banca Examinadora esteve constituída pelos docentes: Dr. Juliano Domingues da Silva (presidente); Dr. Marcelo Moll Brandão (membro examinador externo – PPA/UFES); e Dr. Vitor Koki da Costa Nogami (membro examinador do PPA).

Concluídos os trabalhos de apresentação e arguição, a banca examinadora faz constar a(o) candidata(o) a condição de: Aprovada(o); Aprovada(o) com correções; Reprovada(o) pela Banca Examinadora. E, para constar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pelo coordenador e pelos membros da Banca Examinadora.

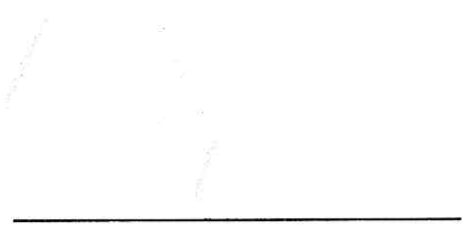
OBS: Esta ata não vale como certificado de conclusão do curso de pós-graduação em Administração. A obtenção da titulação de mestre em Administração está condicionada ao depósito da versão definitiva em PDF e não editável, com todas as correções feitas e atestadas pelo orientador, com a ficha catalográfica da BCE/UEM, no prazo máximo estabelecido no regimento do Programa, de acordo com a condição de aprovação.

EM TEMPO: Houve alteração no título da dissertação? Se sim, descrever aqui:

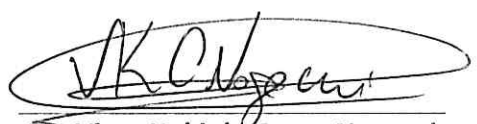
Maringá, 5 de março de 2026.



Dr. Juliano Domingues da Silva
(Presidente)



Dr. Marcelo Moll Brandão
(membro examinador externo – PPA/UFES)



Dr. Vitor Koki da Costa Nogami
(membro examinador do PPA)



Dr. José Paulo de Souza
(coordenador do PPA)

AGRADECIMENTOS

A realização desta pesquisa representa mais do que a conclusão de uma etapa acadêmica, simboliza um processo de crescimento pessoal, profissional e intelectual que só foi possível graças ao apoio de pessoas que estiveram presentes ao longo desta trajetória. Agradeço, inicialmente, à Universidade Estadual de Maringá, pela oportunidade de desenvolvimento acadêmico e pela estrutura oferecida ao longo do curso, que possibilitou a construção deste trabalho. Aos professores do programa, que contribuíram direta e indiretamente para minha formação, ampliando meu olhar crítico e incentivando reflexões que foram fundamentais para o desenvolvimento desta dissertação. Em especial aos professores Francisco Giovanni, Olga, Cleiciele e Vitor, além de educadores foram incentivadores ao longo do meu percurso.

Ao meu orientador Juliano, pela confiança depositada, pela condução cuidadosa do processo de pesquisa e pelas contribuições fundamentais ao amadurecimento deste estudo, minha sincera gratidão. Sua orientação e suporte foi essencial não apenas para a realização deste trabalho, mas também para minha formação como pesquisadora.

Aos meus amigos desde a graduação (Carolina, Karina e José Lener), que estiveram presentes ao longo desta jornada, oferecendo apoio, escuta e incentivo nos momentos mais desafiadores. Aos amigos que fiz ao longo do mestrado e que estiveram presentes em momentos desafiadores e colaborativos (João Otávio e Marcela), fizemos trabalhos incríveis juntos e espero que o futuro reserve mais flores para prosperarem de nossa parceria. A jornada se tornou mais leve e acolhedora com vocês ao meu lado.

À minha família (Viviane, Rogério, Luis e Arthur), por todo o suporte, compreensão e incentivo durante este percurso. Obrigada por acreditarem em mim, mesmo nos momentos em que eu mesma duvidei. Mesmo a distância vocês sempre estão comigo.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para que este trabalho se tornasse possível. Aos participantes da pesquisa, que gentilmente disponibilizaram seu tempo e compartilharam suas experiências, tornando possível a realização deste estudo. Em especial as minhas amigas Jéssica e Tainara que são mães incríveis e serviram de inspiração para este estudo.

“Os caminhos não estão feitos, é andando que cada um de nós faz o seu próprio caminho. A estrada não está preparada para nos receber, é preciso que sejam nossos pés a amarrar o destino, objetivos ou o que quer que seja.”

José Saramago.

RESUMO

A alimentação nos primeiros anos de vida é determinante para o crescimento saudável e para a formação de hábitos duradouros. Entretanto, as decisões parentais sobre a introdução alimentar não se restringem ao conhecimento nutricional, sendo atravessadas por normas sociais subjetivas — injuntivas e descritivas — que orientam percepções sobre o que os pais devem fazer e o que a maioria efetivamente faz. Esta dissertação analisa a relação entre normas sociais e estilos parentais na alimentação infantil, sob a perspectiva do comportamento do consumidor e da Administração. O estudo adota abordagem de métodos mistos. Na etapa quantitativa, aplicou-se o Questionário de Estilos Parentais na Alimentação (QEPA) juntamente com escala fundamentada em Cialdini, Reno e Kallgren (1991), com amostra de 210 pais de crianças entre seis meses e sete anos. Na etapa qualitativa, realizou-se entrevistas em profundidade com pais/responsáveis, analisadas por meio de análise temática. Os resultados indicam que normas injuntivas apresentam maior associação com os estilos parentais do que normas descritivas saudáveis, evidenciando o peso do julgamento social e da expectativa moral na organização das práticas alimentares, especialmente entre mães. Observa-se ainda que normas descritivas e injuntivas não saudáveis contribuem para a legitimação social do consumo de alimentos ultraprocessados, mesmo diante de recomendações oficiais. A integração dos achados revela que as normas sociais não operam de forma homogênea, mas são interpretadas, negociadas e, por vezes, resistidas conforme capital cultural, arranjos familiares e condições materiais. Conclui-se que intervenções voltadas à promoção da alimentação saudável infantil devem considerar o ambiente normativo no qual os pais estão inseridos, articulando estratégias que reduzam a culpabilização moral e fortaleçam suporte e autoeficácia parental.

Palavras-chave: introdução alimentar; normas sociais; estilos parentais; consumo alimentar; comportamento do consumidor.

ABSTRACT

Early childhood feeding plays a crucial role in healthy growth and the formation of long-term dietary habits. However, parental decisions regarding complementary feeding extend beyond nutritional knowledge and are shaped by subjective social norms — injunctive and descriptive — that guide perceptions about what parents should do and what most people actually do. This dissertation investigates the relationship between social norms and parenting styles in child feeding from a consumer behavior and management perspective. A mixed-methods design was employed. Quantitatively, the Parental Feeding Styles Questionnaire (QEPA) was applied alongside a social norms scale grounded in Cialdini, Reno, and Kallgren (1991), with a sample of 210 parents of children aged six months to seven years. Qualitatively, in-depth interviews were conducted and analyzed through thematic analysis. Findings indicate that injunctive norms show stronger associations with parenting styles than healthy descriptive norms, highlighting the role of moral expectations and social judgment — particularly toward mothers — in shaping feeding practices. Descriptive and injunctive unhealthy norms contribute to the social legitimization of ultra-processed food consumption, even in the presence of official dietary guidelines. Integrating quantitative and qualitative evidence demonstrates that social norms operate dynamically: they are interpreted, negotiated, and sometimes resisted depending on cultural capital, family arrangements, and material constraints. The study concludes that interventions promoting healthy child feeding should move beyond information-based approaches and consider the broader normative environment, reducing moral blame while strengthening parental support and self-efficacy.

Keywords: complementary feeding; social norms; parenting styles; consumer behavior; child food consumption; healthy eating.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estilos Parentais de Alimentação (QEPA)	28
Quadro 2 - Avaliação tipológica do QEPA	29
Quadro 3 – Assertivas da Escala de Estilo Parental para QEPA	33
Quadro 4 – Assertivas da Escala de Normas Sociais	35
Quadro 5 – Integração de Objetivos, Fontes de Dados e Análises	40

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Associação entre Normas Descritivas Saudáveis e Estilos Parentais	58
Figura 2 - Associação entre Normas Descritivas Não-Saudáveis e Estilos Parentais	59
Figura 3 - Associação entre Normas Injuntivas Saudáveis e Estilos Parentais	60
Figura 4 - Associação entre Normas Injuntivas Não-Saudáveis e Estilos Parentais	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Perfil dos Respondentes	42
Tabela 2 - Estatísticas Descritivas do Perfil dos Filhos	43
Tabela 3 - Frequência do Perfil das Crianças	44
Tabela 4 - Tipo de Alimentação nas Escolas Particulares	45
Tabela 5 - Análise Fatorial Exploratória das Normas Sociais	46
Tabela 6 - Análise Fatorial Exploratória dos Estilos Parentais	48
Tabela 7 - Frequência de Estilos Parentais	49
Tabela 8 - Normas Sociais Descritiva Saudáveis	50
Tabela 9 - Normas Sociais Descritiva Não-Saudáveis	51
Tabela 10 - Normas Sociais Injuntivas Saudáveis	51
Tabela 11 - Normas Sociais Injuntivas Não-Saudáveis	52
Tabela 12 - Associação entre Normas Sociais, Características Sociodemográficas e Estilos Parentais	54
Tabela 13 - Perfil dos Respondentes	63

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 Consumo	17
2.2 Normas Sociais	21
2.3 Estilos Parentais na Alimentação	25
3 METODOLOGIA	32
4 PESQUISA QUANTITATIVA	42
4.1 Perfil da amostra	42
4.2 Estilos Parentais e Normas Sociais	45
5 PESQUISA QUALITATIVA	63
5.1 Perfil dos participantes	63
5.2 Análise temática	65
5.2.1 Normas injuntivas como pressão: questionamento, cobrança e culpa parental	67
5.2.2 Resistência à pressão: autoridade parental, imposição e convicção informada	68
5.2.3 Normas injuntivas, gênero e trajetória parental: diferenças na experiência de julgamento	69
5.2.4 Idade da criança e intensidade da interferência: a pressão é maior na introdução alimentar	70
5.2.5 Normas descritivas e rotinas: “o que todo mundo faz”, o ideal vs. o prático e a vida real	70
5.2.6 Modelagem social, autoridade e a influência dos pais: hábitos, consistência e estilos parentais	72
5.2.7 Arranjos familiares, guarda compartilhada e múltiplos ambientes normativos	73
5.2.8 Mídia, marketing, saúde e rede social: agentes externos e materialidade do consumo	74
5.4 Integração entre resultados quantitativos e qualitativos	76
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	86
APÊNDICE 1 - Termo de Consentimento do Questionário Quantitativo	92
APÊNDICE 2 - Questionário Quantitativo	95
APÊNDICE 3 - Termo de Consentimento do Roteiro Qualitativo	99
APÊNDICE 4 - Roteiro Qualitativo	103
APÊNDICE 5 - Gráficos e Tabelas	105

1 INTRODUÇÃO

O consumo é inerente ao ser humano. Desde o nascimento, o recém nascido já é um ser consumidor do serviço hospitalar, dos itens necessários para exames, banhos e vestuário. Mas as crianças não nascem com habilidades de consumo na memória, elas aprendem a serem consumidoras (Solomon, 2016). O processo de socialização do consumidor tem início com o contato com familiares, amigos, professores e, com bastante influência nos dias atuais, da mídia (Solomon, 2016). Ademais, o consumo mais importante nos primeiros momentos da vida é a alimentação.

A alimentação é o pilar crucial para o bom desenvolvimento humano. É dever dos responsáveis pela criança garantir uma alimentação equilibrada e adequada às necessidades nutricionais (Brasil, 2021). No entanto, essas decisões não ocorrem de forma isolada e controlada pelos responsáveis, sendo impactadas por diversos fatores socioculturais, incluindo pressões familiares, influências midiáticas e normas sociais estabelecidas (Dias; Freire; Franceschini, 2010).

Quando a alimentação é inserida nos primeiros meses de vida da criança, influencia diretamente a formação de hábitos alimentares que podem se estender por toda a vida, sendo um dos períodos mais críticos no desenvolvimento infantil (Brasil, 2021). A literatura sobre comportamento do consumidor destaca que as decisões alimentares são moldadas por fatores individuais e por dinâmicas sociais e culturais (Foxall, 2005), sendo multideterminado por elementos inatos, como contexto familiar e escolar, questões socioeconômicas e culturais, tendo relação direta com o comportamento alimentar da criança (Santos; Coelho; e Romano, 2020). Pais e responsáveis frequentemente enfrentam desafios ao tentar equilibrar recomendações nutricionais com expectativas externas, especialmente em ambientes onde o consumo de alimentos ultraprocessados é amplamente incentivado (Solomon, 2016).

Um estudo realizado no ano de 2022 pela empresa VR para analisar onde os trabalhadores gastam o vale-alimentação mensalmente, mostrou que os alimentos mais comprados no supermercado são os ultraprocessados que ocupam o primeiro lugar (22%), seguido por frutas, legumes e verduras (19%), leites e iogurtes (13%) e grãos (9%). Refrigerantes e bebidas prontas estão em quinto lugar, empatados com

as proteínas (Maia, 2023). Nessa perspectiva, nas últimas décadas foi notável o crescimento de linhas de produtos infantis em marcas já consolidadas no mercado de ultraprocessados. Marcas como Danone e Nestlé competem em um cenário alimentar com fórmulas, produtos para introdução alimentar, produtos para suplementação alimentar e lanches infantis. O posicionamento das marcas é direcionado aos pais com rotinas corridas e que prezam pelo bem-estar e saúde dos filhos consumindo seus produtos.

A Nestlé tem em seu site uma aba específica para os alimentos infantis como o Mucilon, Nestonutri, Neslac, Nanlac e Nancare, cada um com um mix de produtos para atender as demandas de cada fase do desenvolvimento infantil (Nestlé, s.d.). Navegando no site é possível encontrar a posição da marca com a responsabilidade de seus produtos e suporte ao aleitamento infantil, que leva em consideração as leis brasileiras e as recomendações da OMS, onde indicam a cartilha da Organização Mundial da Saúde.

Já a Danone entrou no mercado de alimentos infantis em 2007, após a compra de uma empresa que já trabalhava no setor. Hoje apresenta em seu portfólio fórmulas infantis, compostos lácteos, complementos, suplementos e necessidades alimentares específicas, com um portfólio de 200 produtos voltados para o público infantil. Além disso, possuem uma indústria na França para o estudo e desenvolvimento de novos produtos infantis para suas linhas de produtos (Danone, s.d.).

Com essas duas grandes marcas liderando o mercado (Nestlé com o Nan, Danone com o Aptamil), a confiança dos pais sobre essas marcas cresce junto com o crescimento das crianças. Sendo assim, nos primeiros dias de vida a criança tem contato com a fórmula alimentar, e após a introdução alimentar, os pais ofertam produtos ultraprocessados dessas marcas, pois já estreitaram os laços de confiabilidade. Esse início de vida alimentar não saudável molda as decisões alimentares e saúde do futuro adulto.

Nesse contexto, o estudo busca entender como os intermediários culturais de consumo influenciam as decisões parentais na introdução alimentar saudável para os filhos? Tendo como objetivo geral analisar a relação entre normas sociais e estilos parentais e como isso ocorre.

Dentre os objetivos específicos, destacam-se:

- (i) Mensurar as relações entre as normas sociais e os estilos parentais de alimentação;
- (ii) Compreender as percepções e experiências dos pais em relação às normas sociais e estilos parentais na alimentação da criança;
- (iii) Integrar os resultados quantitativos e qualitativos.

A introdução alimentar trata-se então de um dos pilares fundamentais para a promoção da saúde e do bem-estar, com impactos diretos no crescimento, nas funções cognitivas e na formação das preferências alimentares futuras. Este assunto é tão relevante que no ano de 2021 o Ministério da Saúde aprovou e criou o Guia Alimentar para Crianças Menores de 2 anos para nortear os pais sobre as necessidades alimentares infantis nos primeiros meses de vida.

De acordo com o Guia (Brasil, 2021), recomenda-se que a criança seja alimentada exclusivamente com leite materno até os seis meses de idade, mantendo a amamentação até, no mínimo, os dois anos. Essa diretriz é respaldada por diversas organizações internacionais de saúde, inclusive a Organização Mundial da Saúde (OMS). A partir do sexto mês, inicia-se a introdução da alimentação complementar, com o objetivo de suprir as necessidades nutricionais da criança, oferecendo fontes adicionais de energia, proteínas, vitaminas e minerais (Dias; Freire; Franceschini, 2010). É importante salientar que a introdução alimentar só acontece na primeira infância, o oferecimento de alimentos após esse período é chamado de reeducação alimentar.

Segundo Dias, Freire e Franceschini (2010), a adoção da introdução alimentar é complexa e tem os fatores culturais (como fatores político-legais, parentes, amigos, religião, trabalho e família) que também influenciam as experiências alimentares da criança desde o nascimento até a estratégia que os pais utilizam para estimular a comer alimentos específicos. Sendo assim, os pais têm uma participação ativa como educadores nutricionais através das interações familiares, pois podem ou não permitir que a criança tenha preferências alimentares condizentes com o Guia Alimentar para Crianças Brasileiras menores de 2 anos.

Ademais, as estruturas familiares estão em constantes modificações nas últimas décadas. A estrutura familiar tradicional composta por uma mãe, pai e irmãos sofre a influência de amigos íntimos e outros parentes que oferecem apoio social e companhia para as famílias (Solomon, 2016). A criança então sofre influência dessas relações intrafamiliares. Para o autor, grupos de pessoas sem parentesco se reúnem com frequência, desenvolvendo laços e exercendo influência mútua, o que pode impactar a criança que está no início da socialização para o consumo. A partir dessas interações, a criança passa a desenvolver suas preferências (Solomon, 2016).

Desse modo, cabe aos pais o papel fundamental de atuarem como educadores nutricionais por meio das interações familiares, uma vez que isso contribui para o desenvolvimento de preferências alimentares alinhadas ao Guia Alimentar para Crianças Brasileiras menores de 2 anos. As estratégias adotadas pelos pais durante as refeições influenciam diretamente o aprendizado infantil sobre o que e quanto comer, fortalecendo o contato com uma alimentação saudável e variada (Ramos; Stein, 2000).

Apesar dos avanços no entendimento sobre a formação de hábitos alimentares na infância, a literatura de comportamento do consumidor ainda carece de estudos que integrem a perspectiva das normas sociais subjetivas com os estilos parentais na alimentação. O comportamento alimentar é também reflexo de posicionamentos sociais e simbólicos, e que as escolhas alimentares das famílias não devem ser julgadas apenas do ponto de vista técnico, mas compreendidas a partir de seu contexto cultural, econômico e afetivo (De Oliveira Abud; Gorisch; De Souza, 2024). O comportamento alimentar infantil, portanto, é moldado por um ecossistema complexo que exige ações integradas e empáticas. E é desse ecossistema que nascem as normas sociais (injuntivas e descritivas).

As normas sociais constituem um mecanismo central de regulação comportamental. Conforme evidenciado na revisão sistemática de Wilson, Delmas e Rajagopal (2025), intervenções baseadas em normas sociais são amplamente utilizadas para modificar comportamentos relacionados ao consumo e desperdício. A literatura distingue normas descritivas (percepção do que os outros fazem) e normas injuntivas (percepção do que os outros aprovam ou desaprovam). Ambas

atuam como atalhos cognitivos que orientam decisões cotidianas, especialmente em contextos de incerteza (Wilson et al., 2025).

Pesquisas em marketing e psicologia do consumidor destacam que as normas injuntivas e descritivas moldam escolhas de consumo desde cedo (Melnyk, Carrillat, Melnyk, 2022; Stok et al., 2016), mas há pouca evidência empírica sobre como essas normas se traduzem em práticas parentais específicas no contexto da introdução alimentar e comportamento do consumidor. É nesse contexto que os estilos parentais podem contribuir para entendermos como as normas sociais impactam nas decisões das famílias.

A literatura sobre estilos parentais na alimentação baseia-se nos eixos de demandingness (exigência) e responsiveness (responsividade), originando quatro estilos principais: autoritativo, autoritário, indulgente e negligente (Ip et al., 2018). Desse modo, estudos em comportamento alimentar reconhecem que os estilos parentais têm efeitos de longo prazo sobre a dieta e a saúde infantil (Beckers et al., 2021; Vaughn et al., 2016), mas ainda não está claro como esses estilos se articulam com as normas sociais vivenciadas pelos pais em diferentes contextos socioculturais. Assim, observa-se uma lacuna para compreender como essas normas sociais influenciam os estilos parentais na alimentação infantil, sobretudo em sociedades onde alimentos ultraprocessados são amplamente disponíveis e legitimados culturalmente.

Avançar nesse debate é relevante por duas razões principais. Primeiro, do ponto de vista prático, compreender essa interação permite desenhar intervenções mais eficazes de apoio aos pais, indo além de recomendações nutricionais genéricas e considerando o ambiente social real em que as decisões são tomadas (Beckers et al., 2021). Terceiro, do ponto de vista social e de políticas públicas, este estudo pode contribuir com evidências que podem subsidiar iniciativas como o Guia Alimentar para Crianças Menores de 2 Anos, fortalecendo estratégias de prevenção da obesidade infantil e de promoção de hábitos alimentares saudáveis em uma fase crítica do desenvolvimento humano (Vaughn et al., 2016; [Guia Alimentar] Brasil, 2021).

Portanto, este estudo justifica-se pela necessidade de aumentar o conhecimento sobre as interações entre a sociedade, cultura e comportamentos

parentais, a fim de promover intervenções que fortaleçam as práticas alimentares saudáveis nos primeiros anos de vida das crianças.

Este estudo adota uma abordagem de métodos mistos, integrando técnicas quantitativas e qualitativas com o objetivo de proporcionar uma compreensão mais abrangente do fenômeno investigado. A combinação dessas abordagens permite não apenas identificar padrões e associações estatísticas entre normas sociais subjetivas e estilos parentais, mas também explorar, em profundidade, os significados, percepções e dinâmicas sociais que orientam as decisões alimentares no contexto familiar. Nesse sentido, a estratégia de métodos mistos possibilita a complementaridade entre os dados, favorecendo tanto a robustez analítica quanto o aprofundamento interpretativo, ao articular evidências numéricas com narrativas dos participantes. Trata-se, portanto, de um desenho de pesquisa que reconhece a complexidade do objeto de estudo e busca superar as limitações inerentes ao uso isolado de abordagens quantitativas ou qualitativas.

Este trabalho está organizado em quatro partes, além desta introdução. Na seção seguinte apresenta-se o referencial teórico, onde primeiramente se discute o consumo, posteriormente, apresentam-se discussões sobre consumo, normas sociais, e, por fim, são discutidos os estilos parentais na alimentação. A terceira seção apresenta os procedimentos metodológicos adotados para a realização do estudo. A quarta seção apresenta os resultados obtidos com a pesquisa e a seção final apresenta as considerações finais do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A alimentação nos primeiros anos de vida representa um pilar essencial para o crescimento saudável e o desenvolvimento integral da criança. Dessa forma, compreender os comportamentos alimentares infantis exige uma análise ampliada, que ultrapasse os aspectos nutricionais e considere as dinâmicas sociais envolvidas na formação desses hábitos.

Neste capítulo, apresenta-se o referencial teórico que fundamenta a presente pesquisa, com o objetivo de oferecer uma base conceitual e crítica para a análise das práticas alimentares na infância. Para tanto, são discutidos três eixos principais: o consumo, entendido como um fenômeno social e simbólico que ultrapassa a simples aquisição de bens; as normas sociais, enquanto processo-chave para a formação de preferências e práticas alimentares; e os estilos parentais, que moldam de forma direta ou indireta as decisões parentais analisadas a partir de uma perspectiva multidimensional que inclui fatores biológicos, emocionais e contextuais.

A partir da revisão de estudos nacionais e internacionais, este capítulo busca articular diferentes olhares teóricos sobre a alimentação infantil, evidenciando a complexidade do tema e a importância de políticas e práticas educativas que considerem a realidade das famílias brasileiras. Assim, o referencial teórico aqui apresentado serve de alicerce para a compreensão crítica dos dados empíricos da pesquisa e para a proposição de intervenções que valorizem o cuidado, a autonomia e a saúde das crianças desde os primeiros anos de vida.

2.1 Consumo

O consumo está vinculado à formação de novas orientações culturais em relação à economia, aos bens e à cultura material, firmando o contrato da sociedade na busca em classificar com base nos consumidores, produtores e vendedores o que consumir com base em sua posição social (Sassatelli, 2007). Os bens de consumo possuem capacidade de carregar e comunicar significados culturais, sendo assim, movem-se em uma trajetória do mundo para o bem e do bem para o indivíduo (McCracken, 2007).

Segundo Isleide Fontenelle (2017), a cultura do consumo está relacionada a imagens, sons, símbolos, marcas e o econômico, sendo a cultura do consumo

materializada em sensações, emoções e experiências. Para a autora, a cultura do consumo está impregnada na cultura da forma-mercadoria, ressignificando os usos dos objetos, hábitos, valores, desejos, paixões e ilusões de uma época. É nessa perspectiva que consumimos os produtos de forma simbólica (Levy, 1959).

Os símbolos atravessam o cotidiano do consumidor sem que ele sequer os perceba. A cada compra, buscam-se conveniência, inadvertência, pressões familiares e sociais, raciocínios econômicos complexos, propagandas e cores atraentes (Levy, 1959), o que faz com que o consumidor esteja imerso em um mar de opções, escolhendo os símbolos que satisfaçam seu desejo imediato. Nós nascemos consumidores e as preferências por marcas e produtos é desenvolvido nos estágios iniciais da vida. Os pais exercem influência nos produtos que os filhos usam, desta forma, os filhos aprendem a serem consumidores com os pais (Solomon, 2016).

O ato de consumir ultrapassa a mera satisfação de necessidades fisiológicas, principalmente quando se trata da alimentação infantil. A alimentação torna-se uma prática social carregada de significados simbólicos, culturais e afetivos, construídos ao longo das relações familiares e sociais. A partir do exposto por De Oliveira Abud, Gorisch e de Souza (2024), percebe-se que as escolhas de consumo alimentares se estruturam com base em disposições sociais adquiridas no seio da família e são influenciadas por fatores como classe social, capital cultural e simbólico. Nesse sentido, o que é consumido, e como é consumido, reflete a posição que os sujeitos ocupam no espaço social. Isso é particularmente relevante no caso das famílias com crianças, em que o consumo de alimentos se torna também uma expressão de cuidado, pertencimento e adequação às normas sociais.

O consumo alimentar infantil configura-se então, na contemporaneidade, como um campo de disputas simbólicas e normativas envolvendo múltiplos atores sociais, como a família, mídia, indústria, Estado e instituições de saúde (Dutra, 2015). A alimentação das crianças torna-se, assim, uma arena de produção e circulação de significados, na qual se tensionam diferentes discursos sobre cuidado, saúde, autonomia e responsabilidade parental (Dutra, 2015). Nesse contexto, evidencia-se um conflito entre a crescente autonomia infantil nas escolhas de consumo e o discurso hegemônico regulador das práticas alimentares, sustentado

por recomendações técnicas, políticas públicas e expectativas sociais sobre o que seria uma “boa” alimentação e uma “boa” parentalidade.

Paralelamente, em um cenário marcado pelo aprofundamento do processo de individualização descrito por Dutra (2015), a família deixa de ser compreendida como uma unidade homogênea de consumo para configurar-se como um conjunto de indivíduos consumidores, portadores de preferências, gostos e identidades próprias. As crianças, especialmente nos segmentos médios urbanos, passam a exercer influência significativa nas decisões de compra do domicílio, participando ativamente da escolha de produtos e marcas. Para a autora, esse movimento é reforçado não apenas pela valorização cultural da autonomia infantil, mas também pelo acesso a recursos financeiros e simbólicos que ampliam sua capacidade de intervenção no mercado, reconfigurando as dinâmicas familiares e os processos de socialização do consumo.

As crianças possuem como um dos meios de aprendizagem a observação, principalmente a observação do que os pais fazem, os imitando em ações e consumo. Com esse entendimento, as empresas estimulam esse processo de consumo fazendo versões infantis de itens destinados a adultos, fazendo com que a lealdade às marcas aconteça desde muito novos, exercendo uma forte influência intergeracional nos hábitos de consumo dos envolvidos (Solomon, 2016). Ademais, são os pais que fazem as compras no mercado, sendo os responsáveis pela escolha dos alimentos que as crianças irão ingerir.

Teo (2010) complementa essa análise ao demonstrar como a mídia, especialmente revistas femininas, contribui para a formação de um senso comum sobre alimentação que associa saúde e beleza de forma ambígua, reforçando padrões estéticos e expectativas sociais sobre a maternidade e o corpo. A alimentação infantil, nesse cenário, deixa de ser uma escolha puramente racional e passa a ser mediada por normas culturais, discursos midiáticos e o desejo de cumprir um ideal de mãe responsável e atualizada.

Somos cocriadores da experiência do consumo, pois consumimos o acesso às relações entre as pessoas e pagamos por isso, sendo em forma de dinheiro ou informações sobre nós mesmos (Fontenelle, 2017). Segundo Fontenelle (2017) existe uma categoria chamada de prossumo, ou seja, a junção entre produção e

consumo, que nos leva a uma forma de empoderamento do consumidor. Essa cocriação faz parte de uma política de alienação na qual promover e vender a si mesmo como uma mercadoria faz parte da dinâmica (Comor, 2011), recrutando ideologicamente os consumidores e os transformando em produtos com o uso de base informacional para que a experiência se realize.

O consumo responsável considera as implicações ao meio ambiente, ao mundo social, ao equilíbrio do corpo humano e da psique do ato de consumir, abordando a temática da resistência à cultura do consumo (Fontenelle, 2017). A intenção não é parar o consumo, mas sim consumir das empresas certas que estão posicionadas contra produtos com sofrimento do outro, trabalho explorado ou comércios injustos. Segundo Lipovetsky (2004), há um novo discurso corporativo que realoca a dimensão humana nas empresas, espelhando uma nova gestão global pautada na necessidade ética do mundo organizacional.

Neste aspecto, a cultura do consumo busca, através de anúncios comerciais, a defesa do consumo consciente, orgânico, light, sem gordura e sem substância perigosas, como café sem cafeína ou cerveja sem álcool (Fontenelle, 2017). Consumir responsávelmente é consumir produtos que têm a garantia de uma “vida saudável” com qualidade de vida.

O consumo, portanto, não pode ser reduzido à condição de vilão social. Ele constitui um mecanismo central por meio do qual culturas são representadas, reproduzidas e atualizadas nas práticas cotidianas. Ao compartilhar hábitos de compra, os indivíduos não apenas expressam preferências individuais, mas também reforçam padrões coletivos que orientam e influenciam o comportamento de outros consumidores (Zafaneli et al., 2016). Nesse sentido, o consumo opera como linguagem social, por meio da qual valores e estilos de vida são comunicados e legitimados. Tal dinâmica se sustenta em um sistema de classificações simbólicas que organiza semelhanças e diferenças entre pessoas e objetos, articulando identidade e bens no interior da vida social (Zafaneli et al., 2016). Assim, mais do que um ato econômico, o consumo revela-se um fenômeno sociocultural.

Diante desse quadro, a alimentação infantil pode ser compreendida como uma forma particular de consumo na qual bens, práticas e discursos circulem carregados de significados morais e simbólicos. Ao decidir o que, quando e como a

criança irá comer, pais e responsáveis não administram apenas recursos e preferências individuais, mas também negociam expectativas sociais, identidades parentais e critérios de legitimidade sobre o que é considerado cuidado adequado. Assim, o consumo alimentar na infância torna-se um terreno privilegiado para observar como padrões culturais e pressões do ambiente social e mercadológico se traduzem em práticas concretas no cotidiano familiar. É nesse contexto que se torna pertinente analisar o papel das normas sociais subjetivas e sua articulação com os estilos parentais, pois tais mecanismos ajudam a explicar por que determinadas escolhas alimentares são naturalizadas, justificadas ou contestadas no interior das famílias.

2.2 Normas Sociais

A junção de crenças, moral, conhecimentos, artes, leis, hábitos e consumo de um indivíduo, bem como sua relação com outros indivíduos, deriva da cultura (Zafaneli et al., 2016). A cultura em uma sociedade é vista como a lente em que cada indivíduo enxerga os fenômenos sociais, determinando as coordenadas de ações sociais especificando os comportamentos e objetos que derivam de uma e de outra (McCraken, 2007). Os entendimentos e regras em determinado contexto cultural são estabelecidos pela visão de mundo que cada cultura possui, constituindo o próprio mundo de determinada sociedade (McCraken, 2007).

Por meio dos fatores culturais, uma sociedade apresenta valores do comportamento do consumidor. Os fatores culturais são um padrão de como pensar, sentir e reagir que cada grupo de indivíduos possui, permitindo que representações simbólicas disseminem ideias dentro das culturas (Zafaneli et al., 2016). O que determina como os fatores culturais são organizados, avaliados e interpretados são os significados das ideias e valores que cada princípio cultural possui como premissa básica (McCraken, 2007). Dentro dessas culturas, as normas sociais se fazem presentes.

As normas sociais representam um guia do comportamento humano, funcionando como um conjunto de expectativas compartilhadas em um grupo ou sociedade. Segundo Cialdini, Reno e Kallgren (1991), elas podem ser classificadas em dois tipos principais: normas injuntivas e normas descritivas. As normas injuntivas dizem respeito às percepções sobre quais comportamentos são

socialmente aprovados ou desaprovados, refletindo uma dimensão normativa associada a recompensas e punições sociais. Em outras palavras, são aquelas que indicam o que as pessoas deveriam fazer, ancoradas no senso de aprovação coletiva. No campo da alimentação infantil, a injunção pode estar presente em discursos sociais que reforçam a ideia de que "bons pais oferecem comida saudável", criando uma expectativa moral em torno da prática.

Já as normas descritivas referem-se às percepções sobre o que a maioria das pessoas realmente faz em determinada situação. Elas fornecem informações sobre comportamentos considerados típicos, comuns ou frequentes, servindo como atalho cognitivo para decisões rápidas (Cialdini; Reno; Kallgren, 1991). No contexto da alimentação, uma norma descritiva pode se manifestar quando os pais percebem que a maioria das outras famílias oferece determinados alimentos ultraprocessados, legitimando a prática como aceitável. Assim, enquanto as normas injuntivas se vinculam à dimensão moral, as normas descritivas moldam condutas ao fornecer um modelo de prática predominante, legitimado pelo comportamento observado na maioria. Ambas operam de forma complementar e muitas vezes interdependente, influenciando escolhas individuais de maneira sutil, porém significativa.

É dessas normas sociais que o comportamento do consumidor é derivado de resultados complexos que vão além da compra. Ele é fruto de um sistema de reprodução de significados sociais, que são propagados pela cultura em que o indivíduo está inserido, construindo sua identidade social como consumidor (Zafaneli et al., 2016).

Sendo assim, a influência dos familiares são diretas e indiretas. Começa com a passagem de valores familiares sobre o consumo e a percepção de valor monetário que as coisas possuem. O contato com a mídia, vendedores e amigos também são restringidos conforme o grau de exposição que a criança possui em contato com esses grupos. Sendo assim, quanto maior for o controle dos pais, mais influência eles possuem na socialização dos filhos como consumidores (Solomon, 2016).

As influências oriundas dos ambientes interfamiliares (como tios, avós, primos e amigos dos pais), somadas às pressões da mídia online e offline, exercem impacto significativo sobre as decisões parentais. Ainda que a presença dos pais

seja constantemente reafirmada como elemento central na educação dos filhos, a experiência da parentalidade é atravessada por exigências normativas que produzem e reforçam sentimentos de culpa, sobretudo direcionados às mães (Battistela-Lima e Botelho, 2019). O ditado popular “quando nasce uma mãe, nasce a culpa” não apenas descreve uma vivência recorrente, mas revela a naturalização de uma expectativa social que responsabiliza desproporcionalmente a mulher pelo bem-estar e pelas escolhas relacionadas aos filhos (Battistela-Lima e Botelho, 2019). Nesse contexto, a culpa deixa de ser um sentimento individual e passa a operar como mecanismo de regulação social, influenciando decisões parentais, inclusive de consumo, como forma de compensação ou atenuação desse mal-estar (Battistela-Lima e Botelho, 2019).

A influência dos pais nas escolhas alimentares infantis não ocorre de forma isolada, mas está profundamente relacionada ao ambiente midiático no qual estão inseridos. Estudos apontam que as práticas parentais são constantemente tensionadas pela publicidade de alimentos, que utiliza estratégias de persuasão direcionadas às crianças e, indiretamente, aos seus responsáveis (Matos; Gondo; Mota; Horta, 2023). Nesse contexto, os pais enfrentam o desafio de conciliar recomendações oficiais de saúde com as pressões advindas de discursos midiáticos que promovem produtos ultraprocessados como opções desejáveis e socialmente aceitas (Teo, 2010).

Além disso, a mídia atua como mediadora das normas sociais, reforçando tanto expectativas injuntivas quanto descritivas sobre o que seria uma “alimentação adequada”, o que pode fragilizar a autonomia parental e legitimar práticas menos saudáveis (Oliveira; Barboza, 2020). Assim, a relação entre pais e mídia revela-se ambivalente: enquanto os responsáveis são agentes centrais na formação de hábitos alimentares, suas decisões são moldadas e, muitas vezes, desafiadas pelas narrativas e pressões construídas pelo mercado e veiculadas nos meios de comunicação.

McCracken (2007) aponta que a publicidade funciona como método de transferência de significado, fazendo com que o bem de consumo e a representação do mundo culturalmente constituído se transforme em uma peça publicitária. Para o autor, quando as propriedades conhecidas no mundo culturalmente constituído são

transferidas para novas propriedades desconhecidas, é realizada a transferência de significados para o bem de consumo. Isso acontece nas publicidades de alimentos não saudáveis atualmente nas mídias sociais. Nesse sentido, a mídia apresenta hoje um papel mediador entre as visões de mundo para refletir o contexto heterogêneo da sociedade complexa e industrial (Dutra, 2015).

Para os consumidores na esfera digital, eles buscam influências de quem querem ser e os imitam, transcendendo as associações entre estímulo e resposta, ou seja, depende do nível de atratividade social que se baseiam em componentes como a aparência física, conhecimento ou semelhança com o avaliador (Solomon, 2016). Sendo assim, marcas tentam se associar com influenciadores digitais para terem mais credibilidade e aceitação para conseguirem espaço dentro do mercado.

Ademais, em uma pesquisa realizada, mostrou que as propagandas veiculadas nas maiores emissoras de televisão do Brasil são do setor alimentício (Almeida; Nascimento; Quaioti, 2002). Os dados obtidos revelaram que, dos 1395 anúncios de produtos alimentícios, 57,8% foram classificados no grupo das gorduras, óleos, açúcares e doces. O grupo que as crianças mais se interessam por ter maior palatibilidade e apresentar maior saciedade. O grupo com maior ausência foi o de vegetais e frutas. Na mídia online, pelo alto crescimento do uso da tecnologia, crianças são expostas a conteúdos propagandísticos desde bebês, influenciando diretamente o seu comportamento de preferências alimentares.

Além disso, a televisão segue sendo o meio de comunicação mais difundido no Brasil e no mundo. Segundo Moura (2010), crianças a partir dos 2 anos são expostas, em média, 24 horas por semana à televisão. Essa criança não alfabetizada se torna vulnerável às propagandas, não precisando de grandes repetições para assimilar a mensagem transmitida. A criança ainda está em fase de desenvolvimento emocional, psicológico e social, e essa fase não a permite compreender a intenção da publicidade e, tampouco, avaliar se tem credibilidade ou se atenderá suas necessidades como indivíduo. Além disso, a criança no papel de consumidora é hipossuficiente, ou seja, não possui recursos financeiros suficientes para arcar com as suas despesas (Freitas, 2014).

Sendo assim, as práticas alimentares infantis são profundamente impactadas por dinâmicas sociais e culturais que atravessam as famílias, a escola, a mídia e as

políticas públicas. O consumo alimentar, especialmente na infância, está sujeito a uma multiplicidade de pressões, desde os costumes familiares até os apelos do marketing. Matos, Gondo, Mota e Horta (2023), ao analisarem as denúncias registradas no CONAR sobre publicidade de alimentos voltada a crianças e adolescentes entre 2010 e 2020, evidenciaram que a maioria das propagandas denunciadas promovia alimentos ultraprocessados, e que, embora algumas fossem penalizadas, a autorregulamentação falha em proteger efetivamente o público infantil. A permissividade frente à publicidade é reflexo de um modelo de consumo que naturaliza a exposição precoce das crianças a estímulos comerciais, muitas vezes disfarçados de diversão.

Porém, hoje em dia a exposição a propagandas encontra uma dificuldade frente a ações governamentais, mas as crianças continuam sendo expostas à publicidade digital precocemente. Segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP, 2022), 90% das crianças e adolescentes brasileiros estão conectados à internet, isso é desaconselhado pela associação, pois crianças e adolescentes não devem ter livre acesso a telas. Por isso, o olhar atento dos responsáveis para que as telas não sejam oferecidas a todo o momento é essencial para manter a autoridade sobre a criança e evitar que ela seja exposta a propagandas.

Por fim, Oliveira e Barboza (2020) discutem como o marketing pode ser uma ferramenta estratégica para reverter esse cenário, desde que vinculado a políticas públicas estruturadas. Em seu estudo com agentes da saúde pública, os autores identificaram como aspectos culturais e o discurso midiático influenciam diretamente nas barreiras à alimentação saudável, reforçando que a mudança de comportamento só será possível com ações que considerem as reais condições de vida das famílias e utilizem linguagem acessível. Assim, o enfrentamento das influências culturais e sociais exige a regulação do marketing tradicional, além do uso das mesmas ferramentas para promover escolhas alimentares mais conscientes e saudáveis.

2.3 Estilos Parentais na Alimentação

O processo de socialização das crianças como consumidoras ocorre de formas sutis no dia a dia das famílias por meio das experiências, não sendo estratégias intencionais que os pais utilizam para introduzi-las no mundo do

consumo (Massyliouk e Campos, 2016). Esse processo de socialização do consumidor envolve aspectos sociais e cognitivos, permitindo que a criança compreenda e desempenhe seu papel como consumidora (John, 1999). Para Massyliouk e Campos (2016), há três fatores que definem a influência dos pais sobre os filhos no processo de socialização, sendo eles: a observação e imitação do comportamento dos pais; mecanismos de reforço positivo e negativo usados pelos pais através de recompensas e punições; e interações sociais em família.

Os lares possuem suas próprias características, estrutura familiar, regras e hábitos (Massyliouk e Campos, 2016). A literatura sobre socialização do consumidor evidencia que as dinâmicas familiares desempenham papel central na formação das atitudes e comportamentos de consumo das crianças. Massyliouk e Campos (2016) demonstram que os padrões de comunicação familiar influenciam diretamente a maneira como os filhos aprendem a consumir. Em famílias orientadas à preservação da harmonia e à conformidade social, os pais tendem a incentivar escolhas de consumo alinhadas às expectativas do grupo, valorizando produtos que reforcem aceitação social e imagem perante os outros. Nesse contexto, a criança aprende a considerar o olhar externo como critério relevante para suas decisões. Em contraste, em famílias que priorizam a autonomia e o desenvolvimento da individualidade, os pais estimulam escolhas fundamentadas em critérios próprios e funcionais, encorajando a avaliação prática dos produtos e reduzindo a dependência da aprovação social (Massyliouk e Campos, 2016).

De forma complementar, Carlson e Grossbart (1988) analisam como diferentes estilos parentais produzem distintas formas de socialização do consumo. Em lares com maior permissividade, observa-se maior equilíbrio na distribuição de poder entre pais e filhos, permitindo que a criança participe ativamente das decisões de compra e expresse suas preferências. Já em contextos mais restritivos, os pais impõem limites mais rígidos, reduzindo a autonomia infantil no processo decisório e exercendo maior controle sobre as escolhas. Por fim, em famílias caracterizadas por distanciamento ou baixa interação, há menor comunicação sobre questões relacionadas ao consumo, o que limita tanto o aprendizado orientado quanto à participação ativa da criança. Assim, os estilos parentais e as dinâmicas comunicacionais familiares configuram-se como mecanismos estruturantes da socialização do consumidor, moldando não apenas o que as crianças consomem,

mas também os critérios e valores que orientam suas decisões (Carlson & Grossbart, 1988).

O espaço das refeições constitui um dos principais contextos de socialização familiar, no qual práticas, valores e normas são continuamente negociados e transmitidos entre gerações. À mesa, não apenas se compartilham alimentos, mas também constroem significados, memórias afetivas e referências culturais que orientam comportamentos futuros (Gram et al., 2010). Nesse ambiente, os pais frequentemente vivenciam tensões entre a responsabilidade de oferecer uma alimentação considerada saudável e a necessidade de atender às preferências e demandas da criança. Nesse ambiente, o alimento deixa de ser apenas um nutriente para se tornar um objeto de consumo carregado de valor simbólico. As tensões vivenciadas pelos pais refletem o conflito entre o papel de 'educador nutricional' e o de 'provedor de desejos', onde a comida é utilizada como moeda de troca, recompensa ou ferramenta de gestão emocional no ambiente doméstico.

Essas decisões não ocorrem de forma isolada, mas são atravessadas por concepções culturais sobre o papel da família na formação, disciplina e educação dos filhos, influenciando a maneira como os responsáveis equilibram controle, autonomia e cuidado nas práticas alimentares (Gram et al., 2010). Os estilos parentais aparecem então como um guia para tentar identificar como se dá a relação entre pais e filhos nos lares e como isso interfere nas dinâmicas familiares e na criança enquanto pessoa em fase de socialização como consumidora.

Os estilos parentais na alimentação constituem um campo de investigação relevante para compreender como as práticas educativas dos pais moldam os comportamentos alimentares das crianças. O conceito de estilo parental foi originalmente descrito por Darling e Steinberg (1993), considerando-o como um conjunto de atitudes e estratégias utilizadas pelos pais, que determinam o clima emocional no qual os comportamentos parentais são expressos. No contexto alimentar, esses estilos são analisados a partir da combinação de duas dimensões: exigência (*demandingness*), referente ao grau de controle exercido pelos pais sobre as práticas alimentares, e responsividade (*responsiveness*), que corresponde ao nível de sensibilidade e apoio demonstrado às necessidades da criança (Hughes et al., 2005). Os eixos de *demandingness* (exigência) e *responsiveness*

(responsividade), originam quatro estilos principais: autoritativo, autoritário, indulgente e negligente (Ip et al., 2018)

O estilo parental autoritativo (alta exigência e alta responsividade), caracteriza-se pelo apoio afetivo aliado a regras claras; o autoritário (alta exigência e baixa responsividade), é marcado pelo controle rígido e pouca sensibilidade às necessidades da criança; o indulgente (baixa exigência e alta responsividade), predomina a aceitação sem a imposição de limites; e o negligente (baixa exigência e baixa responsividade), há baixo envolvimento e ausência de regras estruturadas (Maccoby, 1983; Hughes et al., 2005). O Quadro 1 explica quais são os estilos parentais que o questionário mede, assim como o conceito de cada um.

Quadro 1 - Estilos Parentais de Alimentação (QEPA)

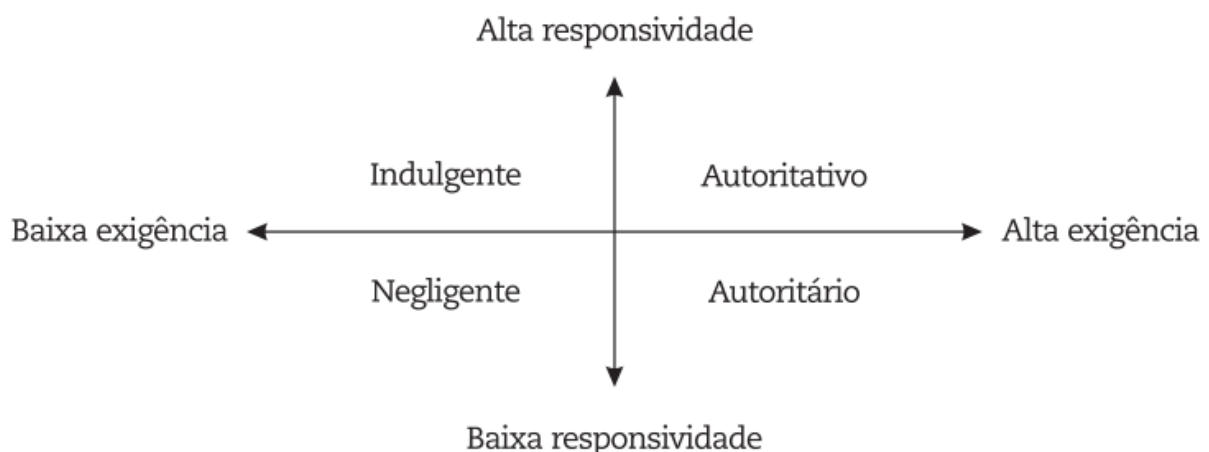
Estilo Parental	Características	Conceito
Autoritativo	Alta exigência + alto suporte afetivo	Pais estabelecem regras claras sobre a alimentação, mas oferecem apoio, incentivo e diálogo. Incentivam escolhas saudáveis, explicam as razões e promovem autonomia da criança. Associado a melhores resultados em hábitos alimentares.
Autoritário	Alta exigência + baixo suporte afetivo	Pais impõem regras rígidas sem espaço para diálogo ou negociação. Usam coerção, punições ou controle excessivo sobre o que e quanto a criança deve comer. Pode gerar resistência e comportamentos alimentares disfuncionais.
Permissivo/Indulgente	Baixa exigência + alto suporte afetivo	Pais demonstram afeto, mas não estabelecem limites claros. A criança tem liberdade para decidir o que e quanto comer. Frequentemente leva ao maior consumo de alimentos ultraprocessados.
Negligente/Desatento	Baixa exigência + baixo suporte afetivo	Pais não estabelecem regras nem oferecem apoio. A alimentação da criança é deixada à própria escolha ou a terceiros. Associado a piores padrões alimentares e maior risco de comportamentos não saudáveis.

Fonte: Autora (2025).

Diversos estudos apontam que tais estilos têm repercussões significativas no desenvolvimento alimentar infantil. O estilo autoritativo, por exemplo, está associado a dietas mais equilibradas e ao maior consumo de frutas e vegetais (Arlinghaus et al., 2018), enquanto o estilo autoritário tende a se relacionar com maior seletividade alimentar e menor prazer em comer (Webber et al., 2010). Por sua vez, estilos indulgentes têm sido vinculados a maiores índices de massa corporal em crianças (Oke et al., 2022), e estilos negligentes aparecem associados a padrões alimentares menos estruturados e pouco saudáveis (Derks et al., 2019).

Para avaliar empiricamente os estilos parentais no contexto da alimentação, diferentes instrumentos têm sido desenvolvidos. No Brasil, destaca-se o Questionário de Estilos Parentais na Alimentação (QEPA), traduzido e validado por Cauduro, Reppold e Pacheco (2017), a partir do Caregiver's Feeding Styles Questionnaire (CFSQ), originalmente proposto por Hughes et al. (2005). O QEPA permite classificar os pais de acordo com as dimensões de exigência e responsividade, possibilitando identificar o estilo predominante. O quadro 2 retrata as dimensões de exigência e responsividade do instrumento.

Quadro 2 - Avaliação tipológica do QEPA



Fonte: Cauduro, Reppold e Pacheco (2017).

Estudos recentes em território nacional têm demonstrado sua aplicabilidade. Loureiro (2023), ao utilizar o QEPA em uma amostra de crianças de 12 meses, verificou que práticas centradas nos pais, de alto controle, estavam associadas a maior seletividade alimentar. Já Silva (2024), em uma pesquisa com pré-escolares nascidos pré-termo e a termo, mostrou que a responsividade esteve relacionada a

comportamentos alimentares mais saudáveis, enquanto a exigência excessiva se associou a padrões mais problemáticos de alimentação.

Sob a ótica do comportamento do consumidor, esses estilos determinam como a família processa os estímulos do mercado. Pais autoritativos tendem a atuar como curadores críticos das mensagens publicitárias, enquanto pais indulgentes podem ser mais suscetíveis aos apelos de conveniência e às estratégias de branding voltadas ao público infantil, transformando o ato de alimentar em uma concessão constante às pressões mercadológicas. Os estilos parentais funcionam como mecanismos de *gatekeeping*, ou seja, conforme Ward (1974), os pais atuam como filtros primários (*gatekeepers*) que selecionam quais categorias de produtos e mensagens de marketing chegam à criança. Enquanto o estilo autoritário exerce um controle rígido sobre o portfólio de produtos permitidos, o estilo negligente abdica dessa curadoria, deixando a criança exposta a um ambiente de consumo desestruturado. Essa dinâmica de poder define o capital de consumo que a criança desenvolverá ao longo da infância.

No contexto do comportamento do consumidor, a relação entre pais e filhos frequentemente assume contornos de uma negociação de consumo. Freitas-da-Costa, Lima e Santos (2012) apontam que, em situações de déficit de atenção ou tempo, os pais podem utilizar a oferta de produtos como um mecanismo de compensação. Essa prática, comum no estilo indulgente, revela como o consumo é instrumentalizado para gerir afetos e mitigar culpas. Assim, o ato de alimentar torna-se uma prática de consumo compensatório, onde produtos alimentícios (especialmente os de alto valor de prazer e baixo valor nutricional) são usados para restaurar o equilíbrio emocional da dinâmica familiar. A prática de recompensa é a prática de alimentação que mais faz a criança comer na ausência de fome (Santos; Coelho e Romano, 2020). Mas essa relação só é legitimada se a classe social permitir que os pais comprem produtos indulgentes (Freitas-da-Costa; Lima e Santos, 2012).

Ademais, o estudo de Patrick et al. (2005) demonstra que o estilo autoritativo promove maior autorregulação alimentar na criança, favorecendo escolhas mais equilibradas e maior aceitação de alimentos saudáveis. Ao combinar limites claros com suporte emocional, esse estilo cria um ambiente alimentar estruturado, mas

não coercitivo. Diferentemente do estilo autoritário, que pode gerar resistência, e do indulgente, que favorece consumo excessivo de alimentos palatáveis, o estilo autoritativo atua como mediador positivo entre práticas alimentares e resultados de saúde (Patrick et al., 2005).

Assim, o QEPA configura-se como um instrumento adequado para avaliar estilos parentais na alimentação, contribuindo para pesquisas que investigam como fatores socioculturais e normas sociais influenciam as práticas alimentares parentais. Seu uso amplia a possibilidade de compreender as interações entre pais e filhos no contexto da introdução alimentar e dos hábitos alimentares infantis, fornecendo subsídios para estratégias de intervenção e formulação de políticas públicas em saúde.

Diante do exposto, compreende-se que os estilos parentais alimentares constituem importante dimensão mediadora entre as orientações normativas socialmente compartilhadas e as práticas concretas de alimentação infantil no ambiente doméstico. Mais do que refletirem disposições individuais dos cuidadores, tais estilos expressam formas socialmente situadas de interpretação, negociação e operacionalização de expectativas culturais acerca do cuidado, da saúde e da responsabilidade parental. Nesse sentido, investigar como esses estilos se articulam às normas sociais subjetivas torna-se fundamental para compreender as dinâmicas que orientam as decisões alimentares na primeira infância. A partir desse enquadramento teórico, a seção seguinte apresenta os procedimentos metodológicos adotados para examinar empiricamente a relação entre normas sociais e estilos parentais no contexto da introdução alimentar.

3 METODOLOGIA

O presente estudo adota um desenho de métodos mistos do tipo exploratório sequencial, no qual os resultados das etapas quantitativas serão subsidiados por evidências coletadas de forma qualitativa, permitindo a integração dos achados (Creswell; Clark, 2018). Essa abordagem foi escolhida por possibilitar uma compreensão mais abrangente e contextualizada do fenômeno estudado, aliando a capacidade de generalização das análises quantitativas à profundidade das entrevistas qualitativas.

Na primeira etapa da pesquisa, foi conduzida uma etapa quantitativa por meio de coleta de dados primários. A coleta foi por meio de questionário estruturado, composto por: (i) Escala de Práticas Parentais na Alimentação (adaptada para o contexto do estudo) e (ii) itens baseados nas Normas Sociais de Cialdini (descritivas e injuntivas), adaptados para avaliar pressões sociais no contexto da introdução alimentar. Essa etapa buscou mensurar de forma objetiva a adoção das recomendações oficiais, identificar e quantificar fontes de influência, avaliar a intensidade das pressões sociais e testar associações entre variáveis.

A Escala de Práticas Parentais na Alimentação (*Parental Feeding Practices Questionnaires - PFPQ*) mede como os pais alimentam seus filhos, incluindo dimensões como pressão para comer, restrição alimentar, monitoramento e modelagem. O questionário que foi utilizado é uma adaptação validada para o contexto brasileiro traduzido por Cauduro, Reppold e Pacheco (2017). O questionário é composto por 19 itens divididos em 3 dimensões: estratégias centradas nos pais (12 itens), estratégias centradas nas crianças (7 itens) nesses itens, as dimensões de responsividade e exigência serão avaliados por uma escala Likert de 5 pontos (de nunca a sempre).

Para as normas sociais foram consideradas a partir da abordagem proposta por Cialdini, Reno e Kallgren (1991), diferenciando-se em normas injuntivas e descritivas. Essa distinção orientou a construção do instrumento quantitativo, onde foram adaptados itens específicos para avaliar, de um lado, a percepção dos pais sobre o que deveriam fazer em relação à alimentação dos filhos (normas injuntivas), e, de outro, a percepção sobre o que a maioria dos pais realmente faz nesse processo (normas descritivas). A utilização dessa estrutura teórica permitiu

operacionalizar as pressões sociais de forma mensurável, de modo a captar tanto as expectativas sociais explícitas quanto os comportamentos percebidos como comuns no grupo de referência. Essa aplicação metodológica possibilita avaliar a influência das normas sociais na introdução alimentar a partir de uma perspectiva mais ampla e consistente, conectando elementos subjetivos às práticas efetivamente adotadas pelas famílias.

Em relação à coleta de dados e amostra da pesquisa, após a aprovação do Comitê de Ética, os participantes da pesquisa (mães e pais) que possuem filhos acima de seis meses e no máximo a sete anos, responderam ao questionário de forma online na plataforma surveymonkey. O questionário foi aplicado no formato online em todas as regiões do país em busca de representatividade geográfica. O período de aplicação teve início no dia 11 de novembro de 2025 e teve fim no dia 19 de janeiro de 2026. Referente a idade da criança para a amostra, a classificação de John (1999) mapeou as faixas etárias das crianças, dividindo o desenvolvimento do consumidor em três grandes fases: Estágio Perceptual (3 a 7 anos); Estágio Analítico (7 a 11 anos) e; Estágio Reflexivo (11 a 16 anos). Neste estudo usamos o estágio perceptual, pois nele a criança está em desenvolvimento da socialização como consumidora.

O método de abordagem foi por meio de bola de neve. Pretendia-se obter 200 respostas, o que atende ao requisito de cinco observações por item do questionário (40 itens x 5 observações = 200 respostas), conforme estabelecido por Hair et al. (2009). Como resultado, foram coletadas 292 respostas, sendo 210 válidas para o estudo.

Para o questionário QEPA, foram utilizadas as perguntas do quadro 3 abaixo como base para identificar cada estilo parental conforme a teoria orienta. Não foram acrescentadas perguntas sobre estilos parentais que não fossem alinhadas com a teoria já validada.

Quadro 3 – Assertivas da Escala de Estilo Parental para QEPA

Estilo Parental	Perguntas
Autoritário	Usa de força física com a criança para que ela coma (por exemplo, fazendo com que a criança fique na cadeira para comer).
Autoritário	Diz algo à criança que demonstre a sua desaprovação pelo fato dela não ter comido a refeição.

Autoritário	Apressa a criança no momento da refeição (por exemplo, fala para a criança: “Vamos mais rápido, coma logo a sua comida”).
Autoritário	Diz para a criança que irá tirar alguma coisa dela, se ela não comer a comida (por exemplo, “Se você não comer a comida não vai brincar depois do jantar”).
Autoritário	Diz para a criança comer algum dos alimentos que está no prato (por exemplo, “coma o macarrão”).
Autoritário	Avisa a criança que vai tirar dela algum alimento se ela não comer a refeição (por exemplo, “Se você não comer, você não vai ganhar a sobremesa”).
Autoritário	Dá comida na boca da criança para que ela coma a refeição.
Indulgente	Incentiva a criança a comer usando outros alimentos como recompensa (por exemplo: “Se você comer, você vai ganhar a sobremesa”).
Indulgente	Implora para que a criança coma a refeição.
indulgente	Promete algo à criança, que não seja comida, como recompensa por comer (por exemplo, “se você comer o feijão, podemos jogar bola depois do almoço”).
Autoritativo	Incentiva a criança a comer, “enfeitando” a comida para torná-la mais interessante (por exemplo, fazendo figuras/desenhos com os legumes ou verduras).
Autoritativo	Faz perguntas para a criança sobre a comida, durante a refeição (por exemplo, pergunta à criança se a comida está gostosa).
Autoritativo	Pede para a criança comer, pelo menos, um pouco da comida que está no prato.
Autoritativo	Explica os benefícios da comida para que a criança coma (por exemplo, “o leite é bom para a sua saúde, porque ele vai fazer você ficar forte”).
Autoritativo	Permite que a criança escolha o que ela quer comer na refeição, entre os alimentos que já estão servidos.
Autoritativo	Elogia a criança quando ela come (por exemplo, “Que menino(a) legal! Você está comendo o seu feijão!”).
Autoritativo	Sugere que a criança coma, dizendo, por exemplo, “a comida está esfriando”.
Autoritativo	Diz alguma coisa positiva sobre a comida que a criança está comendo, durante a refeição (por exemplo, “como está gostoso o arroz”).
Autoritativo	Ajuda a criança a comer durante a refeição (por exemplo, cortando o alimento em pedaços menores).

Fonte: autora com base no QEPA (2026).

Referente às perguntas das normas sociais descritivas e injuntivas, foram abordadas no questionário também na escala Likert de 5 pontos. As perguntas para cada norma foram separadas conforme o quadro 4 abaixo e foram elaboradas e validadas por meio de um pré-teste das 5 perguntas para cada norma social.

Quadro 4 – Assertivas da Escala de Normas Sociais

Norma Social	Pergunta
Descritiva	A maioria dos pais que conheço oferece frutas e legumes desde o início da introdução alimentar.
Descritiva	A maioria dos pais que conheço oferece alimentos industrializados (como bolachas, sucos de caixinha, salgadinhos) para crianças pequenas.
Descritiva	Vejo frequentemente familiares e amigos oferecendo alimentos ultraprocessados para bebês e crianças.
Descritiva	A maior parte dos pais que convivem comigo introduz alimentos considerados saudáveis na rotina dos filhos.
Descritiva	Nas redes sociais que acompanho, observo que muitos pais compartilham práticas de introdução alimentar que envolvem alimentos saudáveis.
Injuntiva	Sinto que familiares e amigos esperam que eu ofereça alimentos saudáveis ao meu filho.
Injuntiva	Recebo críticas ou desaprovação quando não sigo as orientações consideradas corretas sobre alimentação infantil.
Injuntiva	Sinto pressão de pessoas próximas para oferecer determinados alimentos ao meu filho, mesmo que não sejam recomendados pelos profissionais de saúde.
Injuntiva	As pessoas ao meu redor acreditam que pais responsáveis devem evitar alimentos ultraprocessados na introdução alimentar.
Injuntiva	Os profissionais de saúde que acompanham meu filho esperam que eu siga as recomendações de alimentação saudável.

Fonte: autora (2026).

Como método estatístico, foi utilizado a estatística descritiva (frequências, proporções, intervalos de confiança), análise fatorial exploratória e foram feitos testes de tendência (qui-quadrado). Para a análise dos dados, foi utilizado o software Jamovi para analisar e gerar os gráficos que serão apresentados no próximo capítulo. A análise permitiu testar como os diferentes tipos de normas sociais (descritivas e injuntivas) estão associadas a um dos estilos de práticas parentais na introdução alimentar dos filhos em comparação com os outros estilos.

A estatística descritiva constitui a etapa inicial da análise de dados e tem como finalidade organizar, resumir e apresentar as informações coletadas de maneira clara e sistemática. Conforme apresentado por Navarro e Foxcroft (2019), a estatística descritiva permite examinar padrões gerais dos dados por meio de medidas como frequências absolutas e relativas, médias, medianas e

desvios-padrão, além de tabelas e gráficos que facilitam a visualização das distribuições.

Para verificar a estrutura subjacente dos construtos analisados, foi realizada uma Análise Fatorial Exploratória (AFE) com os itens das escalas de estilos parentais (QEPA) e normas sociais. A Análise Fatorial Exploratória (AFE) é uma técnica estatística multivariada utilizada para identificar estruturas latentes subjacentes a um conjunto de variáveis observadas, permitindo agrupar itens que apresentam padrões de correlação semelhantes em fatores comuns. De acordo com o livro *Learning Statistics with Jamovi*, a AFE é particularmente útil em contextos nos quais não há uma estrutura previamente definida, sendo empregada para explorar a dimensionalidade dos dados e verificar se os itens de uma escala refletem os construtos teóricos propostos. A técnica baseia-se na ideia de que variáveis observáveis podem ser explicadas por um número menor de fatores não observáveis, reduzindo a complexidade dos dados e facilitando sua interpretação. Nesse processo, as cargas fatoriais indicam o grau de associação entre cada variável e o fator extraído, sendo valores mais elevados indicativos de maior representatividade. Assim, a AFE contribui para a validação interna das escalas utilizadas, permitindo avaliar a consistência dos itens e sua adequação aos constructos analisados. A técnica foi utilizada com o objetivo de identificar a dimensionalidade dos dados e avaliar o agrupamento dos itens em fatores latentes, sem imposição de uma estrutura prévia. Foram considerados como critérios de interpretação cargas fatoriais iguais ou superiores a 0,30. A análise foi conduzida separadamente para cada conjunto de variáveis, permitindo avaliar a consistência interna dos constructos.

Já o teste do qui-quadrado (χ^2) é um procedimento estatístico não paramétrico amplamente utilizado para verificar a existência de associação entre variáveis categóricas. De acordo com Navarro e Foxcroft (2019), o teste compara as frequências observadas em cada categoria com as frequências esperadas caso não houvesse associação entre as variáveis. O princípio central do teste consiste em avaliar se as diferenças entre valores observados e esperados são suficientemente grandes para rejeitar a hipótese nula de independência. Assim, quando o valor de p é inferior ao nível de significância adotado (por exemplo 0,05), conclui-se que há

evidências estatisticamente significativas de associação entre as variáveis analisadas.

No âmbito desta pesquisa, o teste do qui-quadrado mostra-se particularmente adequado por envolver variáveis categóricas, como níveis de normas sociais (injuntivas e descritivas) e estilos parentais na alimentação. A partir dessa técnica, torna-se possível examinar se determinadas configurações normativas estão associadas a estilos específicos de prática parental, contribuindo para compreender como fatores sociais se articulam às decisões alimentares no contexto familiar. Para calculá-lo foi utilizado como variável dependente os estilos parentais e como variáveis independentes as normas sociais, rede de ensino, escolaridade dos pais, estado civil, renda familiar, localidade, restrição alimentar, frequenta a escola e o responsável pela alimentação.

Conforme proposto na metodologia original do instrumento, os escores foram organizados em três domínios principais: práticas centradas nos pais com alto controle, práticas relacionadas ao manejo das contingências e práticas centradas na criança. A partir desses domínios, foram calculadas as dimensões de exigência e responsividade, que constituem os eixos centrais para a classificação dos estilos parentais. Inicialmente, foram calculadas as medianas dos itens correspondentes a cada dimensão do instrumento, resultando em escores individuais para responsividade e exigência. Posteriormente, com base nesses escores, procedeu-se à classificação dos estilos parentais a partir de um ponto de corte estabelecido em 2,5, considerando a escala utilizada. Valores iguais ou superiores a 2,5 foram interpretados como altos níveis na respectiva dimensão (exigência e responsividade), enquanto valores inferiores indicaram baixos níveis. A partir dessa categorização, foi possível classificar os participantes nos diferentes estilos parentais, conforme a combinação entre níveis de responsividade e exigência, permitindo a operacionalização das variáveis para as análises subsequentes.

No que se refere ao cálculo das normas sociais, foram utilizadas as médias das respostas dos itens correspondentes a cada dimensão analisada. Para as normas descritivas, as medianas das questões 1, 4 e 5 foram agregadas para compor o escore de normas descritivas saudáveis, enquanto as questões 2 e 3 foram utilizadas para representar as normas descritivas não saudáveis. De maneira

similar, para as normas injuntivas, a questão 3 foi classificada como injuntiva não saudável, ao passo que as demais questões compuseram o escore de normas injuntivas saudáveis. Após o cálculo dos escores para cada dimensão, os respondentes foram classificados em níveis alto ou baixo, a partir de ponto de corte definido de 4,5, permitindo identificar o grau de exposição de cada família a diferentes padrões normativos.

O uso da mediana como ponto de corte é particularmente relevante em estudos com amostras não probabilísticas ou com distribuição assimétrica dos dados, pois permite uma segmentação mais sensível às variações internas da amostra. Além disso, essa estratégia reduz a dependência de parâmetros externos que podem não refletir adequadamente o contexto sociocultural dos participantes, favorecendo uma interpretação mais contextualizada dos estilos parentais observados.

A classificação dos respondentes nos estilos parentais (autoritativo, autoritário, indulgente e negligente) foi realizada a partir da combinação desses níveis de exigência e responsividade. Pais classificados como autoritativos apresentam alta exigência e alta responsividade; os autoritários caracterizam-se por alta exigência e baixa responsividade; os indulgentes por baixa exigência e alta responsividade; e os negligentes por baixos níveis em ambas as dimensões. Importante ressaltar que o nível negligente é possível ser classificado quando está abaixo da média. Essa tipologia é amplamente reconhecida na literatura por sua capacidade de explicar diferenças nas práticas alimentares e nos desfechos relacionados à saúde infantil.

Já na segunda e última etapa do projeto, foi realizada uma entrevista semi-estruturada utilizando o método qualitativo, exploratório e descritivo. Segundo Bardin (2016), a pesquisa qualitativa refere-se a um método de pesquisa que utiliza um procedimento intuitivo, maleável e adaptável para identificar características particulares de um determinado assunto. O procedimento de coleta de dados utilizado na pesquisa foi a entrevista, onde o pesquisador conduz a entrevista face a face com o participante utilizando perguntas abertas para ter a visão e opinião do entrevistado (Creswell, 2004).

Essa entrevista em profundidade foi realizada com o intuito de aprofundar os resultados da primeira etapa realizada da pesquisa. A amostra consistiu em 10 mães e pais com filhos na fase de introdução alimentar ou que já passaram por ela (entre seis meses a sete anos), selecionados com base na diversidade geográfica da região de Maringá-PR e Londrina-PR. O período de realização das entrevistas ocorreu entre os dias 7 de janeiro de 2026 até 8 de fevereiro de 2026 de forma remota/online. A seleção dos participantes foi por conveniência e não possuem vínculo direto com a pesquisadora.

As perguntas foram abertas para coletar dados qualitativos e obter insights mais profundos sobre as experiências dos pais no período da rotina alimentar de seus filhos. Cada pergunta teve como motivação entender como o problema de pesquisa se faz presente no cotidiano de pais e mães que optam ou não pela introdução alimentar saudável, sendo elaboradas a partir do resultado da pesquisa quantitativa para aprofundamento dos resultados. Para entendermos se as perguntas estão de acordo com nosso objetivo, foi aplicado um teste piloto com um pequeno grupo de pessoas a fim de analisar as perguntas e, posteriormente, revisar o roteiro de entrevista para a aplicação oficial. A finalidade foi entender se as perguntas eram compreensíveis e relevantes. Após o teste piloto foi realizada a coleta de dados por meio de encontros virtuais com os entrevistados. Todas as entrevistas foram concedidas garantindo o anonimato e a confidencialidade das respostas das participantes. Os dados obtidos foram tratados e analisados usando análise de conteúdo, utilizando o cruzamento das respostas com a teoria, deixando a análise mais rica de informações.

A integração dos resultados foi abordada com um desenho sequencial exploratório, combinando achados quantitativos primários e resultados qualitativos. Esse desenho permitiu complementar e aprofundar a interpretação dos resultados, oferecendo uma visão mais ampla e fundamentada sobre as práticas alimentares parentais e as influências que as moldam. O Quadro 5 a seguir sintetiza a relação entre os objetivos específicos da pesquisa, as fontes de dados utilizadas, os instrumentos aplicados, os procedimentos de análise e os resultados esperados.

Quadro 5 – Integração de Objetivos, Fontes de Dados e Análises

Objetivo Específico	Fonte de Dados	Método/ Instrumento	Resultado Esperado
i) Mensurar o impacto das normas sociais subjetivas (injuntivas e descritivas) sobre os estilos parentais na alimentação (QEPA).	Coleta primária (questionário estruturado) utilizando escalas adaptadas: Normas Sociais Subjetivas (Cialdini, Reno & Kallgren, 1991) + Questionário de Estilos Parentais na Alimentação (QEPA).	Modelagem estatística: estatística descritiva e teste qui-quadrado para estimar associações entre normas sociais (variáveis independentes) e estilos parentais (variáveis dependentes).	Evidências quantitativas sobre o peso relativo das normas injuntivas e descritivas na determinação de práticas parentais alimentares.
ii) Explorar como e em quais situações as normas sociais subjetivas se manifestam nas decisões parentais sobre a introdução alimentar.	Entrevistas em profundidade com pais/responsáveis de crianças em fase de introdução alimentar.	Análise de conteúdo ou análise temática (Bardin, 2016), categorizando percepções sobre pressões sociais, normas culturais e influência de pares/família.	Compreensão contextualizada das situações em que as normas sociais influenciam decisões alimentares parentais, evidenciando nuances não captadas por dados quantitativos.
(iii) Integrar os resultados quantitativos e qualitativos	Articulação entre dados das duas etapas	-	Compreensão mais profunda, contextualizada e explicativa do fenômeno, que vá além das relações estatísticas identificadas, incorporando significados, interpretações e dinâmicas sociais vivenciadas pelos participantes.

Fonte: Autora (2025).

A presente pesquisa foi submetida à apreciação ética e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob o protocolo nº 92970925.2.0000.0104, atendendo às diretrizes e normas regulamentadoras aplicáveis às pesquisas envolvendo seres humanos. Todos os participantes foram devidamente informados acerca dos objetivos do estudo, da voluntariedade da participação, do sigilo das informações e da possibilidade de desistência a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), bem como os instrumentos e questões aplicadas nas etapas quantitativa e qualitativa, encontram-se

disponibilizados nos Apêndices 1 a 4 desta dissertação, assegurando transparência metodológica e conformidade ética na condução da pesquisa.

Com base nos procedimentos metodológicos descritos, a próxima seção dedica-se à análise e discussão dos resultados obtidos a partir das diferentes etapas da pesquisa. Inicialmente, são apresentados os resultados descritivos, com o objetivo de caracterizar o perfil dos participantes e contextualizar a amostra estudada. Em seguida, são analisados os achados da etapa quantitativa, contemplando os estilos parentais na alimentação e as normas sociais subjetivas, bem como suas associações. Posteriormente, são discutidos os resultados da etapa qualitativa, a partir das entrevistas em profundidade, buscando aprofundar a compreensão dos significados e das situações nas quais as normas sociais se manifestam nas decisões parentais sobre a alimentação infantil. Essa abordagem integrada permite articular evidências quantitativas e qualitativas, favorecendo uma análise mais abrangente e consistente do fenômeno investigado, em consonância com os objetivos propostos neste estudo.

4 PESQUISA QUANTITATIVA

Esta seção apresenta a análise e a discussão dos resultados da etapa quantitativa, provenientes da aplicação do Questionário de Estilos Parentais na Alimentação (QEPA) em conjunto com a escala de normas sociais subjetivas, fundamentada no modelo teórico de Cialdini, Reno e Kallgren (1991). Essa etapa tem como objetivo identificar padrões, associações e diferenças entre os estilos parentais e os tipos de normas sociais percebidas pelos pais, permitindo analisar como as pressões sociais injuntivas e descritivas se relacionam com as práticas alimentares adotadas no contexto familiar.

4.1 Perfil da amostra

Na Tabela abaixo encontram-se os dados de perfil dos respondentes. A pesquisa contou com 210 respostas válidas, ou seja, pais com crianças acima de 6 meses e até 7 anos.

Tabela 1 - Perfil dos Respondentes

Gênero	94,3% feminino	5,7% masculino				
Estado Civil	72,9% casados	11,4% solteiros	10,5% união estável	5,2% divorciados		
Escolaridade pais	48,6% pós graduação completa	20% graduação completa	11,4% graduação incompleta	10% ensino médio completo	5,7% pós graduação incompleta	4,3% ensino médio incompleto
Provedores da residência	62,9% mãe e pai	26,2% pai	7,6% mãe	3,3% outro responsável		
Renda	32,9% de 3 a 5 salários	22,9% acima de 10 salários	17,1% até 2 salários	17,1% de 6 a 8 salários	10% de 9 a 10 salários	
Região	52,4% sul	23,3% sudeste	11% norte	9% nordeste	4,3% centro-oeste	

Fonte: autora (2026).

Conforme a Tabela 1 acima, o perfil dos respondentes caracteriza predominantemente pelo gênero feminino, casadas e com pós-graduação completa. A pesquisa buscou entender com os respondentes como é a dinâmica de renda das famílias, sendo 62,9% dos lares são providos pela mãe e pelo pai das crianças, sendo seguido por 26,2% dos lares providos somente pelo pai. Essa dinâmica familiar apresenta significativa relevância na renda familiar, sendo identificado uma renda familiar acima de 6 salários mínimos em 50% da residência dos respondentes. A idade média dos respondentes foi de 35,6 anos, sugerindo adultos em fase ativa de constituição familiar. Ademais, a intenção do estudo era explorar todas as regiões do Brasil com o objetivo de entender quais os estilos parentais e as

normas sociais estão presentes no país. A grande parte dos respondentes (52,4%) residem na região sul e a região que obtivemos menos respostas foi o centro-oeste (4,3%).

Referente aos filhos dos respondentes, foi elaborada uma estatística descritiva sobre o número de filhos, idade do último filho, idade dos respondentes e o número de moradores em cada residência conforme a Tabela abaixo:

Tabela 2 - Estatísticas Descritivas do Perfil dos Filhos

	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
Número de filhos	1.69	0.92	1	5
Idade último filho	3.12	2.12	0.00	8.00
Idade	35.60	7.18	20	55
Moradores na residência	3.78	1.02	2	8

Fonte: autores (2026).

Conforme descrito na Tabela 2 acima, a idade dos respondentes está entre 20 anos a 55 anos, sendo a idade mínima dos filhos menos que 1 ano e até 8 anos. Observa-se que os respondentes possuem, em média, 1,69 filhos, com idade média do filho mais novo de 3,12 anos, o que indica uma amostra predominantemente composta por pais de crianças em fases iniciais do desenvolvimento infantil. Foram também questionados sobre o número de filhos e obtivemos como respostas o mínimo de 1 filho e o máximo de 5 filhos. No que se refere à estrutura familiar, entender a dinâmica da quantidade de residentes em cada casa era relevante para entender a perspectiva de renda, sendo assim, obtivemos o mínimo de 2 pessoas e máximo de 8 pessoas residindo na mesma casa. Com a média de 3,78 pessoas por residência aponta para núcleos familiares relativamente compactos, o que tende a concentrar as decisões alimentares nos próprios pais.

Por fim, a seção de perfil dos respondentes teve como objetivo entender mais sobre as crianças de cada família. Sendo assim, foram questionados referente a frequência na escola, pois entender a dinâmica escolar faz com que o estudo aprofunde a questão alimentar de cada criança. Também foram questionados se a

rede de ensino é pública ou particular, pois a primeira oferece uma dieta equilibrada por nutricionistas e com base nisso as escolas públicas desenvolvem seu cardápio. Já as escolas particulares adotam realidades diferentes. Algumas podem oferecer alimentos também com base em cardápios nutricionais para cada idade, podem não oferecer alimento e solicitando para que os pais enviem o lanche da cada criança e também podem oferecer a venda de alimentos por meio de cantinas. Por fim, foram questionados quem é o responsável pela alimentação da criança e se elas possuem alguma restrição alimentar. A Tabela abaixo descreve os achados:

Tabela 3 - Frequência do Perfil das Crianças

Frequenta escola	61,4% sim	38,6% não	
Rede de ensino	38,6% não frequenta	34,3% escola/creche pública	27,1% escola/creche particular
Responsável pela criança	85,7% pais	9% escola	5,2% avós
Criança com restrição alimentar	83,3% não	16,7% sim	

Fonte: autora (2026).

Conforme a Tabela 3 acima, a maioria dos filhos dos entrevistados já frequentam a escola (61,4%), sendo que 34,3% frequenta o ensino público e 27,1% o ensino privado. Para entender quem é o responsável pela alimentação da criança, foi identificado que os pais apresentam mais responsabilidades (85,7%), seguidos da escola (9%) e avós (5,2%). Por fim, foram questionados sobre restrições alimentares das crianças, sendo identificados que 83,3% não possuem restrições, em contrapartida 16,7% possuem. Esse dado se confirma ao observar que, em 85,7% dos casos, os pais são os principais responsáveis pela alimentação da criança, enquanto a participação de avós ou da escola aparece de forma minoritária. Tal achado reforça a centralidade da família nuclear como principal agente decisório, aspecto fundamental para a análise da influência das normas sociais subjetivas nas escolhas parentais.

Tabela 4 - Tipo de Alimentação nas Escolas Particulares

Tipo de Alimentação Escola Particular	Contadores	% do Total	% acumulada
A criança compra lanche na cantina	1	0.5%	0.5%
A criança leva lanche de casa	47	22.4%	22.9%
A criança não come na escola	6	2.9%	25.7%
A escola fornece lanches conforme indicação de nutricionista	24	11.4%	37.1%
Não estuda na rede particular	132	62.9%	100.0%

Fonte: autora (2026).

Conforme a Tabela 4 acima, entre as crianças que frequentam a rede privada, destaca-se que a prática mais comum é levar lanche de casa, seguida pela oferta de alimentação fornecida pela própria escola com orientação nutricional. Esse dado é relevante, pois evidencia que, mesmo em ambientes institucionais, os pais mantêm forte influência sobre a alimentação da criança, seja diretamente, seja por meio da escolha da instituição e do tipo de alimentação oferecida.

Por fim, destaca-se que a análise estatística permitiu observar que diferentes configurações normativas se relacionam a práticas alimentares distintas, reforçando a hipótese de que o comportamento alimentar infantil é influenciado não apenas por fatores individuais ou informacionais, mas também por expectativas sociais percebidas e dinâmicas relacionais no ambiente familiar. Nesse sentido, os resultados quantitativos fornecem uma base analítica consistente para a compreensão das práticas parentais enquanto fenômenos situados, ao mesmo tempo em que orientam o aprofundamento interpretativo a ser desenvolvido na etapa qualitativa, permitindo explorar como tais associações são vivenciadas, negociadas e significadas pelos responsáveis no cotidiano alimentar das crianças.

4.2 Estilos Parentais e Normas Sociais

Nesta seção são apresentados os resultados da etapa quantitativa referentes aos estilos parentais na alimentação e às normas sociais subjetivas, compreendidas a partir das dimensões injuntiva e descritiva. A análise tem como objetivo examinar como as percepções de expectativas sociais e de comportamentos predominantes

no ambiente social dos pais se relacionam com as práticas alimentares adotadas no contexto familiar.

Os dados analisados foram obtidos por meio da aplicação do Questionário de Estilos Parentais na Alimentação (QEPA), em conjunto com itens adaptados da escala de normas sociais proposta por Cialdini, Reno e Kallgren (1991). Essa combinação permite compreender, sob a perspectiva do comportamento do consumidor, como diferentes padrões normativos podem influenciar os processos decisórios parentais relacionados à alimentação infantil.

A apresentação dos resultados foi organizada de forma a evidenciar, inicialmente, a análise fatorial dos estilos parentais e normas sociais, depois a distribuição dos estilos parentais identificados na amostra, seguida da análise das normas sociais percebidas pelos respondentes. Posteriormente, são exploradas as relações entre essas variáveis, buscando identificar associações e padrões que indiquem de que maneira as normas sociais injuntivas e descritivas se articulam com os estilos parentais na alimentação. Os achados são apresentados por meio de gráficos e Tabelas, facilitando a visualização dos resultados e subsidiando a discussão analítica desenvolvida na sequência.

Na tabela 5 abaixo os resultados estão relacionados com a análise fatorial exploratória das normas sociais. A AFE das variáveis de normas sociais revelou uma estrutura composta por três fatores, evidenciando que as percepções normativas dos respondentes se organizam em dimensões distintas, alinhadas às categorias teóricas de normas descritivas e injuntivas.

Tabela 5 - Análise Fatorial Exploratória das Normas Sociais

	Fator			Singularidade
	1	2	3	
Descritiva saudável 1	0.47			0.75
Descritiva não saudável 1		0.60		0.55
Descritiva não saudável 2		1.00		0.02
Descritiva saudável 2	0.78			0.38
Descritiva saudável 3	0.73			0.48
Injuntiva saudável 1	0.42		0.46	0.55
Injuntiva saudável 2			0.71	0.49
Injuntiva não saudável 1		0.46		0.78
Injuntiva saudável 3	0.37			0.76
Injuntiva saudável 4	0.37			0.86

Fonte: autora (2026).

O Fator 1 concentrou principalmente itens relacionados às normas descritivas saudáveis, incluindo Descritiva saudável 2 (0,78) e Descritiva saudável 3 (0,73), além de Descritiva saudável 1 (0,47). Esse agrupamento sugere uma dimensão associada à percepção de que comportamentos alimentares saudáveis são predominantes no ambiente social. Observa-se ainda a presença de cargas em itens de normas injuntivas saudáveis (como Injuntiva saudável 1, 0,42), indicando uma possível sobreposição entre o que é percebido como prática comum e o que é socialmente aprovado. O Fator 2 apresentou forte concentração de itens ligados às normas descritivas não saudáveis, com destaque para Descritiva não saudável 2 (1,00) e Descritiva não saudável 1 (0,60), além de Injuntiva não saudável 1 (0,46). Esse fator representa a percepção de que comportamentos alimentares não saudáveis são frequentes no contexto social, evidenciando a presença de normas que legitimam práticas alimentares menos alinhadas às recomendações nutricionais. O Fator 3, por sua vez, foi caracterizado principalmente por itens de normas injuntivas saudáveis, como Injuntiva saudável 2 (0,71) e Injuntiva saudável 1 (0,46), indicando uma dimensão associada às expectativas sociais e ao julgamento normativo sobre o que deve ser considerado adequado em termos de alimentação infantil.

A presença de cargas cruzadas, especialmente em itens como Injuntiva saudável 1, sugere que as normas descritivas e injuntivas não são completamente independentes, refletindo a interdependência entre o comportamento observado e o comportamento socialmente esperado. Além disso, alguns itens apresentaram altos níveis de singularidade (como Injuntiva saudável 4 e Injuntiva saudável 3), indicando menor capacidade de explicação pelos fatores extraídos, o que pode refletir maior variabilidade individual na interpretação dessas normas. De forma geral, os resultados indicam que as normas sociais no contexto da alimentação infantil se estruturam em três dimensões principais: normas descritivas saudáveis, normas descritivas não saudáveis e normas injuntivas saudáveis, reforçando a complexidade do ambiente normativo e a coexistência de diferentes referências sociais que orientam as decisões parentais.

Na tabela 6 abaixo os resultados estão relacionados com a análise fatorial exploratória dos estilos parentais. A análise fatorial exploratória aplicada aos itens do QEPA indicou uma estrutura multifatorial composta por quatro fatores,

evidenciando que os estilos parentais não se organizam de forma unidimensional na amostra analisada. Observa-se que diferentes itens apresentaram cargas fatoriais relevantes ($\geq 0,30$) distribuídas entre os fatores, sugerindo a presença de dimensões latentes distintas associadas às práticas parentais. Importante ressaltar que a numeração em cada QEPA refere-se às perguntas do questionário.

Tabela 6 - Análise Fatorial Exploratória dos Estilos Parentais

	Fator				Singularidade
	1	2	3	4	
QEPA1				0.34	0.79
QEPA2	0.59				0.48
QEPA3					0.86
QEPA4			0.72		0.52
QEPA5		0.67			0.47
QEPA6			0.55	-0.41	0.48
QEPA7		0.70			0.45
QEPA8				-0.40	0.73
QEPA9			0.42		0.64
QEPA10	0.30	0.51			0.44
QEPA11	0.37				0.63
QEPA12	0.62				0.45
QEPA13		0.67			0.58
QEPA14	0.86				0.29
QEPA15			0.66		0.46
QEPA16				0.75	0.42
QEPA17				0.52	0.63
QEPA18	0.91				0.20
QEPA19		0.69			0.40

Fonte: autora (2026).

Com base nos resultados, o Fator 1 apresentou cargas elevadas em itens como QEPA14 (0,86) e QEPA18 (0,91), além de QEPA12 (0,62) e QEPA2 (0,59), sugerindo uma dimensão consistente associada a práticas mais estruturadas e relacionadas à exigência parental. Esse fator indica a presença de comportamentos voltados ao estabelecimento de regras, controle e direcionamento das ações da criança. O Fator 2 concentrou itens como QEPA5 (0,67), QEPA7 (0,70), QEPA13 (0,67) e QEPA19 (0,69), indicando uma dimensão relativamente homogênea. Esse agrupamento pode ser interpretado como uma forma de mediação ou controle moderado, sugerindo práticas que equilibram orientação e flexibilidade, aproximando-se de padrões mais negociados de interação familiar. O Fator 3 reuniu itens como QEPA4 (0,72), QEPA6 (0,55), QEPA9 (0,42) e QEPA15 (0,66), indicando uma dimensão relacionada à responsividade parental, caracterizada por

sensibilidade às necessidades da criança, escuta e adaptação das práticas às demandas do contexto. O Fator 4, por sua vez, apresentou cargas relevantes em itens como QEPA16 (0,75) e QEPA17 (0,52), além de cargas negativas em QEPA6 (-0,41) e QEPA8 (-0,40), sugerindo uma dimensão polarizada. Esse fator pode estar associado a padrões de menor envolvimento ou inconsistência nas práticas parentais, possivelmente próximos ao estilo negligente ou desengajado.

A presença de cargas cruzadas (como QEPA10 e QEPA6) indica que determinados comportamentos parentais não são exclusivos de uma única dimensão, refletindo a complexidade e a fluidez das práticas familiares. Além disso, itens com alta singularidade (como QEPA3 e QEPA8) sugerem menor aderência ao modelo fatorial, indicando que podem não representar adequadamente os fatores identificados. De forma geral, os resultados apontam que os estilos parentais não se manifestam como categorias puras, mas como combinações de dimensões de exigência, responsividade e envolvimento, reforçando a necessidade de analisá-los como constructos dinâmicos e contextualmente influenciados.

Na Tabela 7 abaixo os resultados estão relacionados com as perguntas dos estilos parentais do questionário QEPA. Importante ressaltar que o estilo autoritativo é envolto de apoio, diálogo e incentivo positivo para a criança, o estilo autoritário é por meio de controle, coerção e pressão na criança, o estilo permissivo/indulgente é por meio de concessão, barganha e insistência excessiva na criança e, por último, temos o estilo negligente é a ausência de alguma prática, não sendo questionada diretamente em uma pergunta no questionário por esse motivo.

Tabela 7 - Frequência de Estilos Parentais

Estilo Parental	Contadores	% do Total	% acumulada
Negligente	53	25.2%	25.2%
Indulgente	48	22.9%	48.1%
Autoritativo	68	32.4%	80.5%
Autoritário	41	19.5%	100.0%

Fonte: Software Jamovi e autora (2026).

Conforme a Tabela 7 acima, foi possível identificar qual o estilo parental é predominante na família dos respondentes. O estilo autoritativo foi o que mais está presente nos lares brasileiros (32,4%), seguido pelo estilo negligente (25,2%), indulgente (22,9%) e autoritário (19,5%). Os dados apresentam um fato que a maioria dos pais buscam o estilo autoritativo que é o estilo condizente com maior apoio e incentivos positivos para a criança. Entretanto, o estilo negligente e indulgente apresentam grande porcentagem dentro dos lares, o que nos leva a entender que nesses lares não há regras, apoio para a criança, há barganhas e insistências excessivas, sendo essa realidade prejudicial conforme a literatura nos traz. Por último ficou o estilo autoritário que apresenta menor incidência nos lares, mas ainda apresenta uma porcentagem considerável.

Referente às Normas Descritivas Saudáveis, os respondentes foram questionados sobre situações típicas do dia a dia e como elas influenciam na dinâmica familiar. A Tabela 8 demonstra os resultados.

Tabela 8 - Normas Sociais Descritiva Saudáveis

NDS	Contadores	% do Total	% acumulada
Baixo	67	31.9%	31.9%
Alto	143	68.1%	100.0%

Fonte: autora (2026).

Diante do resultado apresentado na Tabela 8, podemos concluir que uma parcela significativa dos respondentes percebe que pessoas relevantes em seu convívio social (como familiares, amigos e outros pais) adotam comportamentos alimentares considerados saudáveis para crianças. Esse resultado sugere a presença de um ambiente social no qual práticas alinhadas às recomendações nutricionais são visíveis e socialmente reconhecidas, o que pode favorecer a legitimação dessas práticas no contexto familiar. A percepção de que “outros fazem” tende a funcionar como um reforço comportamental, contribuindo para a normalização da alimentação saudável na infância.

Já referente às normas descritivas não-saudáveis, os respondentes foram questionados sobre as situações no dia a dia que não estão alinhadas à alimentação saudável. A Tabela 9 explicita os resultados obtidos.

Tabela 9 - Normas Sociais Descritiva Não-Saudáveis

NDNS	Contadores	% do Total	% acumulada
Baixo	80	38.1%	38.1%
Alto	130	61.9%	100.0%

Fonte: autora (2026).

Conforme exposto na Tabela 9 acima, as normas descritivas não saudáveis também se mostram presentes, indicando que os pais percebem, simultaneamente, a adoção recorrente de práticas alimentares inadequadas em seu entorno social. A coexistência de normas descritivas saudáveis e não saudáveis revela um ambiente normativo ambíguo, no qual comportamentos contraditórios são observados e socialmente aceitos. Esse cenário pode gerar conflitos decisórios nos pais, especialmente quando práticas não saudáveis são amplamente difundidas ou culturalmente legitimadas, como o consumo frequente de alimentos ultraprocessados.

Referente às normas sociais injuntivas, que são baseadas em valores morais, sendo definidos pelo que é socialmente aceito como devem ou não fazer com base no comportamento dos indivíduos, a partir do exposto, os respondentes foram questionados sobre as normas sociais injuntivas saudáveis. Os resultados estão descritos na Tabela 10 a seguir.

Tabela 10 - Normas Sociais Injuntivas Saudáveis

NIS	Contadores	% do Total	% acumulada
Baixo	94	44.8%	44.8%
Alto	116	55.2%	100.0%

Fonte: autora (2026).

Conforme apresentado na Tabela 10 acima, no que se refere às normas injuntivas saudáveis, os resultados evidenciam que os pais percebem expectativas sociais claras em favor de práticas alimentares consideradas adequadas, sobretudo associadas a discursos institucionais, familiares e profissionais de saúde. Essas normas refletem o entendimento de que “o correto a fazer” é oferecer alimentos saudáveis às crianças, o que tende a aumentar a pressão moral e social para a adoção dessas práticas. A presença elevada de normas injuntivas saudáveis sugere que os pais estão cientes das recomendações e sentem-se socialmente cobrados a segui-las, ainda que isso nem sempre se traduza em comportamentos efetivos.

Já referente às normas sociais injuntivas não-saudáveis, os respondentes foram questionados referente às práticas não-saudáveis. Os resultados coletados estão demonstrados na Tabela 11 abaixo.

Tabela 11 - Normas Sociais Injuntivas Não-Saudáveis

NINS	Contadores	% do Total	% acumulada
Baixo	81	38.6%	38.6%
Alto	129	61.4%	100.0%

Fonte: autora (2026).

Conforme apresentado na Tabela 11 acima, as normas sociais injuntivas não-saudáveis indicam que, apesar do reconhecimento das recomendações oficiais, também existem expectativas sociais que legitimam práticas alimentares menos saudáveis. Essas normas podem se manifestar por meio de discursos familiares, celebrações sociais ou mensagens midiáticas que normalizam o consumo de alimentos ultraprocessados, doces e recompensas alimentares. A presença dessas normas injuntivas não saudáveis aponta para pressões sociais contraditórias, nas quais comportamentos inadequados não apenas são praticados, mas também socialmente aceitos ou incentivados.

De forma integrada, os resultados das quatro dimensões normativas revelam que os pais estão inseridos em um contexto social marcado por normas concorrentes, nas quais práticas saudáveis e não saudáveis coexistem tanto no plano do comportamento observado quanto no das expectativas sociais. Essa

sobreposição normativa contribui para a complexidade das decisões parentais, reforçando a ideia de que a alimentação infantil não é resultado apenas de conhecimento nutricional, mas de processos sociais, culturais e simbólicos.

Esses achados são particularmente relevantes para os objetivos do estudo, pois indicam que as normas sociais subjetivas atuam como um importante mecanismo de influência sobre os estilos parentais na alimentação. Ao evidenciar a presença simultânea de normas descritivas e injuntivas, saudáveis e não saudáveis, os resultados ajudam a explicar por que pais podem adotar práticas inconsistentes ou híbridas, alternando entre estratégias mais responsivas e mais permissivas ou restritivas, conforme o contexto social em que estão inseridos.

Para entendermos o agrupamento entre os estilos parentais, normas sociais e características sociodemográficas dos respondentes, foi feita uma associação com as respostas coletadas que estão descritas na Tabela 12 a seguir.

Tabela X. Associação entre normas sociais, características sociodemográficas e estilos parentais (frequências por coluna e teste do qui-quadrado)

Variável	Categoria	Negligente n (%) (25,2%)	Indulgente n (%) (22,9%)	Autoritativo n (%) (32,4%)	Autoritário n (%) (19,58%)	χ^2 (gl)	p
Normas descritivas saudáveis	Baixo (31,9%)	18 (34,0)	12 (25,0)	22 (32,4)	15 (36,6)	1,58 (3)	0,665
	Alto (68,1%)	35 (66,0)	36 (75,0)	46 (67,6)	26 (63,4)		
Normas descritivas não saudáveis	Baixo (38,1%)	23 (43,4)	13 (27,1)	36 (52,9)	8 (19,5)	15,50 (3)	0,001
	Alto (61,9%)	30 (56,6)	35 (72,9)	32 (47,1)	33 (80,5)		
Normas injuntivas saudáveis	Baixo (44,8%)	31 (58,5)	24 (50,0)	19 (27,9)	20 (48,8)	12,60 (3)	0,006
	Alto (55,2%)	22 (41,5)	24 (50,0)	49 (72,1)	21 (51,2)		
Normas injuntivas não saudáveis	Baixo (38,6%)	26 (49,1)	12 (25,0)	30 (44,1)	13 (31,7)	7,89 (3)	0,048
	Alto (61,4%)	27 (50,9)	36 (75,0)	38 (55,9)	28 (68,3)		
Restrição alimentar	Não (83,3%)	48 (90,6)	40 (83,3)	54 (79,4)	33 (80,5)	2,99 (3)	0,393
	Sim (16,7%)	5 (9,4)	8 (16,7)	14 (20,6)	8 (19,5)		
Responsável pela alimentação	Pais (85,7%)	50 (94,3)	38 (79,2)	55 (80,9)	37 (90,2)	6,88 (3)	0,076
	Outros (16,7%)	3 (5,7)	10 (20,8)	13 (19,1)	4 (9,8)		
Frequente escola	Não (38,6%)	21 (39,6)	21 (43,8)	22 (32,4)	17 (41,5)	1,82 (3)	0,61
	Sim (61,4%)	32 (60,4)	27 (56,3)	46 (67,6)	24 (58,5)		
Rede de ensino	Pública (55%)	12 (37,5)	17 (63,0)	33 (71,7)	10 (41,7)	11,60 (3)	0,009
	Particular (45%)	20 (62,5)	10 (37,0)	13 (28,3)	14 (58,3)		
Faixa etária do responsável	> 30 anos	45 (84,9)	34 (70,8)	56 (82,4)	28 (68,3)	5,82 (3)	0,121
	≤ 30 anos	8 (15,1)	14 (29,2)	12 (17,6)	13 (31,7)		
Escolaridade	> Ensino superior	42 (79,2)	38 (79,2)	48 (70,6)	28 (68,3)	2,54 (3)	0,468
	≤ Ensino superior	11 (20,8)	10 (20,8)	20 (29,4)	13 (31,7)		
Estado civil	Casado (73%)	46 (86,8)	41 (85,4)	44 (64,7)	22 (53,7)	19,00 (3)	< 0,001
	Outro (17%)	7 (13,2)	7 (14,6)	24 (35,3)	19 (46,3)		
Situação de emprego	Casal	36 (67,9)	27 (56,3)	40 (58,8)	29 (70,7)	3,04 (3)	0,385
	Apenas um	17 (32,1)	21 (43,8)	28 (41,2)	12 (29,3)		
Faixa de renda	< 5 salários	21 (39,6)	22 (45,8)	36 (52,9)	26 (63,4)	5,80 (3)	0,122
	≥ 5 salários	32 (60,4)	26 (54,2)	32 (47,1)	15 (36,6)		
Localidade	Sul	32 (60,4)	29 (60,4)	32 (47,1)	17 (41,5)	5,33 (3)	0,149
	Outras	21 (39,6)	19 (39,6)	36 (52,9)	24 (58,5)		

Fonte: autora (2026)

Nota: N total = 210; Negligente = 53 | Indulgente = 48 | Autoritativo = 68 | Autoritário = 41; Os valores representam frequência absoluta (n) e porcentagem por coluna (%). O teste do qui-quadrado de Pearson foi utilizado para avaliar associações entre estilos parentais e normas sociais, bem como variáveis sociodemográficas e contextuais. Valores em negrito indicam associações estatisticamente significativas ($p < 0,05$).

A análise da Tabela 12 de associação evidencia que as normas sociais apresentam relações distintas com os estilos parentais na alimentação, indicando que as decisões parentais não ocorrem de forma homogênea frente às pressões normativas. Os resultados apontam que nem todas as dimensões normativas se associam de maneira significativa aos estilos parentais, o que reforça a necessidade de diferenciar analiticamente normas descritivas e injuntivas, bem como seu conteúdo saudável ou não saudável.

Observa-se que as normas descritivas saudáveis não apresentaram associação estatisticamente significativa com os estilos parentais ($\chi^2(3)=1,58$; $p < 0,665$), sugerindo que a simples percepção de que outras pessoas adotam práticas alimentares saudáveis não é suficiente para diferenciar os padrões de exigência e responsividade dos pais. Esse resultado indica que comportamentos observados no ambiente social, quando não acompanhados de expectativas explícitas, tendem a exercer influência limitada sobre a estrutura das práticas parentais, funcionando mais como um pano de fundo normativo do que como um fator decisório direto.

Em contraste, as normas descritivas não saudáveis apresentaram associação estatisticamente significativa com os estilos parentais ($\chi^2(3)= 15,50$; $p < 0,001$). Observa-se maior concentração de pais classificados nos estilos autoritário e indulgente entre aqueles que percebem com maior intensidade a adoção de práticas alimentares não saudáveis em seu entorno social. Esse resultado indica que a normalização social do consumo de alimentos ultraprocessados pode legitimar tanto práticas excessivamente permissivas quanto excessivamente controladoras, reforçando padrões alimentares menos alinhados às recomendações nutricionais.

No que se refere às normas injuntivas saudáveis, apresentou um resultado significativo ($\chi^2(3)= 12,60$; $p < 0,006$) com uma associação significativa com os estilos parentais indica que expectativas sociais explícitas, como recomendações de profissionais de saúde, discursos institucionais e orientações escolares, exercem papel central na organização das práticas parentais. Observa-se maior alinhamento dessas normas com estilos parentais caracterizados por equilíbrio entre exigência e

responsividade, o que reforça a ideia de que normas injuntivas saudáveis funcionam como guias normativos claros para a tomada de decisão, especialmente em contextos de maior conscientização sobre alimentação infantil. Nesse resultado também pode ser observado que o estilo negligente apresentou dados significativos no desencontro da pesquisa, ou seja, observou-se que os pais negligentes, no contexto das normas injuntivas saudáveis, o estilo parental negligente apresentou maior frequência associada à baixa adesão. Esse resultado sugere que pais com esse perfil apresentam menor alinhamento com expectativas sociais relacionadas à alimentação infantil, o que pode indicar não apenas menor internalização dessas normas, mas também um distanciamento em relação às pressões sociais que orientam práticas consideradas adequadas. Tal comportamento pode estar associado à baixa responsividade e exigência características desse estilo, reduzindo a influência de normas externas sobre as decisões parentais.

Por outro lado, as normas injuntivas não saudáveis também apresentaram associação significativa com os estilos parentais ($\chi^2(3) = 7,89$; $p < 0,05$), evidenciando a presença de pressões sociais contraditórias. A existência de expectativas que legitimam práticas alimentares inadequadas sugere que, mesmo diante de recomendações oficiais, os pais enfrentam discursos sociais que minimizam os riscos associados ao consumo de alimentos não saudáveis. Essa ambiguidade normativa contribui para a adoção de estilos parentais menos consistentes ou híbridos, nos quais práticas saudáveis e não saudáveis coexistem no cotidiano alimentar da criança.

De forma integrada, a tabela de associação revela que as normas injuntivas, tanto saudáveis quanto não saudáveis, apresentam maior capacidade explicativa dos estilos parentais quando comparadas às normas descritivas. Esse achado confirma a premissa teórica de que expectativas sociais explícitas tendem a exercer influência mais direta sobre o comportamento do que a simples observação do comportamento alheio. Além disso, os resultados evidenciam que normas sociais não saudáveis desempenham papel central na manutenção de práticas alimentares inadequadas, funcionando como mecanismos de legitimação social.

Ademais, dois outros tópicos apresentam relações específicas com os estilos parentais e/ou com a percepção das normas sociais subjetivas, sendo eles a rede

de ensino e estado civil dos pais. No que se refere à rede de ensino ($\chi^2(3)= 11,60$; $p < 0,01$), observa-se que a inserção da criança em escola pública ou privada não representa apenas uma variável demográfica, mas um elemento contextual que pode ampliar a exposição a diferentes ambientes normativos. A associação identificada sugere que a escola atua como um espaço de reforço social, no qual normas descritivas (o que outras crianças consomem) e normas injuntivas (regras institucionais sobre alimentação) podem influenciar as práticas parentais. Especialmente em contextos onde há oferta de alimentação institucional ou orientação nutricional formal, verifica-se potencial impacto na organização das estratégias alimentares adotadas pelos pais, reforçando o papel da escola como agente complementar de socialização do consumo alimentar.

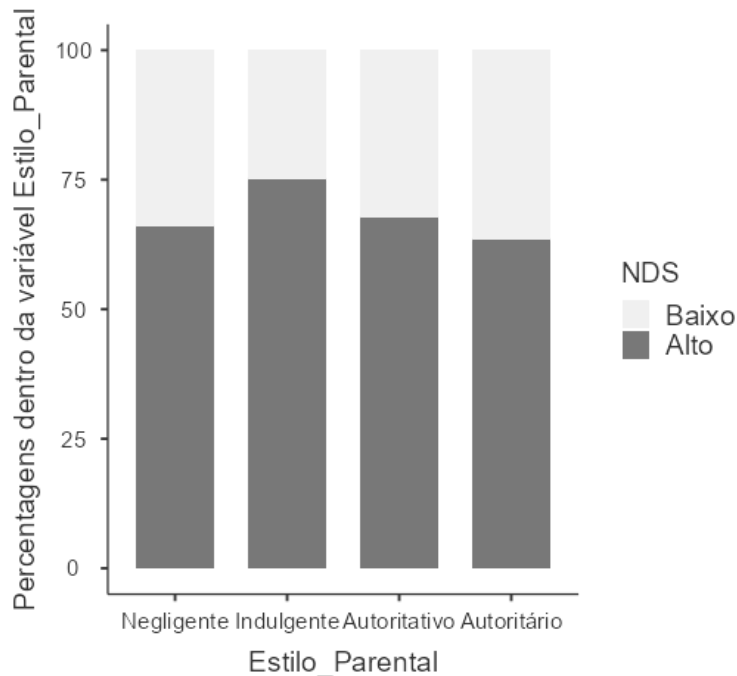
Em relação ao estado civil, a associação observada indica que a estrutura conjugal influencia a dinâmica decisória relacionada à alimentação infantil ($\chi^2(3)= 19$; $p < 0,001$). Entre pais casados, a presença de dois responsáveis tende a favorecer negociações e construções compartilhadas das práticas alimentares, o que pode impactar diretamente os níveis de exigência e responsividade característicos dos estilos parentais. Por outro lado, nos casos de pais solteiros ou divorciados, especialmente em situações de guarda compartilhada, a criança pode estar exposta a múltiplos ambientes normativos e a diferentes padrões de prática alimentar, o que pode gerar inconsistências ou variações nos estilos parentais identificados. Essa multiplicidade de referências reforça a importância das normas sociais no processo decisório, uma vez que os pais podem recorrer a padrões externos como forma de legitimar suas escolhas.

De modo geral, os resultados sugerem que tanto a rede de ensino quanto o estado civil não atuam de forma isolada, mas como variáveis estruturais que moldam o contexto social no qual as decisões alimentares são tomadas. Essas associações reforçam a perspectiva da Administração de que o comportamento de consumo, mesmo no âmbito familiar, é influenciado por estruturas institucionais e arranjos sociais, confirmando a relevância de analisar a alimentação infantil como um fenômeno socialmente construído.

Como etapa final da análise dos dados, foram cruzados os resultados dos estilos parentais com as normas sociais com a finalidade de entender como eles se

associam. As figuras complementam a análise da Tabela 10 de associação. Abaixo estão dispostas as figuras com os resultados obtidos.

Figura 1 - Associação entre Normas Descritivas Saudáveis e Estilos Parentais

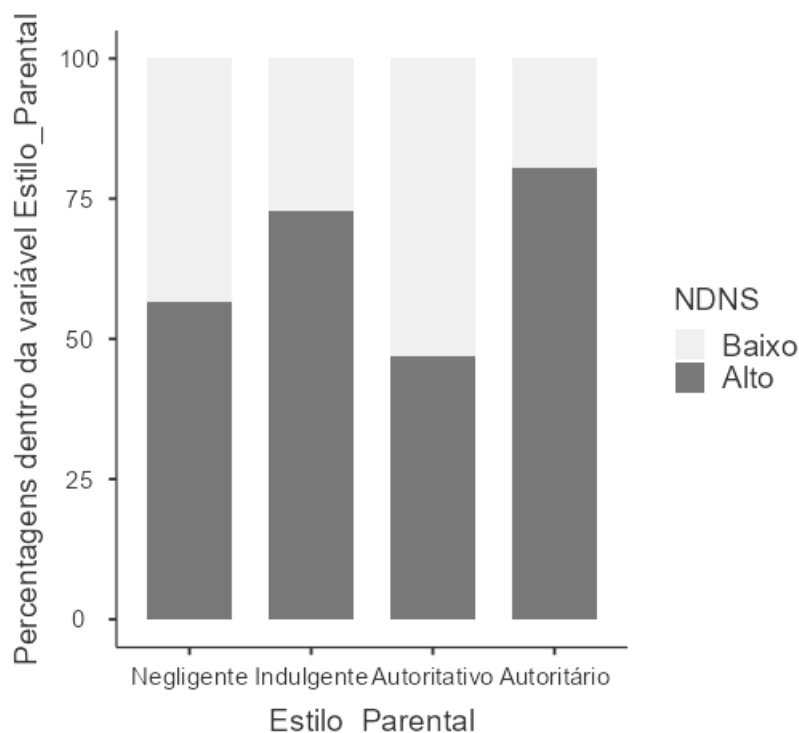


Fonte: autora (2026).

De acordo com a Figura 1 apresentada acima, observa-se que a associação entre as normas descritivas saudáveis e os estilos parentais na alimentação não apresentam diferença estatisticamente significativa entre os estilos parentais ($\chi^2(3) = 1,58$; $p = 0,665$), indicando que a percepção de que outras famílias adotam práticas alimentares saudáveis é relativamente homogênea entre pais com diferentes estilos parentais. Esse resultado sugere que, embora normas descritivas saudáveis estejam amplamente presentes no ambiente social dos respondentes, elas não se traduzem, de forma isolada, em diferenças claras nas práticas parentais de alimentação. Esse achado indica que a simples percepção de um padrão social saudável não é suficiente para diferenciar estratégias parentais, reforçando a ideia de que normas descritivas, quando não acompanhadas de expectativas normativas explícitas, podem ter impacto limitado na tomada de decisão.

Já referente às normas descritivas não-saudáveis, os resultados encontrados estão representados na Figura 2.

Figura 2 - Associação entre Normas Descritivas Não-Saudáveis e Estilos Parentais

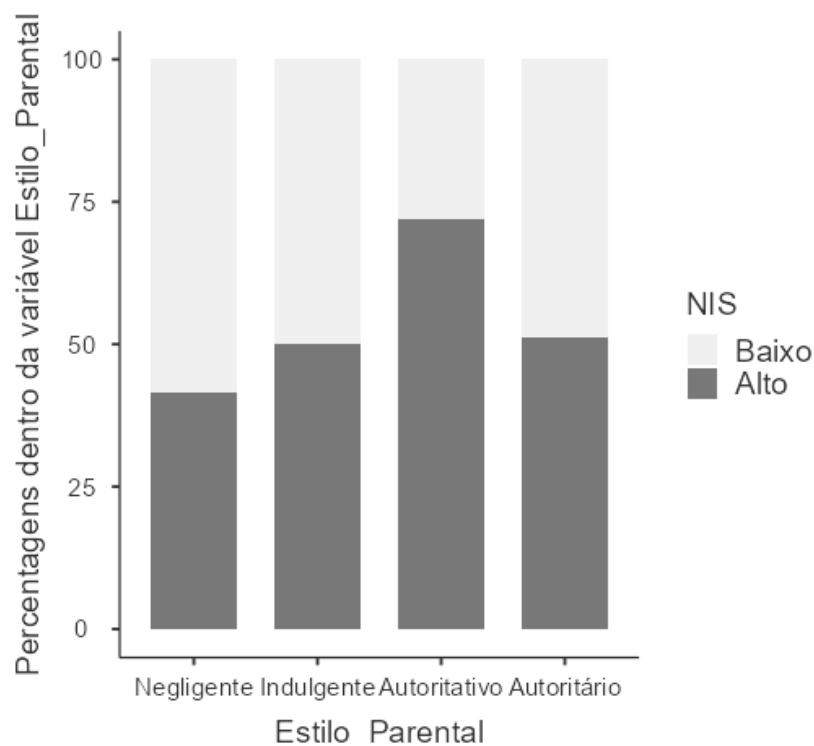


Fonte: autora (2026).

Conforme a Figura 2 acima, há evidência de uma associação estatisticamente significativa entre as normas descritivas não saudáveis e os estilos parentais ($\chi^2(3) = 15,50$; $p = 0,001$). Observa-se que os estilos autoritário e indulgente apresentam maiores proporções de alta percepção de normas descritivas não saudáveis, enquanto os estilos negligente e autoritativo concentram-se relativamente mais nas categorias de menor percepção desse tipo de norma. Esse resultado sugere que a percepção de que “a maioria das pessoas oferece alimentos não saudáveis às crianças” está associada a estilos parentais mais polarizados, seja pelo excesso de controle, seja pela maior permissividade. Esse achado indica que padrões de mercado e comportamentos socialmente observados podem legitimar decisões parentais menos alinhadas às recomendações nutricionais, funcionando como um mecanismo de normalização do consumo de alimentos não saudáveis.

Referente às normas injuntivas saudáveis, a Figura 3 abaixo demonstra a correlação obtida.

Figura 3 - Associação entre Normas Injuntivas Saudáveis e Estilos Parentais

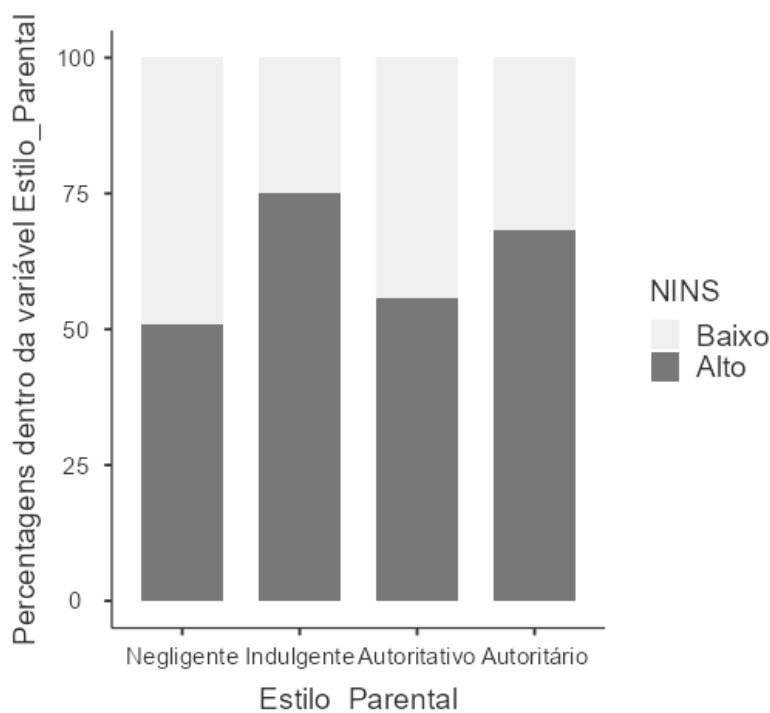


Fonte: autora (2026).

Conforme a Figura 3 acima, há uma associação entre normas injuntivas saudáveis e os estilos parentais, revelando diferença estatisticamente significativa ($\chi^2(3) = 12,60$; $p = 0,006$). Destaca-se que o estilo autoritativo apresenta proporção significativamente maior de alta percepção de normas injuntivas saudáveis quando comparado aos demais estilos. Esse resultado indica que pais autoritativos percebem de forma mais intensa expectativas sociais explícitas relacionadas à alimentação saudável, como recomendações de profissionais de saúde, escola e discursos institucionais. Esse achado reforça que normas injuntivas exercem influência relevante sobre estilos parentais caracterizados por maior equilíbrio entre controle e responsividade, orientando práticas alimentares mais estruturadas e alinhadas a padrões legitimados socialmente.

Por fim, a Figura 4 apresenta os achados relacionados às normas injuntivas não saudáveis e estilos parentais.

Figura 4 - Associação entre Normas Injuntivas Não-Saudáveis e Estilos Parentais



Fonte: autora (2026).

De acordo com a Figura 4 acima, a associação entre normas injuntivas não saudáveis e estilos parentais também demonstra diferença estatisticamente significativa ($\chi^2(3) = 7,89; p = 0,048$). Observa-se que os estilos autoritário e indulgente apresentam maior proporção de alta percepção desse tipo de norma, enquanto os estilos negligente e autoritativo concentram-se mais nas categorias de menor percepção. Esse resultado sugere que para determinados pais existem expectativas sociais que legitimam ou minimizam o consumo de alimentos não saudáveis, influenciando práticas alimentares menos reguladas ou excessivamente controladoras. Do ponto de vista do comportamento do consumidor, esse achado evidencia como normas injuntivas não saudáveis podem funcionar como mecanismos de racionalização das decisões parentais, reduzindo a percepção de risco associada a escolhas alimentares inadequadas.

De forma integrada, os resultados indicam que as normas sociais injuntivas exercem influência mais consistente sobre os estilos parentais do que as normas descritivas saudáveis, corroborando a literatura que aponta o papel central das expectativas sociais explícitas na orientação do comportamento (Cialdini, Reno &

Kallgren, 1991). Além disso, observa-se que normas (especialmente as não saudáveis) estão associadas de maneira distinta aos estilos parentais, sugerindo que a tomada de decisão alimentar no contexto familiar é fortemente influenciada por pressões normativas percebidas no ambiente social e mercadológico. Esses achados reforçam a relevância de analisar a alimentação infantil sob a lente da Administração, considerando a família como uma unidade decisória sujeita a normas, padrões de mercado e processos de legitimação social.

Esses achados contribuem diretamente para os objetivos do estudo ao demonstrar que as normas sociais subjetivas não atuam de maneira homogênea, mas se articulam de forma distinta com os estilos parentais na alimentação. A análise reforça a necessidade de considerar o ambiente normativo mais amplo, incluindo pressões sociais contraditórias, ao compreender as decisões parentais, ampliando o entendimento do comportamento alimentar infantil sob a perspectiva da Administração e do comportamento do consumidor.

Na próxima seção será apresentado o perfil dos entrevistados da pesquisa qualitativa, seguido da discussão dos achados nos dois estudos.

5 PESQUISA QUALITATIVA

5.1 Perfil dos participantes

A caracterização do perfil dos participantes das entrevistas qualitativas é essencial para compreender o contexto social, familiar e decisório no qual se inserem as narrativas analisadas nesta etapa do estudo. Considerando que a abordagem qualitativa busca aprofundar a compreensão dos significados, percepções e experiências dos pais e responsáveis em relação às práticas alimentares infantis, a apresentação desse perfil permite situar os discursos produzidos e interpretar os resultados à luz das realidades vivenciadas pelos participantes.

Neste tópico, são descritas as principais características dos entrevistados, tais como idade, sexo, escolaridade, composição familiar, número e idade dos filhos, bem como o papel desempenhado na tomada de decisões relacionadas à alimentação das crianças. Essas informações contribuem para contextualizar as diferentes perspectivas apresentadas nas entrevistas, evidenciando como fatores individuais e familiares podem influenciar a forma como as normas sociais e os estilos parentais se manifestam no cotidiano alimentar.

Ademais, a descrição do perfil dos participantes qualitativos permite avaliar a diversidade e a adequação do grupo entrevistado em relação aos objetivos da pesquisa, reforçando a credibilidade e a consistência das análises desenvolvidas. Ao situar os participantes no âmbito das unidades familiares e dos processos decisórios, este tópico estabelece a base para a análise temática subsequente, na qual são exploradas as dinâmicas sociais e parentais que orientam as escolhas alimentares na infância.

Na tabela 13 a seguir encontram-se os dados de perfil dos respondentes. A pesquisa contou com 10 respostas válidas, ou seja, pais com crianças acima de 6 meses e até 7 anos.

Tabela 13 - Perfil dos Respondentes

Nº	Sexo	Idade	Renda	Escolaridade	Estado Civil	Idade Filho(S)
E1	Mulher	30 anos	De 3 a 5 salários mínimos	Ensino superior	Casada	4 anos
E2	Mulher	30 anos	De 6 a 10 salários mínimos	Pós graduação	Casada	5 anos
E3	Mulher	28 anos	De 3 a 5 salários mínimos	Ensino superior	Solteira	2 anos
E4	Homem	38 anos	De 6 a 10 salários mínimos	Ensino superior	Divorciado	6 anos
E5	Homem	44 anos	Acima de 10 salários	Pós graduação	Casado	11 anos; 1 ano e 8 meses
E6	Mulher	36 anos	De 6 a 10 salários mínimos	Ensino superior	Casada	5 anos; 9 meses
E7	Mulher	43 anos	Acima de 10 salários	Ensino superior	Casada	11 anos; 7 anos
E8	Mulher	28 anos	De 3 a 5 salários mínimos	Ensino superior	Casada	7 meses
E9	Mulher	23 anos	De 3 a 5 salários mínimos	Ensino superior	Casada	1 ano
E10	Homem	39 anos	De 6 a 10 salários mínimos	Pós graduação	Divorciado	9 anos; 8 anos; 4 anos

Fonte: autora (2026) .

Conforme a tabela 13 acima, a etapa qualitativa do estudo contou com a participação de dez entrevistados, sendo predominantemente composta por mulheres. Ainda que homens também estejam representados na amostra, especialmente em contextos de guarda compartilhada, observa-se que a responsabilidade cotidiana e decisória sobre a alimentação recai majoritariamente sobre as mães conforme serão apresentados os dados posteriormente, corroborando achados da literatura que apontam a alimentação infantil como uma atribuição socialmente associada ao papel materno.

Os entrevistados apresentam idades variando entre 23 e 44 anos, refletindo uma maior representatividade de gerações para a pesquisa. As idades dos filhos variam de 7 meses a 11 anos, o que permite captar percepções parentais tanto no momento da introdução alimentar quanto nas etapas posteriores de consolidação dos hábitos alimentares, além da relação entre irmãos com idades distintas. Essa diversidade etária contribui para uma compreensão mais ampla das decisões parentais ao longo do desenvolvimento infantil, especialmente no que se refere à persistência de práticas aprendidas nos primeiros anos de vida.

No que diz respeito à condição socioeconômica, a maioria dos participantes possui renda entre três e dez salários mínimos, com presença significativa de entrevistados com renda acima desse patamar. O nível de escolaridade é elevado, predominando o ensino superior completo e pós-graduação, o que sugere maior acesso à informação sobre alimentação saudável. Esse perfil tende a influenciar tanto a percepção das normas sociais quanto a forma como os pais interpretam recomendações nutricionais e pressões externas.

Em relação à estrutura familiar, observa-se predominância de entrevistados casados, embora também estejam presentes pais e mães solteiros e divorciados, especialmente em contextos de guarda compartilhada. Nos casos de separação, a decisão alimentar tende a ser exercida de forma independente em cada residência, o que revela a existência de múltiplos ambientes normativos e práticas alimentares distintas para a mesma criança. Esse aspecto é particularmente relevante para a análise das normas sociais descritivas, uma vez que amplia a exposição da criança a diferentes padrões de comportamento alimentar.

A análise da variável “quem toma a decisão alimentar” evidencia que, mesmo quando a renda familiar é compartilhada ou quando ambos os pais participam do cuidado, a decisão final sobre a alimentação infantil é majoritariamente atribuída à mãe. Em alguns casos, a decisão é descrita como conjunta, porém com maior peso da opinião materna. Em outros, há influência adicional de figuras como a avó materna, reforçando o papel das relações interfamiliares na construção das práticas alimentares. Esses achados indicam que as decisões alimentares são socialmente negociadas, mas hierarquizadas, refletindo dinâmicas de poder e legitimidade no interior da família.

De forma geral, o perfil qualitativo revela um grupo de pais e mães fortemente envolvidos com a alimentação dos filhos, inseridos em contextos de elevada escolaridade e expostos a múltiplas fontes de influência social. Esse cenário é particularmente propício para explorar, em profundidade, como normas sociais injuntivas e descritivas se manifestam nas decisões parentais, bem como de que maneira essas normas se articulam com diferentes estilos parentais na alimentação, objetivo central desta etapa qualitativa do estudo.

Na próxima seção, serão discutidos os achados da pesquisa qualitativa em conjunto com os resultados da pesquisa quantitativa.

5.2 Análise temática

A análise dos dados qualitativos foi conduzida por meio de análise temática, orientada pelos princípios da análise de conteúdo (Bardin, 2016), com o objetivo de identificar padrões de sentido recorrentes nas narrativas dos entrevistados sobre decisões alimentares infantis e suas relações com normas sociais e estilos

parentais. Em consonância com o desenho sequencial do estudo, esta etapa qualitativa teve caráter explicativo e de aprofundamento, buscando compreender como as influências normativas são percebidas, interpretadas e negociadas no cotidiano familiar, bem como esclarecer mecanismos e nuances associados aos achados da fase quantitativa.

O procedimento analítico seguiu etapas de (i) pré-análise, com leitura flutuante e organização do corpus; (ii) exploração do material, com codificação de unidades de registro relacionadas a práticas alimentares, fontes de influência social, episódios de cobrança/julgamento, estratégias de enfrentamento e processos de decisão; e (iii) tratamento e interpretação, mediante agrupamento dos códigos em temas mais amplos e construção de categorias analíticas que representassem regularidades e contrastes entre os entrevistados (Bardin, 2016). A partir desse processo, emergiram e/ou foram refinadas categorias temáticas que estruturam esta seção, tais como normas injuntivas e sentimento de julgamento, autoridade parental e resistência à pressão, diferenças de gênero na experiência normativa, efeitos do ciclo de vida da criança, rotinas e tensões entre ideal e praticidade, arranjos familiares e múltiplos ambientes normativos, além da influência de mídia/marketing e profissionais de saúde.

A análise temática das entrevistas qualitativas aprofunda os resultados da etapa quantitativa ao explorar como pais e responsáveis interpretam e vivenciam normas sociais, pressões externas e dinâmicas familiares no cotidiano alimentar infantil. Conforme indicado pelo perfil dos participantes, trata-se de um grupo com elevada escolaridade, diversidade de arranjos familiares e forte envolvimento com decisões alimentares, o que se mostra propício para compreender como normas injuntivas e descritivas se manifestam, são negociadas e se articulam com estilos parentais.

A apresentação dos resultados qualitativos está organizada por temas, com trechos de fala (excertos) utilizados para ilustrar os sentidos predominantes e sustentar a interpretação. Assim, privilegia-se uma descrição analítica do conteúdo manifestado pelos entrevistados, evidenciando como as normas sociais se materializam em experiências concretas e como se articulam com práticas parentais e contextos institucionais.

De modo geral, os achados evidenciam que as decisões parentais relacionadas à alimentação infantil não podem ser compreendidas exclusivamente como escolhas individuais, mas como práticas socialmente construídas, influenciadas por normas subjetivas, arranjos familiares e contextos institucionais. Nessa perspectiva, a análise confirma a centralidade das normas sociais (tanto descritivas quanto injuntivas) na configuração dos estilos parentais na alimentação, reforçando a proposição de que o comportamento humano é orientado por percepções acerca do que os outros fazem e do que os outros aprovam (Cialdini, Reno e Kallgren, 1991).

5.2.1 Normas injuntivas como pressão: questionamento, cobrança e culpa parental

Um primeiro tema recorrente nas entrevistas é a experiência de normas injuntivas como pressão social, expressa na forma de questionamentos, cobranças e vigilância moral sobre as escolhas alimentares. Todos os entrevistados apresentaram ressalvas de normas injuntivas no início da socialização alimentar dos filhos. A E1 relata que os avós maternos e paternos frequentemente questionavam suas decisões: “Julgada não, mas questionada sim. Principalmente pelos avós, né?”. Esses questionamentos sinalizam como familiares próximos tentam exercer influência sobre decisões parentais.

A experiência narrada se aproxima do ditado “nasce uma mãe, nasce uma culpa”, conforme apresentado por Battistela-Lima e Botelho (2019), ao descrever a naturalização de expectativas sociais que responsabilizam a mãe pelo bem-estar e pelas escolhas relacionadas aos filhos. Esse tema aparece de forma direta nos relatos de E3 e E6, destacando o sentimento de julgamento, cobrança e comparação, inclusive com a influência da presença de profissionais de saúde e de redes sociais.

“Bom, eu acho que nasce uma mãe, nasce uma culpa. Assim que nasce você é bombardeado de julgamento e cobrança, né? [...] Hoje eu me eu mesmo me cobro em ver nas redes sociais, por exemplo, vejo que algumas mães conseguem seguir até uma alimentação tudo certinho, então eu me cobro por isso, me sinto mal às vezes por não conseguir acompanhar. E também tem um pouco de cobrança, por exemplo, do pediatra dela, né? Ele sempre fala: "Ai, mas você tem que evitar esse tipo de alimentação. Ai, mas não pode dar doce". Eu acho que assim, vão existir cobranças de todos os lados, de todas as formas. Se você fizer uma alimentação mais rígida, vai ter

cobrança. Se você for mais flexível, também vai ter cobrança e eu tento filtrar ao máximo isso.” - E3.

“A maioria das vezes vem de familiares, né? Mais próximos que tem mais intimidade, creio que sintam-se mais confortável de falar sobre é, as escolhas da do que dar e até tentar dar coisas não saudáveis, né? É, na minha família as avós dos meus filhos tem uma consciência boa até de não oferecer porcarias. e afins, mas e coisas não saudáveis, mas sim, a hora ou outra querem ofertar algo que não tem necessidade, né?” - E6.

Essas falas mostram que as normas injuntivas operam como expectativa explícita do que “deveria” ser feito e, por isso, tendem a produzir sentimentos de cobrança e necessidade de justificativa. Além disso, a pressão não é homogênea: ela se intensifica em determinados momentos e contextos, como será discutido nos temas seguintes.

5.2.2 Resistência à pressão: autoridade parental, imposição e convicção informada

Um segundo tema envolve a forma como pais e mães respondem a essas pressões. Parte dos entrevistados descreve que, embora seja “bombardeada” por questionamentos, mantém a decisão e impõe limites às interferências externas. Esse posicionamento aparece como exercício de autoridade parental e, em alguns casos, como “convicção informada”, fundamentada em conhecimento prévio e busca ativa por informações.

A E8 afirma que opiniões familiares existem, mas não moldam sua prática:

“É, os familiares, acho que opinam muito, mas não influenciam em nada, porque geralmente eu não sigo o que eles falam, geralmente para mim, como mãe, que sou área da saúde e pesquisa, sabe? Entendo um pouco mais sobre as coisas, sobre como as coisas funcionam hoje em dia nessa questão, né?” - E8.

De modo semelhante, E2 descreve uma postura de preparação informacional e de fronteira clara entre opinião alheia e decisão parental:

“Só que eu sou uma pessoa que tem uma opinião bem informada, porque antes de eu ter a minha filha, quando eu engravidei, eu tentei absorver o máximo de informações possíveis sobre tudo. parto, criação, alimentação, tudo, tudo, tudo. Justamente para ter essa opinião de que, às vezes, a pessoa vai vir criticar, mas eu sei o que eu estou fazendo. Aí, eu não me deixo ser tão influenciada.” - E2.

“Então, eu não sou uma pessoa que vou colocar amizade na frente da criação da minha filha, então, se eu tiver que ser um pouco mais ríspida dando a resposta, vou ser ríspida dando as respostas. Eu vou escutar o que a pessoa tem a falar, mas eu vou cortar a pessoa. Se eu ver que ela tá

insistindo, eu vou cortar a pessoa para ela entender que essa é uma decisão minha, porque as consequências também serão minhas”. - E2.

A interpretação desses relatos sugere que a pressão normativa pode levar não apenas à conformidade, mas também à reafirmação da autoridade parental. Em termos de estilo parental, esse movimento é coerente com a presença de regras claras, responsabilização e limites, combinados com racionalidade e autonomia decisória, aproximando-se do estilo autoritativo, descrito por Hughes et al. (2005) como alto suporte, incentivo e diálogo, com regras claras que promovem autonomia das crianças.

5.2.3 Normas injuntivas, gênero e trajetória parental: diferenças na experiência de julgamento

Outro tema recorrente diz respeito à diferença de gênero na vivência de julgamento e cobrança. As entrevistas sugerem que mães reportam maior intensidade de cobrança moral, enquanto pais tendem a relativizar a experiência do julgamento. O E4 expressa uma percepção mais leve:

“E mesmo que tenha havido julgamentos, provavelmente os levei de maneira como opiniões e não carreguei esse ‘peso’ do julgamento”. Já E8 sinaliza que a pressão pode ser particularmente forte quando vem de figuras parentais próximas: “as opiniões da minha mãe para mim são muito forte, sabe?”.

Esse padrão é coerente com Battistela-Lima e Botelho (2019), que apontam que a parentalidade é atravessada por exigências normativas que reforçam sentimentos de culpa, sobretudo direcionados às mães. Além do gênero, os relatos sugerem um efeito da trajetória parental: pais com mais de um filho percebem redução da pressão ao longo do tempo. O E10 afirma:

“Sim, principalmente quando fui pai pela primeira vez [...] Hoje, tendo sido pai de 3 meninos, vejo que essa pressão é menor e quase inexistente.”- E10.

E6 complementa com uma visão mais pragmática:

“Então, a gente não se sente culpado em si, não. Eu acredito que a gente tem que ser meio prático, né? A gente tem que tomar a decisão e enfrentar as consequências dela.” - E6.

Essas falas indicam que a experiência normativa pode ser mais intensa no início da parentalidade e tende a ser ressignificada com o acúmulo de experiência, o que afeta tanto a percepção de julgamento quanto a autoconfiança em sustentar escolhas alimentares.

5.2.4 Idade da criança e intensidade da interferência: a pressão é maior na introdução alimentar

As entrevistas também apontam a idade da criança como fator que altera a intensidade da pressão social. Pais com filhos bebês relatam maior interferência externa do que pais com filhos maiores. A E1 observa: “Aquele tipo de coisa, quando é bebezinho, né? Mas hoje em dia com ele maior, não sinto mais isso que eu seja julgada ou cobrada por alguma escolha alimentar.”. E3 reforça que parte da cobrança persiste, mas se transforma e passa a ser mediada por comparação social e expectativas de “perfeição”:

“Da minha família, eu não sinto tanta pressão hoje em dia, sabe? Na idade que ela tá, eu não sinto tanta pressão deles [...] Eu me sinto um pouco culpada às vezes quando eu acompanho algumas redes sociais ou que questão do pediatra que acompanha ela, o que eles dizem que a gente tem que fazer, o que é perfeito e eu não consigo fazer.” - E3.

Esse achado dialoga com Dutra (2015), que descreve a influência intrafamiliar como campo de disputas envolvendo múltiplos atores sociais e discursos sobre cuidado, saúde, autonomia e responsabilidade parental. Assim, a introdução alimentar aparece como momento particularmente sensível, em que julgamentos e interferências são mais frequentes, e no qual os pais tendem a ser mais observados e avaliados socialmente.

5.2.5 Normas descritivas e rotinas: “o que todo mundo faz”, o ideal vs. o prático e a vida real

Outro eixo temático diz respeito às normas descritivas e à construção de rotinas alimentares. Embora as entrevistas enfatizem normas injuntivas como cobrança e julgamento, também emergem falas que evidenciam normas descritivas associadas ao comportamento percebido como comum no grupo social. Isso aparece quando participantes reconhecem a prevalência social do consumo de doces e ultraprocessados e descrevem concessões que ocorrem, seja por praticidade, seja para evitar conflitos e “converseiro”.

A E1 sintetiza a percepção de prevalência social: “Eu acho que a maioria das famílias permite às crianças comerem os doces”. E3 complementa ao reconhecer a normalização social desse padrão e seu papel em reduzir pressões:

“Bom, várias crianças são assim também. Eu cresci assim, estou saudável, graças a Deus. Então, eu pensei: ‘Ah, vamos vamos deixar’. E também para evitar um pouco de converseiro, porque antes a minha família ficava muito no meu pé”.

Além disso, um conjunto expressivo de relatos enfatiza a tensão entre o ideal e o prático, evidenciando que decisões alimentares são condicionadas por tempo, rotina e recursos. Conforme De Oliveira Abud, Gorisch e De Souza (2024), as escolhas de consumo alimentar são influenciadas por classe social, capital cultural e seio familiar, o que se reflete nas estratégias relatadas pelos entrevistados.

“Sim. Assim, no mundo perfeito, né? As pessoas esperam que nós, mães, consiga fazer uma alimentação perfeita, né? Com horário, rotina, com alimentos saudáveis, com restrição de alguns alimentos, tipo, que não são saudáveis. Mas assim, gente, dentro da realidade de uma pessoa CLT é muito difícil. Eu realmente, eu não consigo manter a mesma rotina, a alimentação perfeita de ter aquele prato com todos os alimentos, aquela variedade, considerando é a minha rotina, considerando financeiro, tudo. Eu tento dar o mais saudável possível para ela dentro da minha realidade, né?” - E3.

“E é importante pensar também que as crianças são reflexo dos pais, né? Então se os hábitos dos pais internalizam produtos ultraprocessados, as crianças também vão acabar acessando e criando o hábito desses produtos, tá? Então, eu acho que no geral, a maioria das famílias acaba tendo um padrão meio igual de alimentação e aqui em casa não é muito diferente, não.” - E5.

“Eu levo a marmitinha dela e eu sirvo ela em qualquer lugar para almoço e jantar, aonde a gente esteja. Eu sirvo ela. A gente foi na casa de um amigo onde só vai ter churrasco. Eu levo a comidinha dela e eu trato ela lá no meio de todo mundo para ela comer comida e depois se ela quiser a carniinha do churrasco, tudo tranquilo, mas antes ela já se alimentou.” - E2.

“[...] geralmente aqui em casa é no que é mais prático. Literalmente, é o que é mais prático. Eu já deixo pronto as leguminosas e os carboidratos, proteína, salada e legume, geralmente eu faço todo dia.” - E9.

“Ultimamente busco pelo ideal e prático, então busco sempre ter alimentos preparados para o bebê congelados principalmente para facilitar, ter sempre frutas para ofertar diariamente para os dois. Sempre sigo pela minha convicção do que acho certo e melhor para eles. Com o tempo no crescimento da criança fica mais difícil, pois o meio escolar, meio amigos, influência na alimentação não saudável, dessa forma acabamos cedendo mais, mas o que é saudável e certo a gente sabe, a comida de verdade é fácil.” - E6.

Esses relatos indicam que as normas descritivas e as rotinas concretas não se restringem a “copiar” o comportamento de outros, mas se articulam com constrangimentos de vida real, além de dispositivos de planejamento (marmitas, congelamento, preparo semanal) e decisões orientadas por praticidade.

5.2.6 Modelagem social, autoridade e a influência dos pais: hábitos, consistência e estilos parentais

As entrevistas também reforçam a centralidade dos pais como agentes de modelagem social e como referência de autoridade para as crianças. Essa percepção sustenta a ideia de que práticas parentais alimentares operam simultaneamente como decisões de cuidado e como socialização do consumo. Como indicado no referencial, crianças aprendem por observação do que os pais fazem e os pais são responsáveis pela compra (Solomon, 2016). E1 afirma:

“Porque é o pai e a mãe que coloca a rotina, estabelece, né, os padrões de alimentação da criança, os hábitos, tudo mais. E mais em segundo lugar com um peso muito grande também a mídia”.

Esse entendimento se conecta a falas que descrevem tanto padrões culturais mais amplos quanto a necessidade de coerência entre discurso e prática, como indicam E5 e E2:

“Olha, eu acredito que sim, né? Porque a alimentação é um reflexo dos hábitos culturais, dos hábitos sociais das pessoas, das famílias. E as famílias seguiam muito pela publicidade que elas estão expostas e pela exposição dos produtos nos pontos de vendas, né? Nos supermercados principalmente. Então, eu vejo que sim, existe um padrão, né? E esse padrão, infelizmente, ele é dominado por produtos ultraprocessados cada vez mais e cada vez menos produtos in natura, né?” - E5.

“Eu acho que você tem que trazer o atrativo para criança se alimentando também. Então, por exemplo, agora aqui em casa, eu falei: “Filha, vamos comer uma manga com a mamãe?” Eu vou sentar, eu vou comer uma manga com ela. Então, na verdade, eu vejo que muitas pessoas querem impor a alimentação saudável para criança, mas eles não comem.” - E2.

E4 acrescenta uma dimensão afetiva e de “momentos de vínculo”, mostrando que hábitos alimentares também podem operar como práticas identitárias e relacionais, não apenas nutricionais:

“Acredito que o único hábito que interfere (quase que propositalmente) foi o de comer espetinhos. Como a mãe dele e eu somos separados, por um certo período acabei ficando com pouco tempo de qualidade com ele e um dos meus “sonhos” era ter momentos leves e hábitos que nós dois pudéssemos aproveitar, um deles era o de comer espetinho depois da escola/trabalho, eu tomando uma cervejinha, ele brincando/desenhando e a gente papeando do dia.” - E4.

E9 reforça a noção de autoridade e reflexo:

“Bom, eu acho que os pais que tem a influência maior sobre a alimentação das crianças, até porque as crianças são uma esponjinha, né? Então tudo aquilo que os pais fazem, elas vão fazer também, né? Tudo que ela vê que

os pais fazem, elas vão achar aquilo como certo e vão fazer também. E tem um outro, né, ponto bem importante que quem traz a alimentação dentro de casa é os pais, né? E os pais são também um fator de autoridade dentro de casa.” - E9.

Nesse contexto, a articulação entre normas sociais e estilos parentais se torna visível: estilos mais estruturados e responsivos tendem a se manifestar em práticas consistentes e reflexivas, embora não imunes à influência normativa. Como indicado, o estilo autoritativo está associado a práticas mais consistentes e reflexivas (Hughes et al., 2005; Carlson & Grossbart, 1988). Ainda assim, os dados sugerem que mesmo estilos mais equilibrados são atravessados por pressões sociais e expectativas externas.

5.2.7 Arranjos familiares, guarda compartilhada e múltiplos ambientes normativos

Um tema adicional emerge quando se considera a estrutura familiar e a guarda compartilhada. Os relatos sugerem que, em contextos de pais separados, decisões alimentares podem ser exercidas de forma independente em cada residência, criando múltiplos ambientes normativos e práticas distintas para a mesma criança. Isso amplia a exposição a diferentes padrões de comportamento alimentar e reforça a alimentação como espaço de negociação.

E10 observa: “Acredito que filhos que possuem pais separados enfrentam uma dificuldade extra em relação à alimentação e aceitação social do que e do como se alimentam”, e E4 complementa: “Há uma decisão meio em conjunto, é sempre meio que negociado, ainda mais por revezar entre a casa do pai e mãe.”. Ao discutir os perfis parentais em diferentes lares, E4 descreve contrastes relevantes:

“Equilibrado, a mãe dele é mais rigorosa, porém percebo que lá ele também fica mais restrito, experimenta menos alimentos. Aqui ele tem o espaço de comidinhas dele no armário e geladeira, tem mais autonomia, e também experimenta bem mais alimentos, normalmente os que eu consumo (tipos variados de carne, às vezes macarrão ao invés de arroz, frutas variadas ao invés das que ele normalmente consome na casa da mãe).” - E4.

E10 também se posiciona sobre flexibilidade e controle do desperdício:

“Me considero mais flexível, no entanto, não gosto muito do desperdício de comida, então, tento disponibilizar a comida que geralmente conseguirão finalizar ao final da refeição.” - E10.

Em termos interpretativos, esses relatos reforçam que a alimentação infantil funciona como arena de negociação simbólica entre autonomia da criança, autoridade parental e expectativas sociais, o que dialoga com a socialização do consumo (Moschis, 1985).

5.2.8 Mídia, marketing, saúde e rede social: agentes externos e materialidade do consumo

Finalmente, um tema transversal é a influência de agentes externos, como mídia, profissionais de saúde e rede social. Todos os entrevistados corroboram que esses agentes influenciam decisões parentais. E7 sintetiza a pressão do ambiente midiático: “Diante de tanta apelação fica difícil tentar uma alimentação limpa”. E1 destaca a influência de personagens e conteúdos infantis: “Sobre essa questão de influência na alimentação, o marketing eu acho que tem um grande peso sim, é, principalmente com relação aos desenhos que as crianças assistem, né, os personagens que elas se identificam.”

A materialidade do consumo aparece fortemente no ponto de venda e nas embalagens, como mostra E1:

“É só olhar no mercado, né. A embalagem, o que tiver na embalagem, vai chamar atenção e vai ser mais atrativo do que qualquer outra coisa, sabe? Então, eles pesam muito nisso mesmo. O marketing sabe, né, aonde atinge assim as crianças, os pais, porque sabe como que isso gera desejo nas crianças, né? Então, acho que é bem forte a influência, mas aqui eu vou medindo, sabe? Eu vou controlando, colocando limites.” - E1.

E6 reforça o papel de propaganda e promoções:

“Produtos que tem brinquedos, surpresas, são os mais pedidos, mas no contexto geral eu seguro bem e não compro só pq viu na propaganda ou no mercado. Mas já compramos com toda certeza alimentos influenciados por propaganda e promoções diferentes.” - E6.

E2 aprofunda ao contrapor a ausência de publicidade saudável:

“Então, isso é bem complicado porque você não vê propaganda oferecendo coisas saudáveis, coisas boas. Você realmente vê propaganda oferecendo aquilo que é supérfluo. Então, realmente comida ultraprocessada, brinquedo. Então, eu acho que isso pega um pouco, porque é chama muito atenção da criança, né?” - E2.

Por fim, E8 amplia o foco para padrões e utensílios exibidos online, apontando pressão por consumo aspiracional:

“[...] vários utensílios mesmo, que são facilitadores, mas que não estão ao alcance de todo mundo. E a gente vê isso na internet, e a gente fica assim, poxa, será que precisa de tudo isso mesmo? Isso é algo que eu acho que a internet influencia muito.” - E8.

Além disso, a análise das variáveis estruturais, como rede de ensino e estado civil, indica que o ambiente institucional e a configuração familiar funcionam como camadas contextuais que moldam a intensidade das normas sociais percebidas. Pais inseridos em determinados contextos escolares podem estar mais expostos a discursos normativos específicos sobre alimentação saudável, enquanto diferentes arranjos conjugais podem alterar a dinâmica de tomada de decisão e a distribuição de responsabilidades alimentares. Esses resultados reforçam a compreensão, sob a ótica da Administração, de que o comportamento de consumo, mesmo no espaço doméstico, é influenciado por estruturas sociais e institucionais mais amplas.

Em síntese, a análise temática das entrevistas revela que as decisões alimentares parentais são atravessadas por um conjunto de pressões, expectativas e referências sociais que conferem sentido às práticas cotidianas de cuidado e alimentação infantil. Os relatos evidenciam, de um lado, a presença marcante de normas injuntivas expressas em cobranças, julgamentos e recomendações (familiares, profissionais de saúde e redes sociais), frequentemente associadas a sentimentos de culpa, sobretudo entre as mães. De outro lado, destacam-se estratégias de resistência e reafirmação de autoridade parental, especialmente quando os entrevistados acionam repertórios de informação, convicção e limites frente à interferência externa.

Além disso, os dados indicam que a intensidade e a natureza dessas influências variam conforme o contexto familiar, a idade da criança e o arranjo de cuidado, incluindo situações de guarda compartilhada que expõem a criança a múltiplos ambientes normativos e padrões alimentares distintos. A dimensão prática do cotidiano também se impõe de forma recorrente, evidenciando a tensão entre o “ideal” e o “possível”, na qual tempo, trabalho, rotina e recursos organizam as escolhas alimentares e modulam o grau de adesão às recomendações percebidas como socialmente desejáveis.

Portanto, esta etapa qualitativa permite compreender como normas sociais descritivas e injuntivas se traduzem em experiências vividas e em processos

decisórios concretos, enriquecendo a leitura dos fenômenos investigados e fornecendo elementos interpretativos para a articulação com os resultados quantitativos. Na seção seguinte, os achados qualitativos serão integrados às evidências estatísticas, de modo a discutir convergências, complementaridades e implicações teóricas e gerenciais derivadas do conjunto do estudo.

5.4 Integração entre resultados quantitativos e qualitativos

Do ponto de vista teórico, este estudo contribui ao integrar três campos que frequentemente são analisados separadamente: normas sociais, estilos parentais e comportamento alimentar infantil. Ao demonstrar empiricamente a articulação entre normas subjetivas e práticas parentais, amplia-se a compreensão do comportamento alimentar infantil sob a lente do comportamento do consumidor e da Administração, reforçando que decisões familiares são permeadas por pressões normativas, dinâmicas relacionais e contextos institucionais. A etapa qualitativa aprofunda essa articulação ao revelar que as normas não são percebidas apenas como “informação social”, mas como experiências concretas de cobrança, julgamento, comparação e negociação cotidiana, nas quais pais e mães buscam legitimar, sustentar ou flexibilizar suas escolhas alimentares diante de diferentes interlocutores (familiares, escola, profissionais de saúde, mídia e mercado), reforçando a perspectiva de Cialdini, Reno e Kallgren (1991) de que o comportamento humano é orientado por percepções acerca do que os outros fazem e do que os outros aprovam.

Os resultados quantitativos (Tabela 11 e Figuras 1 a 4) evidenciam que as normas sociais subjetivas apresentam relações distintas com os estilos parentais na alimentação, indicando que as decisões parentais não ocorrem de forma homogênea frente às pressões normativas. Em conjunto, os achados sugerem que nem todas as dimensões normativas se associam de maneira significativa aos estilos parentais, o que reforça a necessidade de diferenciar analiticamente normas descritivas e injuntivas, bem como seu conteúdo saudável ou não saudável. A evidência qualitativa ajuda a explicar por que algumas normas se mostram mais “mobilizadoras” do que outras: nas entrevistas, normas injuntivas aparecem vinculadas a episódios de cobrança explícita, questionamento e sentimento de responsabilidade moral, enquanto normas descritivas tendem a operar como pano

de fundo de normalização social, especialmente quando conectadas a práticas não saudáveis.

Em primeiro lugar, observou-se que as normas descritivas saudáveis não apresentaram associação estatisticamente significativa com os estilos parentais ($p > 0,05$), sugerindo que a simples percepção de que outras pessoas adotam práticas alimentares saudáveis não é suficiente para diferenciar padrões de exigência e responsividade dos pais. A integração com as entrevistas sugere que, embora a alimentação saudável possa ser percebida como ideal socialmente valorizado, ela não necessariamente se converte em prática cotidiana capaz de distinguir estilos parentais. Isso ocorre porque, no cotidiano, pais relatam forte tensão entre o ideal e o possível, marcada por rotinas de trabalho, limitações de tempo, conveniência e custos. Tal condição aparece no relato de E3 ao mencionar a expectativa de uma “alimentação perfeita” contraposta à “realidade de uma pessoa CLT”, o que torna a norma saudável um referencial aspiracional, mas pouco discriminante entre diferentes estilos parentais. Assim, a norma descritiva saudável tende a ser reconhecida como desejável, porém insuficiente para estruturar decisões sem o suporte de expectativas explícitas e de mecanismos concretos de controle e suporte. Isso corrobora com a teoria abordada por Dutra (2015) em que a influência dos ambientes intrafamiliares são diretas e se configuram em um campo de disputas envolvendo múltiplos atores sociais, tensionando diferentes discursos sobre cuidado, saúde, autonomia e responsabilidade parental.

Em contraste, as normas descritivas não saudáveis apresentaram associação estatisticamente significativa com os estilos parentais ($p < 0,001$), com maior concentração de pais classificados nos estilos autoritário e indulgente entre aqueles que percebem com maior intensidade a adoção de práticas alimentares não saudáveis em seu entorno social. Esse achado quantitativo é particularmente bem explicado pelas entrevistas, nas quais a normalização do consumo de doces e ultraprocessados surge como referência recorrente do “que a maioria faz”, funcionando como mecanismo de legitimação social e redução de conflitos. E1 afirma que “a maioria das famílias permite às crianças comerem os doces”, enquanto E3 admite flexibilização para evitar “converseiro” e cobranças familiares. A leitura integrada indica que, quando o padrão social percebido é não saudável, ele se torna uma justificativa socialmente aceitável tanto para práticas permissivas

quanto para práticas mais controladoras e reativas, contribuindo para estilos parentais mais polarizados (excesso de controle ou excesso de flexibilidade) e menos alinhados às recomendações nutricionais. Essa diferenciação confirma a proposição teórica de que normas descritivas influenciam comportamentos por meio da percepção de prevalência social, enquanto normas injuntivas operam via pressão moral e necessidade de conformidade (Cialdini et al., 1991)

No que se refere às normas injuntivas saudáveis, a associação significativa com os estilos parentais (Figura 3) indica que expectativas sociais explícitas, como recomendações de profissionais de saúde, discursos institucionais e orientações escolares, exercem papel central na organização das práticas parentais. Observa-se maior alinhamento dessas normas com o estilo autoritativo, indicando que pais autoritativos percebem mais intensamente expectativas explícitas relacionadas à alimentação saudável. As entrevistas corroboram esse mecanismo ao mostrar como normas injuntivas saudáveis emergem concretamente na fala dos participantes por meio de cobranças do pediatra, recomendações e monitoramento de condutas alimentares, frequentemente acompanhadas de sentimento de comparação e culpa, sobretudo entre mães. E3 descreve a cobrança do pediatra (“tem que evitar... não pode dar doce”) e a auto-cobrança ao observar redes sociais, revelando como a norma injuntiva saudável adquire caráter moral e avaliativo. Ao mesmo tempo, as entrevistas evidenciam que alguns pais respondem a essa pressão injuntiva com convicção informada e delimitação de fronteiras, como E2, que relata buscar informações para sustentar suas decisões e “cortar” interferências, e E8, que afirma não seguir opiniões externas por se considerar mais informada. Esses relatos ajudam a compreender por que normas injuntivas saudáveis se associam a práticas mais estruturadas: elas fornecem uma moldura normativa explícita que pode fortalecer a consistência decisória, especialmente quando combinada com recursos informacionais e com a disposição de impor limites a interferências externas.

Por outro lado, as normas injuntivas não saudáveis também apresentaram associação significativa com os estilos parentais (Figura 4), evidenciando a presença de pressões sociais contraditórias. A existência de expectativas que legitimam práticas alimentares inadequadas sugere que, mesmo diante de recomendações oficiais, os pais enfrentam discursos sociais que minimizam riscos e naturalizam concessões alimentares. A evidência qualitativa mostra que essas

normas injuntivas não saudáveis frequentemente assumem a forma de interferências familiares (avós e parentes que questionam, sugerem ou oferecem alimentos não saudáveis) e de pressão do ambiente mercadológico, como a atratividade de embalagens e estímulos no ponto de venda. E1 descreve que “a embalagem... vai chamar atenção”, reconhecendo o papel do marketing em gerar desejo nas crianças; E2 ressalta que “você não vê propaganda oferecendo coisas saudáveis”, e E6 menciona compras influenciadas por propaganda e promoções. Sob essa perspectiva, normas injuntivas não saudáveis funcionam como mecanismos de racionalização e legitimação, reduzindo a percepção de risco e ampliando a permissividade ou reatividade parental, o que ajuda a explicar sua associação com estilos autoritário e indulgente.

De forma integrada, os resultados indicam que as normas injuntivas (saudáveis e não saudáveis) exercem influência mais consistente sobre os estilos parentais do que as normas descritivas saudáveis, corroborando a literatura que aponta o papel central das expectativas sociais explícitas na orientação do comportamento (Cialdini, Reno & Kallgren, 1991). A etapa qualitativa é decisiva para explicitar os “canais” dessa influência: julgamento e cobrança (especialmente sobre mães), recomendações de profissionais de saúde, interferência de familiares próximos, comparação social via redes sociais, e estímulos mercadológicos no ponto de venda. Além disso, os relatos sugerem que a intensidade da pressão injuntiva varia por ciclo de vida da criança (maior interferência na fase de bebê, conforme E1) e por trajetória parental (menor pressão percebida por pais com mais de um filho, conforme E10), reforçando que a norma injuntiva não opera de modo constante, mas é temporal e contextual.

Ademais, dois outros tópicos apresentam relações específicas com os estilos parentais e/ou com a percepção das normas sociais subjetivas: rede de ensino e estado civil. No caso da rede de ensino, a inserção da criança em escola pública ou privada deve ser compreendida como elemento contextual que pode ampliar a exposição a diferentes ambientes normativos. A integração com as entrevistas sugere que a escola aparece como parte do “meio” que influencia as escolhas ao longo do crescimento infantil, especialmente quando somada a amigos e redes de convivência, como E6 menciona ao afirmar que “com o tempo... o meio escolar, meio amigos, influência na alimentação não saudável... acabamos cedendo mais”.

Assim, a escola pode atuar tanto como reforço de normas injuntivas saudáveis (orientações, discursos institucionais, regras) quanto como ambiente de circulação de normas descritivas e injuntivas não saudáveis (o que outras crianças consomem e o que se torna socialmente aceitável no grupo).

Em relação ao estado civil, a associação observada indica que a estrutura conjugal influencia a dinâmica decisória relacionada à alimentação infantil. Nos casos de pais solteiros ou divorciados, especialmente em situações de guarda compartilhada, a criança pode estar exposta a múltiplos ambientes normativos e a diferentes padrões de prática alimentar, favorecendo variações e negociações. Esse mecanismo aparece de forma direta nos relatos de E4 e E10: E4 descreve que decisões são “negociadas” no revezamento entre casas e detalha diferenças de rigor e autonomia alimentar entre a casa do pai e da mãe; E10 ressalta a “dificuldade extra” para aceitação social do que e como se alimenta. Desse modo, o estado civil não atua isoladamente, mas como variável estrutural que reorganiza rotinas, distribuição de autoridade e fontes de legitimação social das escolhas alimentares.

Do ponto de vista prático, os resultados indicam que intervenções voltadas à promoção da alimentação saudável infantil não devem focar apenas na transmissão de informação nutricional, mas considerar o ambiente normativo no qual os pais estão inseridos. Estratégias que ativem normas descritivas positivas (“a maioria dos pais oferece alimentos naturais”) ou que reconfigurem normas injuntivas (“é socialmente valorizado priorizar alimentação saudável”) podem ter maior efetividade do que abordagens centradas exclusivamente na racionalidade individual. Contudo, a integração qualitativa sinaliza que a norma injuntiva saudável, quando vivida como cobrança moral e comparação, pode produzir culpa e desgaste, especialmente entre mães. Portanto, intervenções devem ser desenhadas para reduzir o caráter punitivo do julgamento social e fortalecer suporte e autoeficácia parental, reconhecendo restrições de tempo, trabalho e recursos (ideal versus prático), além de considerar o papel da família ampliada, do pediatra, da escola e do ambiente mercadológico.

Em síntese, os achados corroboram a literatura clássica sobre normas sociais ao indicar que expectativas explícitas sobre o que “deve ser feito” tendem a exercer maior impacto comportamental do que a simples observação do

comportamento alheio (Cialdini, Reno & Kallgren, 1991). No contexto da alimentação infantil, essa dinâmica torna-se mais complexa porque os pais estão simultaneamente expostos a discursos institucionais que promovem práticas saudáveis e a pressões sociais e mercadológicas que legitimam o consumo de alimentos não saudáveis. Ao integrar evidências quantitativas e qualitativas, o estudo evidencia que as normas sociais não operam de forma isolada, mas se articulam com dinâmicas familiares, arranjos conjugais e ambientes institucionais, reforçando a perspectiva da Administração e do comportamento do consumidor de que as decisões de consumo, inclusive no âmbito doméstico, são socialmente construídas e influenciadas por múltiplos agentes e estruturas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a relação entre normas sociais subjetivas e estilos parentais nas decisões sobre a alimentação infantil, buscando compreender como intermediários culturais de consumo influenciam a introdução alimentar saudável em crianças de seis meses a sete anos. Os resultados demonstraram que as decisões parentais não podem ser explicadas exclusivamente por conhecimento nutricional ou por características individuais, mas devem ser compreendidas como práticas socialmente situadas, atravessadas por normas injuntivas e descritivas, dinâmicas familiares, estruturas institucionais e mediações mercadológicas.

Este estudo demonstrou que a introdução alimentar transcende o ato biológico da nutrição, configurando-se como um processo de gestão de identidades e expectativas sociais. Os resultados revelam que as decisões parentais são práticas situadas em um campo de forças, onde o conhecimento nutricional técnico frequentemente entra em conflito com imperativos culturais e pressões mercadológicas.

Os achados indicaram que as normas injuntivas exercem maior associação com os estilos parentais, evidenciando o peso do julgamento social, da expectativa moral e da responsabilização, especialmente a materna, na condução das práticas alimentares. As normas injuntivas são moduladoras do comportamento: o peso do 'olhar do outro' e a moralização da maternidade atuam como mecanismos de controle que definem o que é ser uma 'boa mãe' através das escolhas de consumo alimentar. A pesquisa evidencia que as decisões alimentares são mediadas por um complexo ecossistema de intermediários culturais de consumo. O mercado não atua apenas como provedor de produtos, mas como um regulador simbólico: ao mesmo tempo em que a publicidade e os influenciadores digitais oferecem soluções para a praticidade cotidiana, eles frequentemente reforçam normas injuntivas que elevam o padrão de exigência sobre os pais. Observou-se que a mercantilização do cuidado transforma o prato da criança em uma vitrine de competência parental, onde o consumo de determinados itens, ou a rejeição de outros, serve como sinalizador de status e de adesão a discursos de saúde ou modernidade.

Ao mesmo tempo, as normas descritivas revelaram-se relevantes na legitimação de comportamentos amplamente difundidos socialmente, ainda que não alinhados às recomendações oficiais. Elas operam como um redutor de dissonância, ao observar que 'todos fazem assim', os pais encontram legitimidade para práticas que, embora distantes das recomendações oficiais, oferecem pertencimento social ou facilitação cotidiana diante das pressões do mercado. A integração entre os dados quantitativos e qualitativos permitiu compreender que as normas sociais não operam de maneira homogênea, mas são interpretadas, negociadas e, por vezes, resistidas pelos pais, em função de seu capital cultural, contexto familiar e condições materiais.

Do ponto de vista teórico, o estudo contribui ao integrar três campos que frequentemente são analisados de forma isolada: normas sociais, estilos parentais e comportamento alimentar infantil. Ao evidenciar que os estilos parentais são modulados por pressões normativas externas, amplia-se a compreensão desses estilos como práticas dinâmicas e contextualmente ajustadas, e não apenas como traços intrafamiliares estáveis. Ademais, o estudo contribui para a área ao demonstrar como o mercado de alimentação infantil se apropria das normas sociais para criar necessidades de consumo que prometem aliviar a culpa materna ou garantir o status social da família. Além disso, ao inserir a alimentação infantil na agenda da Administração e do comportamento do consumidor, o trabalho reforça que o espaço doméstico constitui arena estratégica de formação de padrões de consumo e reprodução de valores sociais.

Sob a perspectiva prática e de políticas públicas, os resultados sugerem que intervenções voltadas à promoção da alimentação saudável devem considerar o ambiente normativo no qual os pais estão inseridos. Estratégias que mobilizem normas descritivas positivas e reconfigurem normas injuntivas podem ser mais eficazes do que abordagens centradas exclusivamente na transmissão de informação técnica. Sob a lente da Administração e do Comportamento do Consumidor, é imperativo destacar que o ambiente normativo identificado possui um recorte de gênero nítido. A responsabilização materna surge como um eixo central: as normas sociais não pressionam pais e mães de forma igual. Enquanto para o pai a participação na introdução alimentar é frequentemente vista como um auxílio digno de elogio (norma descritiva positiva), para a mãe ela é uma obrigação moral

sob constante vigilância (norma injuntiva punitiva). Portanto, políticas públicas e estratégias de intervenção que ignoram essa carga mental e emocional correm o risco de apenas acentuar a vulnerabilidade feminina e a culpa materna, em vez de promoverem, de fato, a saúde infantil.

Apesar das contribuições, o estudo apresenta limitações que devem ser consideradas. Primeiramente, a amostra quantitativa, embora adequada para análise estatística, não possui caráter probabilístico nacional, o que limita a generalização dos resultados. Em segundo lugar, o uso de medidas autorrelatadas pode estar sujeito a vieses de deseabilidade social, especialmente em temas moralizados como alimentação infantil. No âmbito qualitativo, o número de entrevistas, embora suficiente para atingir saturação temática, não permite capturar a diversidade completa de contextos socioculturais brasileiros. Além disso, o recorte transversal da pesquisa impede inferências causais sobre a relação entre normas sociais e estilos parentais, restringindo a análise a associações observadas em um determinado momento.

Outra limitação relevante refere-se ao próprio constructo de “alimentação saudável”, que é mediado por discursos institucionais e valores culturais específicos. O estudo partiu das recomendações oficiais como referência normativa, mas reconhece que diferentes grupos sociais podem interpretar tais recomendações de maneiras diversas, o que abre espaço para análises mais aprofundadas sobre pluralidade de racionalidades alimentares.

Diante dessas limitações, a agenda futura de pesquisa pode avançar em diferentes direções. Estudos longitudinais poderiam investigar como a influência normativa evolui ao longo do desenvolvimento infantil, especialmente na transição para a adolescência. Pesquisas com amostras probabilísticas nacionais permitiriam testar a robustez dos achados em diferentes regiões e classes sociais. Além disso, investigações comparativas internacionais poderiam explorar como normas culturais distintas moldam estilos parentais alimentares em diferentes contextos institucionais.

Outra vertente promissora envolve a análise experimental da ativação de normas descritivas e injuntivas em campanhas de comunicação pública, avaliando seus efeitos sobre decisões parentais reais. Também se sugere aprofundar a

dimensão de gênero, explorando como a distribuição desigual da responsabilidade alimentar impacta saúde mental, carga emocional e dinâmicas familiares. Por fim, pesquisas futuras podem integrar a perspectiva das próprias crianças, investigando como elas percebem, interpretam e internalizam as normas alimentares transmitidas pelos adultos.

Em última análise, esta dissertação demonstra que o ato de alimentar uma criança é um fenômeno multidimensional que reflete as tensões entre o indivíduo, a família e as estruturas macroambientais. A alimentação infantil deve ser compreendida como fenômeno complexo, situado na interseção entre família, mercado e sociedade. Ao mostrar que os estilos parentais não são traços estáticos, mas performances moldadas pelas pressões do sistema social, o trabalho convoca a Administração a olhar para o espaço doméstico não apenas como um ponto de venda, mas como uma arena de disputa de sentidos, destacando que decisões cotidianas aparentemente individuais refletem estruturas normativas e relações sociais mais amplas. Compreender a introdução alimentar exige, portanto, reconhecer que a colher que alimenta a criança é movida tanto por necessidades nutricionais quanto pelas expectativas invisíveis de uma sociedade que consome, julga e normatiza o cuidado. Assim, compreender e intervir na formação de hábitos alimentares exige olhar não apenas para o indivíduo, mas para o sistema social no qual ele está inserido.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sebastião de Sousa; NASCIMENTO, Paula Carolina BD; QUAIOTI, Teresa Cristina Bolzan. Quantidade e qualidade de produtos alimentícios anunciados na televisão brasileira. **Revista de Saúde Pública**, v. 36, p. 353-355, 2002.

ARLINGHAUS, Katherine R. et al. Authoritative parent feeding style is associated with better child dietary quality at dinner among low-income minority families. **The American journal of clinical nutrition**, v. 108, n. 4, p. 730-736, 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BATTISTELLA-LIMA, Suzana Valente; BOTELHO, Delane. A relação entre a culpa das mães e suas decisões de consumo. **ReMark-Revista Brasileira de Marketing**, v. 18, n. 2, p. 171-197, 2019.

BECKERS, Desi et al. Food parenting practices and children's weight outcomes: A systematic review of prospective studies. **Appetite**, v. 158, p. 105010, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. **Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Promoção da Saúde. – Brasília : Ministério da Saúde, 2021.

CAUDURO, Giovanna Nunes; REPPOLD, Caroline Tozzi; PACHECO, Janaína Thais Barbosa. Adaptação transcultural do questionário de estilos parentais na alimentação (QEPA). **Avaliação Psicológica**, v. 16, n. 3, p. 293-300, 2017.

CARLSON, Les; GROSSBART, Sanford. Parental style and consumer socialization of children. **Journal of consumer research**, v. 15, n. 1, p. 77-94, 1988.

CIALDINI, Robert B.; RENO, Raymond R.; KALLGREN, Carl A. A focus theory of normative conduct: Recycling the concept of norms to reduce littering in public places. **Journal of personality and social psychology**, v. 58, n. 6, p. 1015, 1990.

CRESWELL, J. W.; CLARK, V. L. P. **Designing and conducting mixed methods research**. 3. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2018.

COMOR, E. Contextualizing and critiquing the fantastic prosumer: power, alienation and hegemony. **Critical Sociology**, n. 37, p. 309, 2011.

DANONE. **Nutrição e saúde infantil**. São Paulo: Danone, [s.d.]. Disponível em: <https://www.danone.com.br>. Acesso em: 05 maio 2025.

DARLING, Nancy; STEINBERG, Laurence. Parenting style as context: An integrative model. **Psychological Bulletin**, 113, 487-496, 1993.

DE OLIVEIRA ABUD, Carol; GORISCH, Patricia; DE SOUZA, Luciano Pereira. VISÃO SOCIAL DO DIREITO FUNDAMENTAL À ALIMENTAÇÃO: PERSPECTIVA BASEADA EM BOURDIEU. **Revista Da Faculdade De Direito Da UFMG**, v. 84, p. 97-116, 2024.

DERKS, Ivonne PM et al. Predictors and patterns of eating behaviors across childhood: Results from The Generation R study. **Appetite**, v. 141, p. 104295, 2019.

DIAS, Mara Cláudia Azevedo Pinto; FREIRE, Lincoln Marcelo Silveira; FRANCESCHINI, Sylvia do Carmo Castro. Recomendações para alimentação complementar de crianças menores de dois anos. **Revista de Nutrição**, v. 23, p. 475-486, 2010.

DUTRA, Rogéria Campos de Almeida. Consumo alimentar infantil: quando a criança é convertida em sujeito. **Sociedade e Estado**, v. 30, n. 02, p. 451-469, 2015.

FONTENELLE, Isleide Arruda. **Cultura do consumo: fundamentos e formas contemporâneas**. Editora FGV, 2017.

FREITAS, Danielli Xavier. Os limites legais da publicidade infantil no direito brasileiro. **Jusbrasil**. Campo Grande, Mato Grosso do Sul. 2014. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/os-limites-legais-da-publicidade-infantil-no-direito-brasileiro/138708616#:~:text=O%20artigo%2037%20do%20C%C3%B3digo,toda%20publicidade%20enganosa%20ou%20abusiva>. Acesso em: 12 dez. 2023.

FREITAS-DA-COSTA, Marconi; DE FRANÇA LIMA, Raniere; DOS SANTOS, Paula Janaine. Comportamento do consumidor infantil: um estudo do consumo dos pais em supermercados através da influência dos filhos no momento da compra. **Revista Administração em Diálogo**, v. 14, n. 2, p. 1-25, 2012.

FOXALL, Gordon R. In:BAKER, Michael J. **Administração de Marketing**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GRAM, Malene et al. Communication on food, health and nutrition: A cross-cultural analysis of the Danonino brand and nutri-tainment. **Journal of Marketing Communications**, v. 16, n. 1-2, p. 87-103, 2010.

HAIR, Joseph F. et al. **Análise multivariada de dados**. Bookman editora, 2009.

IP, Edward H. et al. Child feeding style and dietary outcomes in a cohort of Latino farmworker families. **Journal of the Academy of Nutrition and Dietetics**, v. 118, n. 7, p. 1208-1219, 2018.

JOHN, Deborah Roedder. Consumer socialization of children: A retrospective look at twenty-five years of research. **Journal of consumer research**, v. 26, n. 3, p. 183-213, 1999.

LEVY, Sidney J. Symbols for sale. **Harvard Business Review**, v. 37, p. 117-124, Jul. 1959.

LIPOVETSKY, G. **Metamorfose da cultura liberal: ética, mídia, empresa**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

LOUREIRO, Giovanna Peres. Associação entre práticas parentais na alimentação infantil e seletividade alimentar na infância. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

MAIA, Gustavo. Os tipos de alimentos mais comprados pelos brasileiros, segundo a VR. Revista Veja. 2023.

<<https://veja.abril.com.br/coluna/radar/os-tipos-de-alimentos-mais-comprados-pelos-brasileiros-segundo-a-vr/>>. acesso em: 26/06/2025.

MATOS, Juliana de Paula; GONDO, Mariana; MOTA, Ludmylla; HORTA, Paula. Publicidade de alimentos direcionada à criança e ao adolescente no Brasil: análise longitudinal de denúncias no CONAR. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, p. 1959-1970, 2023.

MASSYLIOUK, Maria Fernanda da Fonseca; CAMPOS, Roberta Dias. Faça o que eu digo, não faça o que eu faço: a relação entre adultos na socialização infantil no consumo alimentar. **ReMark-Revista Brasileira de Marketing**, v. 15, n. 4, p. 474-485, 2016.

MCCOBY, E. E. Socialization in the context of the family: Parent-child interaction. **Handbook of child psychology**, v. 4, p. 1-101, 1983.

MCCRACKEN, Grant. Cultura e consumo: uma explicação teórica da estrutura e do movimento do significado cultural dos bens de consumo. **Revista de administração de empresas**, v. 47, p. 99-115, 2007.

MELNYK, Vladimir; CARRILLAT, François A.; MELNYK, Valentyna. The influence of social norms on consumer behavior: A meta-analysis. **Journal of Marketing**, v. 86, n. 3, p. 98-120, 2022.

MOURA, Neila Camargo de. Influência da mídia no comportamento alimentar de crianças e adolescentes. **Segurança Alimentar e nutricional**, v. 17, n. 1, p. 113-122, 2010.

MOSCHIS, George P. The role of family communication in consumer socialization of children and adolescents. **Journal of consumer research**, v. 11, n. 4, p. 898-913, 1985.

NAVARRO, Danielle; FOXCROFT, David. **Learning statistics with Jamovi: A tutorial for beginners in statistical analysis**. 2025.

NESTLÉ. **Alimentação infantil**. São Paulo: Nestlé, [s.d.]. Disponível em: <https://www.nestle.com.br>. Acesso em: 05 maio 2025.

OKE, Adeyosola et al. Indulgent feeding style moderates the Association of Food Responsiveness to body mass index Z-scores of preschoolers. **Journal of nutrition education and behavior**, v. 54, n. 11, p. 1034-1041, 2022.

OLIVEIRA, Edilaine Samara Pascal de; BARBOZA, Stephanie Ingrid Souza. A Gente Não Quer Só Comer: uma Abordagem de Marketing Social para a Alimentação Saudável. **Teoria e Prática em Administração**, v. 10, n. 1, 2020.

PATRICK, Heather et al. The benefits of authoritative feeding style: caregiver feeding styles and children's food consumption patterns. **Appetite**, v. 44, n. 2, p. 243-249, 2005.

RAMOS, Maurem; STEIN, Lilian M.. Desenvolvimento do comportamento alimentar infantil. **Jornal de pediatria**, v. 76, n. Supl 3, p. S229-S237, 2000.

SANTOS, Kelly de Freitas; COELHO, Luana Vital; ROMANO, Márcia Christina Caetano. Comportamento dos pais e comportamento alimentar da criança: Revisão Sistemática. **Revista Cuidarte**, v. 11, n. 3, 2020.

SASSATELLI, Roberta. **Consumer culture**: History, theory and politics. 2007.

SILVA, Franciéle Gomes da. Relação dos estilos parentais sobre o comportamento alimentar e o estado nutricional em crianças nascidas pré-termo de muito baixo peso comparadas com seus pares a termo em idade pré-escolar. 2024. Dissertação (Mestrado em Pediatria) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

Sociedade Brasileira de Pediatria. **Crianças no celular: saiba o tempo ideal para cada idade**. 14/04/2022. Disponível em: <<https://www.google.com/url?q=https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/criancas-no-celular-saiba-o-tempo-ideal-para-cada-idade/&sa=D&source=docs&ust=1754430838936129&usg=AOvVaw2RGXsyZmn7CKhI5GdqLOm->>> . Acesso em: 07/07/2025.

SOLOMON, Michael R. **O Comportamento do consumidor: comprando, possuindo e sendo**. Bookman Editora, 2016.

STOK, F. Marijn et al. The potential of peer social norms to shape food intake in adolescents and young adults: a systematic review of effects and moderators. **Health psychology review**, v. 10, n. 3, p. 326-340, 2016.

TEO, Carla Rosane Paz Arruda. Discursos e a construção do senso comum sobre alimentação a partir de uma revista feminina. **Saúde e Sociedade**, v. 19, p. 333-346, 2010.

VAUGHN, Amber E. et al. Fundamental constructs in food parenting practices: a content map to guide future research. **Nutrition reviews**, v. 74, n. 2, p. 98-117, 2016.

WARD, S. Consumer socialization. **Journal of Consumer Research**, v. 1, n. 2, p. 1-14, 1974.

WEBBER, Laura et al. Associations between children's appetitive traits and maternal feeding practices. **Journal of the American Dietetic Association**, v. 110, n. 11, p. 1718-1722, 2010.

WILSON, Brent M.; DELMAS, Magali A.; RAJAGOPAL, Deepak. Behavioral interventions for waste reduction: a systematic review of experimental studies. **Frontiers in Psychology**, v. 16, p. 1561467, 2025.

ZAFANELI, Eduardo Santos Rocha; TROCCOLI, Irene Raguene; SCATULINO, Patricia Leite da Silva. Cultura de consumo e valores pessoais do consumidor: contribuições científicas e proposta de um framework. **Revista do CEPE**. Santa Cruz do Sul, n. 43, p. 35-48, 2016.

APÊNDICE 1 - Termo de Consentimento do Questionário Quantitativo

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Pesquisa: Introdução Alimentar Saudável Ou Não Saudável? Um Estudo Dos Influenciadores De Consumo Enfrentada Pelos Pais.

Pesquisadora: Thais Isidoro Gonçalves E-mail: pg405719@uem.br

Orientador: Juliano Domingues da Silva

E-mail: jdsilva2@uem.br Telefone: (44) 99709-1835

Respeitosamente, por meio do presente documento, como discente do Programa de Pós-Graduação em Administração, gostaríamos de convidá-lo(a) a participar, voluntariamente da pesquisa intitulada "Introdução Alimentar Saudável Ou Não Saudável? Um Estudo Dos Influenciadores De Consumo Enfrentada Pelos Pais" de Thais Isidoro Gonçalves, mestranda no Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá (UEM), sob orientação do Prof. Dr. Juliano Domingues da Silva. O objetivo desta pesquisa é identificar a influência dos influenciadores nas decisões parentais da introdução alimentar saudável para os filhos. Caso aceite participar, você será solicitado(a) a preencher um questionário online que levará aproximadamente 10 minutos. As perguntas abordarão informações sociodemográficas, hábitos alimentares, valores culturais e normas sociais.

Através deste estudo, aumentaremos o conhecimento sobre as interações entre a sociedade, cultura e comportamentos parentais, a fim de promover intervenções que fortaleçam as práticas alimentares saudáveis nos primeiros anos de vida das crianças. A pesquisa, de abordagem qualitativa, é feita com mães de crianças acima de 6 meses de vida até os 7 anos. A coleta será realizada em ambiente virtual seguro (SurveyMonkey®), que adota protocolos internacionais de segurança e confidencialidade, protegendo seus dados contra acesso não autorizado. Os dados serão analisados de forma agregada, e não será possível identificar nenhum participante individualmente. Caso você se sinta desconfortável ou tenha qualquer dificuldade decorrente da participação, poderá entrar em contato com o pesquisador responsável, e será oferecido apoio psicológico gratuito, com todos os custos arcados pelo pesquisador, sem ônus ao SUS ou a planos de saúde. Não há benefícios diretos para você, mas suas respostas contribuirão para a produção de conhecimento científico sobre comportamentos alimentares e normas sociais, podendo subsidiar futuras políticas públicas e ações educativas.

Durante a realização da pesquisa, os dados serão armazenados em arquivo digital, no computador da pesquisadora. Durante todo o período da pesquisa e na divulgação dos resultados, sua privacidade será respeitada, ou seja, qualquer dado ou elemento que possa, de alguma forma, identificar-lhe, será mantido em sigilo. As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, mantendo-se o anonimato e o sigilo. Ao final da pesquisa, os dados serão descartados e as gravações serão excluídas, permanecendo apenas os registros pertinentes ao conteúdo e análise de resultados

do estudo, sem identificação dos participantes. Todo material ficará sob minha guarda por um período mínimo de cinco anos. Você poderá fazer o download deste arquivo de consentimento após a assinatura do mesmo, e Recomendamos que guarde o PDF em seus arquivos uma cópia do documento eletrônico.

Reiteramos seu direito de não participar, declinar a qualquer momento ou responder parcialmente. Reiteramos que os dados coletados serão divulgados de forma anônima, apenas para fins científicos, considerando o avanço teórico e empírico, sem nenhum conflito de interesse declarado pelos pesquisadores. Dessa forma, firmamos que a identidade de todos os participantes será omitida e permanecerá sob a guarda dos pesquisadores, tratada com absoluto sigilo. Afirmamos que nos responsabilizaremos diante de eventuais intercorrências no momento da pesquisa, não onerando o Sistema Único de Saúde ou planos e convênios particulares.

Por sua vez, os benefícios oferecidos pela pesquisa são coletivos, de forma que os seus resultados se relacionam à possibilidade de reflexão sobre os estilos parentais, decorrentes das perguntas da entrevista. Além disso, os resultados do trabalho podem oferecer benefícios para a sociedade, suas respostas contribuirão para a produção de conhecimento científico sobre comportamentos alimentares e normas sociais, podendo subsidiar futuras políticas públicas e ações educativas. Ressaltamos, ainda, que os participantes não receberão qualquer quantia monetária para a participação na pesquisa.

Ao concordar em participar da entrevista, você receberá uma via deste termo e será garantido o acesso aos resultados da pesquisa, quando essa for finalizada. A sua participação é voluntária e pode ser interrompida sem qualquer ônus. O objetivo final é colaborar com o progresso da ciência, além contribuir para a formação docente e para o desenvolvimento do campo empírico. Informamos, ainda, que todas as páginas deste termo devem ser rubricadas e, ao final, o termo deve ser assinado. Esclareço que em caso de recusa na participação, em qualquer etapa da pesquisa, você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável Thais Isidoro Gonçalves, via e-mail pg405719@uem.br e através do seguinte contato telefônico: (12) 98221-0669, inclusive com possibilidade de ligação a cobrar.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UEM. O Comitê Permanente de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (COPEP) da Universidade Estadual de Maringá é formado por um grupo de pessoas que têm por objetivo defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e assim, contribuir para que sejam seguidos padrões éticos na realização de pesquisas. Seguem os contatos do Comitê: Av. Colombo, 5.790, PPG, sala 4, CEP 87020-900, Maringá-Pr, pelo telefone (44) 3311-4597 e pelo e-mail: copep@uem.br, o COPEP disponibiliza atendimento de 2ª a 6ª feira das 13h30 às 17h30. O atendimento ocorrerá preferencialmente por telefone ou e-mail. Para atendimento presencial, o COPEP solicita a gentileza de agendar horário, a fim de evitar aglomerações. O

COPEP é a instância responsável por dirimir as dúvidas relacionadas ao caráter ético da pesquisa. O Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (COPEP-UEM) é independente, com função pública, de caráter consultivo, educativo e deliberativo, criado para proteger o bem-estar dos/das participantes da pesquisa, em sua integridade e dignidade, visando contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos vigentes.

Pode haver necessidade de dados coletados em pesquisas futuras, desde que seja feita nova avaliação pelo COPEP/UEM. Assim, solicito a sua autorização, validando a sua decisão com uma rubrica entre os parênteses abaixo:

- () Permito utilizar esses dados para pesquisas futuras.
- () Não permito utilizar esses dados para pesquisas futuras.

Declaro que os resultados da pesquisa serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não.

1.2 Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu,, abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “Introdução Alimentar Saudável Ou Não Saudável? Um Estudo Dos Influenciadores De Consumo Enfrentada Pelos Pais”. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora responsável, Thais Isidoro Gonçalves, sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Maringá, de de 2025.

Assinatura por extenso do(a) participante

Assinatura por extenso do(a) pesquisador(a) responsável

Assinatura por extenso do(a) professor(a) orientador(a) responsável

APÊNDICE 2 - Questionário Quantitativo

Perfil dos respondentes:

1. Idade

2. Sexo

- a. Feminino
- b. Masculino

3. Qual sua renda familiar mensal?

- a. Até 2 salários mínimos
- b. De 3 a 5 salários mínimos
- c. De 6 a 10 salários mínimos
- d. Acima de 10 salários mínimos

4. Escolaridade

- a. Ensino médio incompleto
- b. Ensino médio completo
- c. Ensino superior incompleto
- d. Ensino superior completo
- e. Pós graduação incompleta
- f. Pós graduação completa

5. Estado civil

- a. Casado (a)
- b. Solteiro (a)
- c. Divorciado (a)
- d. União estável
- e. Viúvo (a)

6. Você possui filhos?

- a. Sim
- b. Não

7. Quantos filhos você possui?

- a. 1
- b. 2
- c. 3
- d. 4
- e. 5 ou acima de 5

8. Qual idade do(s) seu(s) filho(s)? (Inserir a idade de cada filho. Ex: filho 1: 10 anos, filho 2: 8 anos, etc)

9. Algum dos filhos possui restrição alimentar? (Ex: APLV, glúten, seletividade alimentar, diabetes, etc)

- a. Sim. Qual? _____
- b. Não possui

10. Quantas pessoas moram na sua residência?

11. Quem possui emprego na residência?

- a. Mãe
- b. Pai
- c. Outro responsável

12. Quem é responsável pela alimentação da criança no dia a dia?

- a. Pais
- b. Avós
- c. Escola
- d. Babás
- e. Irmãos da criança
- f. Outros. Quem? _____

13. Qual ensino a criança frequenta?

- a. Escola/creche pública
- b. Escola/creche particular
- c. A criança ainda não frequenta escola/creche

14. Se estuda em escola particular, como é a refeição dela?

- a. A escola fornece lanches conforme indicação de nutricionista
- b. A criança leva lanche de casa
- c. A criança compra lanche na cantina
- d. A criança não come na escola

Questionário de Estilos Parentais na Alimentação (QEPA)

Nesta seção será questionado sobre os hábitos diários que a família vivencia no momento das refeições. Em uma escala Likert de 1 a 5, sendo: 1 = Discordo totalmente | 2 = Discordo parcialmente | 3 = Nem concordo, nem discordo | 4 = Concordo parcialmente | 5 = Concordo totalmente, será apontado algumas afirmações que podem ou não ocorrer nas residências. Leia os questionamentos e responda a escala com base na realidade da família.

Quantas vezes durante a refeição você:	Em uma escala de 1 a 5, preencha abaixo:				
Usa de força física com a criança para que ela coma (por exemplo, fazendo com que a criança fique na cadeira para comer).	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()
Promete algo à criança, que não seja comida, como recompensa por comer (por exemplo, "se você comer o feijão, podemos jogar bola depois do almoço").	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()
Incentiva a criança a comer, "enfeitando" a comida para torná-la mais interessante (por exemplo, fazendo figuras/desenhos com os legumes ou verduras).	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()
Faz perguntas para a criança sobre a comida, durante a refeição (por exemplo, pergunta à criança se a comida está gostosa).	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()

Pede para a criança comer, pelo menos, um pouco da comida que está no prato.	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()
Explica os benefícios da comida para que a criança coma (por exemplo, “o leite é bom para a sua saúde, porque ele vai fazer você ficar forte”).	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()
Diz algo à criança que demonstre a sua desaprovação pelo fato dela não ter comido a refeição.	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()
Permite que a criança escolha o que ela quer comer na refeição, entre os alimentos que já estão servidos.	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()
Elogia a criança quando ela come (por exemplo, “Que menino(a) legal! Você está comendo o seu feijão!”).	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()
Sugere que a criança coma, dizendo, por exemplo, “a comida está esfriando”.	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()
Apressa a criança no momento da refeição (por exemplo, fala para a criança: “Vamos mais rápido, coma logo a sua comida”).	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()
Diz para a criança que irá tirar alguma coisa dela, se ela não comer a comida (por exemplo, “Se você não comer a comida não vai brincar depois do jantar”).	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()
Diz para a criança comer algum dos alimentos que está no prato (por exemplo, “coma o macarrão”).	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()
Avisa a criança que vai tirar dela algum alimento se ela não comer a refeição (por exemplo, “Se você não comer, você não vai ganhar a sobremesa”).	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()
Diz alguma coisa positiva sobre a comida que a criança está comendo, durante a refeição (por exemplo, “como está gostoso o arroz”).	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()
Dá comida na boca da criança para que ela coma a refeição.	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()
Ajuda a criança a comer durante a refeição (por exemplo, cortando o alimento em pedaços menores).	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()
Incentiva a criança a comer usando outros alimentos como recompensa (por exemplo: “Se você comer, você vai ganhar a sobremesa”).	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()
Implora para que a criança coma a refeição.	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()

Questionário Normas Sociais

As afirmações abaixo se referem às práticas de introdução alimentar de crianças pequenas. Por favor, indique o quanto você concorda ou discorda de cada uma delas, considerando sua experiência como pai/mãe ou responsável. Utilize a escala Likert de 1 a 5: 1 = Discordo totalmente | 2 = Discordo parcialmente | 3 = Nem concordo, nem discordo | 4 = Concordo parcialmente | 5 = Concordo totalmente.

Afirmações:	Em uma escala de 1 a 5, preencha abaixo:				
A maioria dos pais que conheço oferece frutas e legumes desde o início da introdução alimentar.	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()
A maioria dos pais que conheço oferece alimentos industrializados (como bolachas, sucos de caixinha, salgadinhos) para crianças pequenas.	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()
Vejo frequentemente familiares e amigos oferecendo alimentos ultraprocessados para bebês e crianças.	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()
A maior parte dos pais que convivem comigo introduz alimentos considerados saudáveis na rotina dos filhos.	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()
Nas redes sociais que acompanho, observo que muitos pais compartilham práticas de introdução alimentar que envolvem alimentos saudáveis.	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()
Sinto que familiares e amigos esperam que eu ofereça alimentos saudáveis ao meu filho.	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()
Recebo críticas ou desaprovação quando não sigo as orientações consideradas corretas sobre alimentação infantil.	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()
Sinto pressão de pessoas próximas para oferecer determinados alimentos ao meu filho, mesmo que não sejam recomendados pelos profissionais de saúde.	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()
As pessoas ao meu redor acreditam que pais responsáveis devem evitar alimentos ultraprocessados na introdução alimentar.	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()
Os profissionais de saúde que acompanham meu filho esperam que eu siga as recomendações de alimentação saudável.	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()

APÊNDICE 3 - Termo de Consentimento do Roteiro Qualitativo

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Pesquisa: Introdução Alimentar Saudável Ou Não Saudável? Um Estudo Dos Influenciadores De Consumo Enfrentada Pelos Pais.

Pesquisadora: Thais Isidoro Gonçalves E-mail: pg405719@uem.br

Orientador: Juliano Domingues da Silva

E-mail: jdsilva2@uem.br Telefone: (44) 99709-1835

Respeitosamente, por meio do presente documento, como discente do Programa de Pós-Graduação em Administração, gostaríamos de convidá-lo(a) a participar, voluntariamente da pesquisa intitulada "Introdução Alimentar Saudável Ou Não Saudável? Um Estudo Dos Influenciadores De Consumo Enfrentada Pelos Pais" de Thais Isidoro Gonçalves, mestranda no Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá (UEM), sob orientação do Prof. Dr. Juliano Domingues da Silva. O objetivo desta pesquisa é identificar a influência dos influenciadores nas decisões parentais da introdução alimentar saudável para os filhos. Você será entrevistado(a) por meio de um roteiro semiestruturado, com perguntas gerais e específicas, elaboradas com antecedência, sobre suas vivências na universidade, seus sentimentos e percepções em relação ao ambiente universitário, e para isso deverá reservar um período de 01h30, aproximadamente

Através deste estudo, aumentaremos o conhecimento sobre as interações entre a sociedade, cultura e comportamentos parentais, a fim de promover intervenções que fortaleçam as práticas alimentares saudáveis nos primeiros anos de vida das crianças. A pesquisa, de abordagem qualitativa, é feita com mães de crianças acima de 6 meses de vida até os 7 anos. A coleta de dados acontece por meio de entrevistas semiestruturadas, em que a pesquisadora conta com um roteiro de perguntas pré-estabelecidas, mas é livre para adicionar novas perguntas, excluir ou substituir as existentes, no momento da entrevista. Com o seu consentimento, a entrevista será gravada para o registro dos dados, os quais serão fundamentais para a análise dos resultados da pesquisa. Durante as entrevistas é possível que você esteja exposto aos seguintes riscos: cansaço pelo tempo das entrevistas que terá a duração de 60 a 100 minutos; constrangimentos e também riscos emocionais e psíquicos por revisitar o passado e com isso reviver situações que mexam com os seus sentimentos tais como tristeza, saudades, alegrias. Com o objetivo de minimizar os riscos, você terá acesso às perguntas que farão parte do roteiro da pesquisa e avaliará se irá conceder a entrevistas ou não, ainda poderá escolher quais perguntas irá responder; você poderá escolher o local que irá conceder a entrevista sendo e caso sinta-se mais seguro(a) poderá estar acompanhada de pessoas da sua confiança; a pesquisadora compromete-se a conduzir as entrevistas em ambiente confortável e da sua escolha; você pode interromper as entrevistas sempre que sentir necessário; você poderá desistir de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum dano ou constrangimento; a pesquisadora se

compromete em promover momentos de descontração, com acolhimento. Você tem direito ao ressarcimento das despesas decorrentes da cooperação com a pesquisa, inclusive transporte e alimentação, se for o caso.

Durante a realização das entrevistas, os dados serão armazenados em arquivo digital, no computador da pesquisadora. Durante todo o período da pesquisa e na divulgação dos resultados, sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de alguma forma, identificá-lo, será mantido em sigilo. As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, mantendo-se o anonimato e o sigilo. Ao final da pesquisa, os dados serão descartados e as gravações serão excluídas, permanecendo apenas os registros pertinentes ao conteúdo e análise de resultados do estudo, sem identificação dos participantes. Todo material ficará sob minha guarda por um período mínimo de cinco anos.

Reiteramos seu direito de não participar, declinar a qualquer momento ou responder parcialmente. Reiteramos que os dados coletados serão divulgados de forma anônima, apenas para fins científicos, considerando o avanço teórico e empírico, sem nenhum conflito de interesse declarado pelos pesquisadores. Dessa forma, firmamos que a identidade de todos os participantes será omitida e permanecerá sob a guarda dos pesquisadores, tratada com absoluto sigilo. Afirmamos que nos responsabilizaremos diante de eventuais intercorrências no momento da pesquisa, não onerando o Sistema Único de Saúde ou planos e convênios particulares.

Por sua vez, os benefícios oferecidos pela pesquisa são coletivos, de forma que os seus resultados se relacionam à possibilidade de reflexão sobre os estilos parentais, decorrentes das perguntas da entrevista. Além disso, os resultados do trabalho podem oferecer benefícios para a sociedade, suas respostas contribuirão para a produção de conhecimento científico sobre comportamentos alimentares e normas sociais, podendo subsidiar futuras políticas públicas e ações educativas. Ressaltamos, ainda, que os participantes não receberão qualquer quantia monetária para a participação na pesquisa.

Ao concordar em participar da entrevista, você receberá uma via deste termo e será garantido o acesso aos resultados da pesquisa, quando essa for finalizada. A sua participação é voluntária e pode ser interrompida sem qualquer ônus. O objetivo final é colaborar com o progresso da ciência, além contribuir para a formação docente e para o desenvolvimento do campo empírico. Informamos, ainda, que todas as páginas deste termo devem ser rubricadas e, ao final, o termo deve ser assinado. Esclareço que em caso de recusa na participação, em qualquer etapa da pesquisa, você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável Thais Isidoro Gonçalves, via e-mail pg405719@uem.br e através do seguinte contato telefônico: (12) 98221-0669, inclusive com possibilidade de ligação a cobrar.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UEM. O Comitê Permanente de Ética em

Pesquisa envolvendo Seres Humanos (COPEP) da Universidade Estadual de Maringá é formado por um grupo de pessoas que têm por objetivo defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e assim, contribuir para que sejam seguidos padrões éticos na realização de pesquisas. Seguem os contatos do Comitê: Av. Colombo, 5.790, PPG, sala 4, CEP 87020-900, Maringá-Pr, pelo telefone (44) 3311-4597 e pelo e-mail: copep@uem.br, o COPEP disponibiliza atendimento de 2ª a 6ª feira das 13h30 às 17h30. O atendimento ocorrerá preferencialmente por telefone ou e-mail. Para atendimento presencial, o COPEP solicita a gentileza de agendar horário, a fim de evitar aglomerações. O COPEP é a instância responsável por dirimir as dúvidas relacionadas ao caráter ético da pesquisa. O Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (COPEP-UEM) é independente, com função pública, de caráter consultivo, educativo e deliberativo, criado para proteger o bem-estar dos/das participantes da pesquisa, em sua integridade e dignidade, visando contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos vigentes.

Para condução da entrevista é necessário o seu consentimento para utilização de um gravador, faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

- Permito a utilização de gravador durante a entrevista.
- Não permito a utilização de gravador durante a entrevista.

As gravações serão utilizadas na transcrição e análise dos dados, sendo resguardado o seu direito de ler e aprovar as transcrições. Pode haver necessidade de utilizarmos sua voz em publicações. Faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

- Autorizo o uso de minha voz em publicações.
- Não autorizo o uso de minha voz em publicações.

Pode haver também a necessidade de utilizarmos sua opinião em publicações, faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

- Permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.
- Não permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.

Pode haver também a necessidade de utilizarmos sua imagem em publicações, faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

- Permito a divulgação da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa.
- Não Permito a divulgação da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa.

Pode haver necessidade de dados coletados em pesquisas futuras, desde que seja feita nova avaliação pelo COPEP/UEM. Assim, solicito a sua autorização, validando a sua decisão com uma rubrica entre os parênteses abaixo:

- Permito utilizar esses dados para pesquisas futuras.

() Não permito utilizar esses dados para pesquisas futuras.

Declaro que os resultados da pesquisa serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não.

1.2 Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu,, abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “Introdução Alimentar Saudável Ou Não Saudável? Um Estudo Dos Influenciadores De Consumo Enfrentada Pelos Pais”. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora responsável, Thais Isidoro Gonçalves, sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Maringá, de de 2025.

Assinatura por extenso do(a) participante

Assinatura por extenso do(a) pesquisador(a) responsável

Assinatura por extenso do(a) professor(a) orientador(a) responsável

APÊNDICE 4 - Roteiro Qualitativo

1. Para começarmos, você poderia me contar um pouco sobre você e sua família?
-Qual a idade da(s) sua(s) criança(s) e como é a rotina alimentar dela(s) no dia a dia?
-Quem costuma decidir o que a criança vai comer? Essa decisão é compartilhada com alguém?

Bloco de Práticas Alimentares e Estilos Parentais

2. Como você costuma lidar com a alimentação da criança quando ela recusa algum alimento?
3. O que você faz quando a criança pede alimentos que você considera não saudáveis?
4. Você costuma estabelecer regras sobre horários, quantidade ou tipos de alimentos? Como essas regras funcionam?
5. Na sua percepção, você se considera mais flexível ou mais rigoroso(a) com a alimentação da criança? Por quê?
6. Você costuma conversar ou explicar para a criança sobre os alimentos que ela consome?

Bloco de Normas Sociais Injuntivas

7. Você sente que existe uma expectativa das pessoas sobre como você deveria alimentar seu filho(a)?
8. Quem são as pessoas que mais opinam ou influenciam essas expectativas? (familiares, profissionais de saúde, escola, redes sociais, outros pais)
9. Alguma vez você já se sentiu julgado(a) ou cobrado(a) pelas escolhas alimentares do seu filho(a)? Pode me contar como foi?
10. Essas opiniões externas costumam influenciar suas decisões? De que forma?
11. Quais pressões externas você percebe em relação às escolhas alimentares da criança? Essas pressões vêm mais da família, de profissionais, da escola ou da sociedade em geral?
12. Como essas expectativas externas influenciam suas decisões como responsável pela alimentação?

Bloco Normas Sociais Descritivas

13. Ao observar outras famílias, você percebe a existência de um padrão dominante de alimentação infantil?

14. Você acha que a maioria dos pais alimenta os filhos de forma parecida com você ou diferente? Em quê?
15. Já aconteceu de você mudar alguma prática alimentar por perceber que “todo mundo faz assim”? ou Esses padrões influenciam suas escolhas por parecerem mais aceitos ou comuns?
16. Em redes sociais ou grupos de pais, você sente que existe um padrão de comportamento alimentar que acaba sendo seguido?

Bloco de Redes Sociais e Mercado

17. Referente ao consumo e influência:
 - Como ações de marketing, publicidade e presença de marcas influenciam as decisões alimentares da sua família?
 - Você já comprou ou ofereceu algum alimento por influência de propagandas ou indicações online?
 - Como você avalia a presença de alimentos ultraprocessados no cotidiano infantil hoje?
 - Você percebe estratégias de mercado voltadas ao público infantil ou aos pais? Como reage a elas?

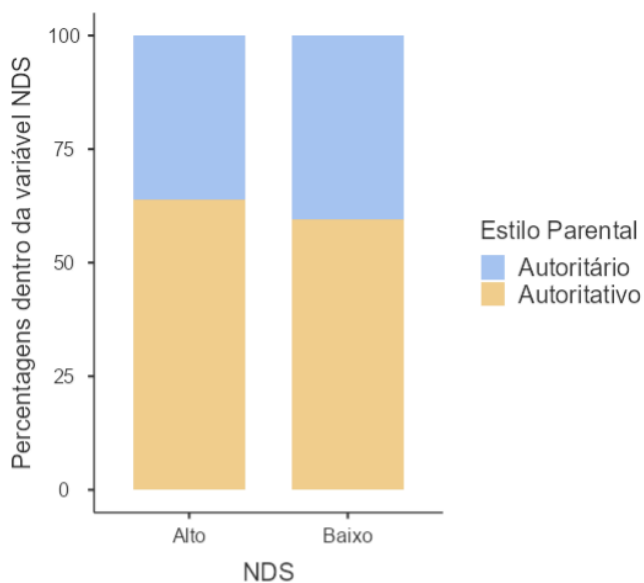
Bloco de Encerramento

18. Referente aos conflitos diários:
 - Quando há conflito entre o que você considera ideal e o que é mais prático ou socialmente aceito, como você toma a decisão final?
 - Quais fatores costumam pesar mais na decisão: custo, conveniência, aceitação social ou convicções pessoais?
 - Você sente que, com o tempo, suas decisões alimentares ficaram mais fáceis ou mais difíceis?
19. Encerramento e reflexão:
 - Na sua opinião, o que mais influencia a alimentação das crianças hoje: os pais, a família, a sociedade ou a mídia?
 - Existe algo sobre a alimentação do seu filho(a) que você gostaria de fazer diferente, mas sente dificuldade?
 - Gostaria de acrescentar algo que considere importante e que não foi abordado?
20. Perfil
 - Qual sua idade?
 - Escolaridade?
 - Estado Civil?
 - Qual a renda familiar mensal?

APÊNDICE 5 - Gráficos e Tabelas

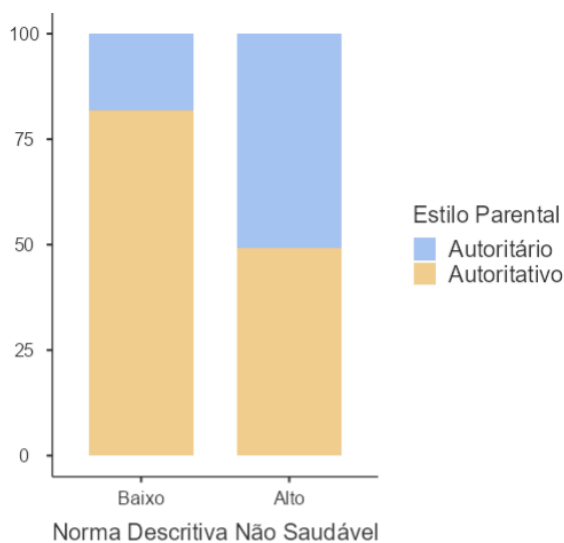
Abaixo encontram-se os gráficos e tabelas do teste qui-quadrado dos pares dos estilos parentais e normas sociais saudáveis e não saudáveis com a finalidade de comprovar que apresentam-se significantes ou não significantes.

1. Estilo Autoritário x Estilo Autoritativo



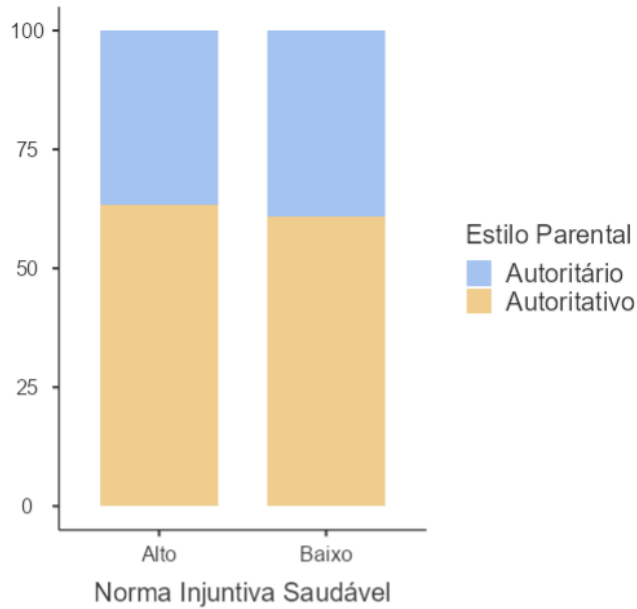
Estilo Parental		Norma Descritiva Saudável		
		Alto	Baixo	Total
Autoritário	Observado	26	15	41
	% em coluna	36%	41%	38%
Autoritativo	Observado	46	22	68
	% em coluna	64%	59%	62%
Total	Observado	72	37	109
	% em coluna	100%	100%	100%

Testes χ^2			
	Valor	gl	p
χ^2	0.20	1	0,651
N	109		



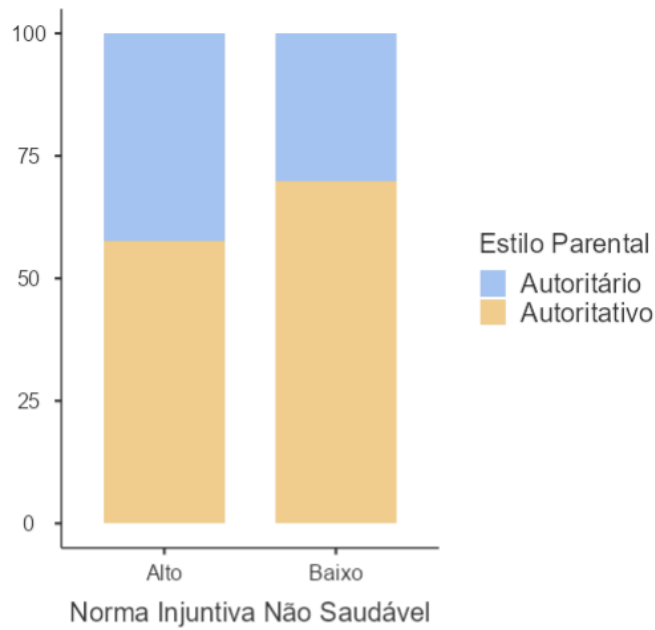
Estilo Parental		Norma Descritiva Não Saudável		
		Baixo	Alto	Total
Autoritário	Observado	8	33	41
	% em coluna	18%	51%	38%
Autoritativo	Observado	36	32	68
	% em coluna	82%	49%	62%
Total	Observado	44	65	109
	% em coluna	100%	100%	100%

Testes χ^2			
	Valor	gl	p
χ^2	11.87	1	<.001
N	109		



Estilo Parental		Norma Injuntiva Saudável		
		Alto	Baixo	Total
Autoritário	Observado	25	16	41
	% em coluna	37%	39%	38%
Autoritativo	Observado	43	25	68
	% em coluna	63%	61%	62%
Total	Observado	68	41	109
	% em coluna	100%	100%	100%

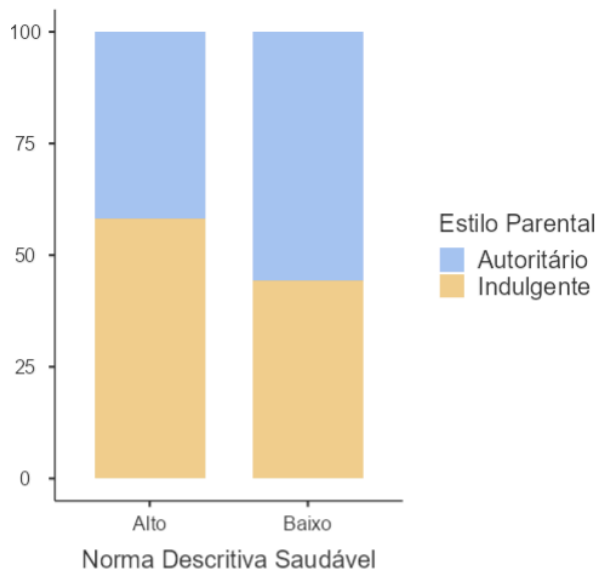
Testes χ^2			
	Valor	gl	p
χ^2	0.06	1	0,813
N	109		



Estilo Parental		Norma Injuntiva Não Saudável		
		Alto	Baixo	Total
Autoritário	Observado	28	13	41
	% em coluna	42%	30%	38%
Autoritativo	Observado	38	30	68
	% em coluna	58%	70%	62%
Total	Observado	66	43	109
	% em coluna	100%	100%	100%

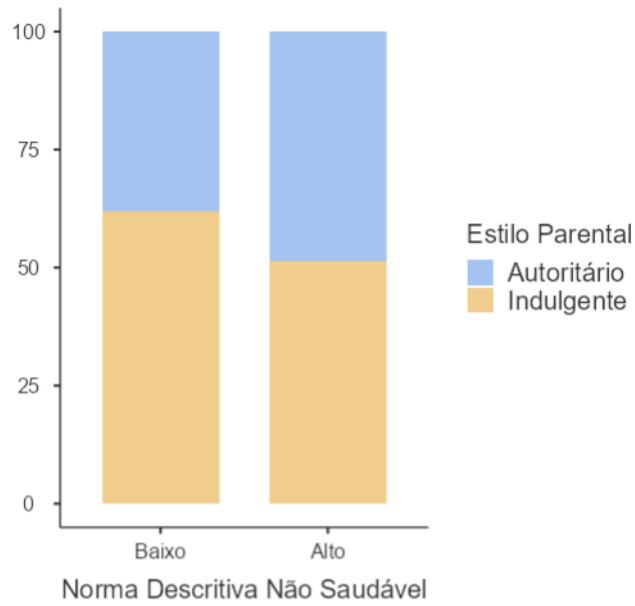
Testes χ^2			
	Valor	gl	p
χ^2	1.65	1	0,199
N	109		

2. Estilo Autoritário x Estilo Indulgente



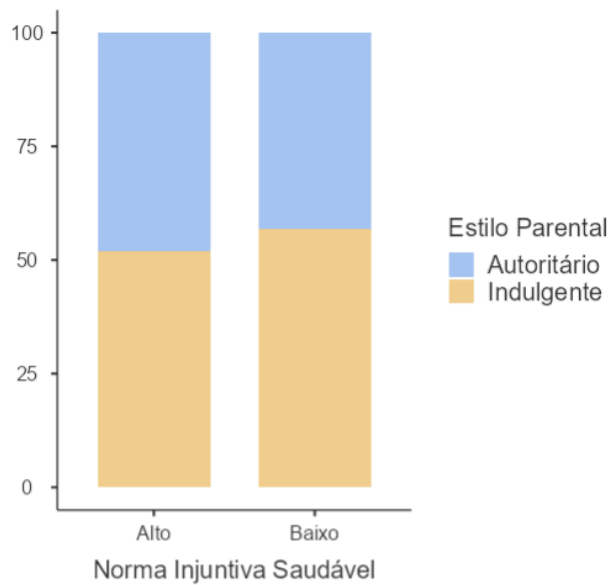
Estilo Parental		Norma Descritiva Saudável		
		Alto	Baixo	Total
Autoritário	Observado	26	15	41
	% em coluna	42%	56%	46%
Indulgente	Observado	36	12	48
	% em coluna	58%	44%	54%
Total	Observado	62	27	89
	% em coluna	100%	100%	100%

Testes χ^2			
	Valor	gl	p
χ^2	1.40	1	236
N	89		



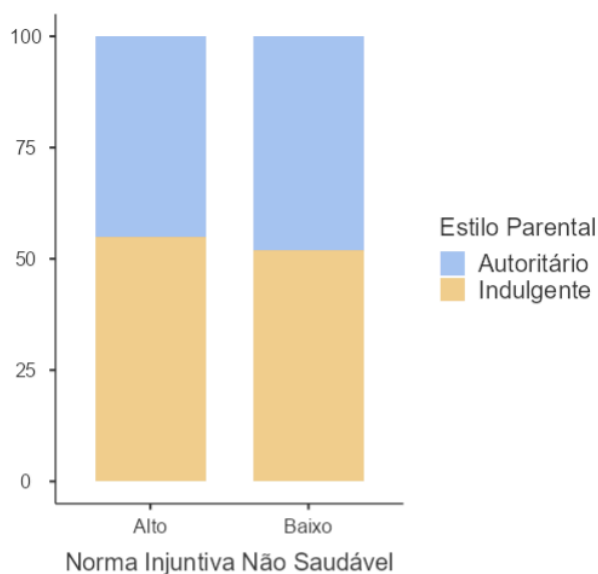
Estilo Parental		Norma Descritiva Não Saudável		
		Baixo	Alto	Total
Autoritário	Observado	8	33	41
	% em coluna	38%	49%	46%
Indulgente	Observado	13	35	48
	% em coluna	62%	51%	54%
Total	Observado	21	68	89
	% em coluna	100%	100%	100%

Testes χ^2			
	Valor	gl	p
χ^2	0.70	1	402
N	89		



Estilo Parental		Norma Injuntiva Saudável		
		Alto	Baixo	Total
Autoritário	Observado	25	16	41
	% em coluna	48%	43%	46%
Indulgente	Observado	27	21	48
	% em coluna	52%	57%	54%
Total	Observado	52	37	89
	% em coluna	100%	100%	100%

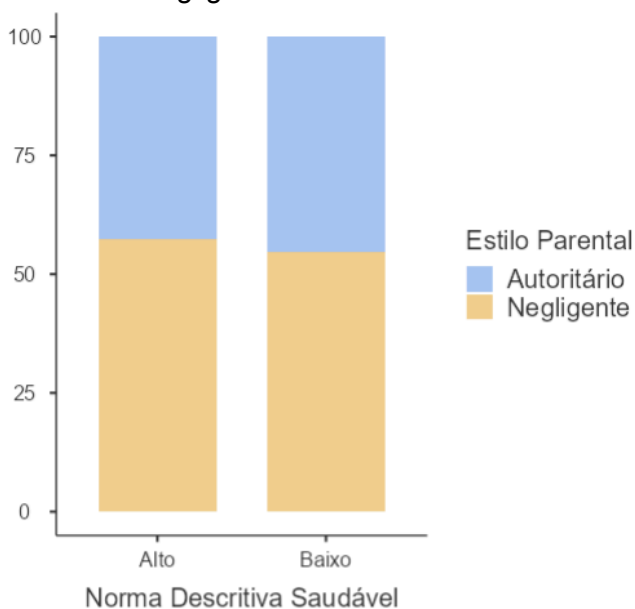
Testes χ^2			
	Valor	gl	p
χ^2	0.20	1	652
N	89		



Estilo Parental		Norma Injuntiva Não Saudável		Total
		Alto	Baixo	
Autoritário	Observado	28	13	41
	% em coluna	45%	48%	46%
Indulgente	Observado	34	14	48
	% em coluna	55%	52%	54%
Total	Observado	62	27	89
	% em coluna	100%	100%	100%

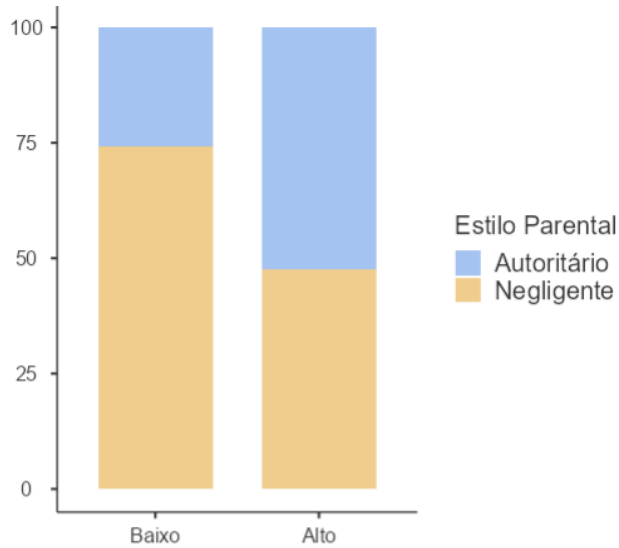
Testes χ^2			
	Valor	gl	p
χ^2	0.07	1	795
N	89		

3. Estilo Autoritário x Estilo Negligente



Estilo Parental		Norma Descritiva Saudável		Total
		Alto	Baixo	
Autoritário	Observado	26	15	41
	% em coluna	43%	45%	44%
Negligente	Observado	35	18	53
	% em coluna	57%	55%	56%
Total	Observado	61	33	94
	% em coluna	100%	100%	100%

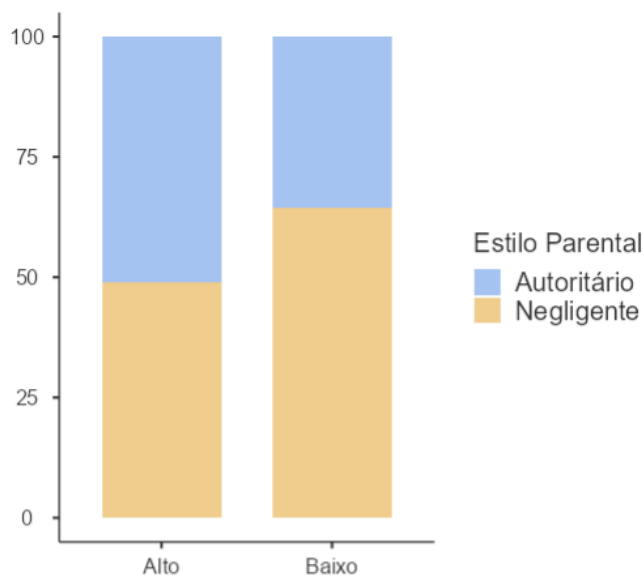
Testes χ^2			
	Valor	gl	p
χ^2	0.07	1	0,792
N	94		



Norma Descritiva Não Saudável

Estilo Parental		Baixo	Alto	Total
Autoritário	Observado	8	33	41
	% em coluna	26%	52%	44%
Negligente	Observado	23	30	53
	% em coluna	74%	48%	56%
Total	Observado	31	63	94
	% em coluna	100%	100%	100%

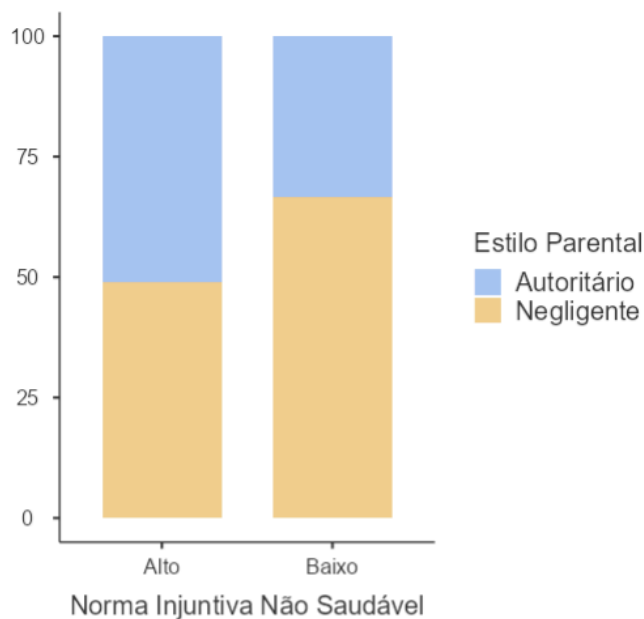
Testes χ^2			
	Valor	gl	p
χ^2	5.97	1	0,015
N	94		



Norma Injuntiva Saudável

Estilo Parental		Alto	Baixo	Total
Autoritário	Observado	25	16	41
	% em coluna	51%	36%	44%
Negligente	Observado	24	29	53
	% em coluna	49%	64%	56%
Total	Observado	49	45	94
	% em coluna	100%	100%	100%

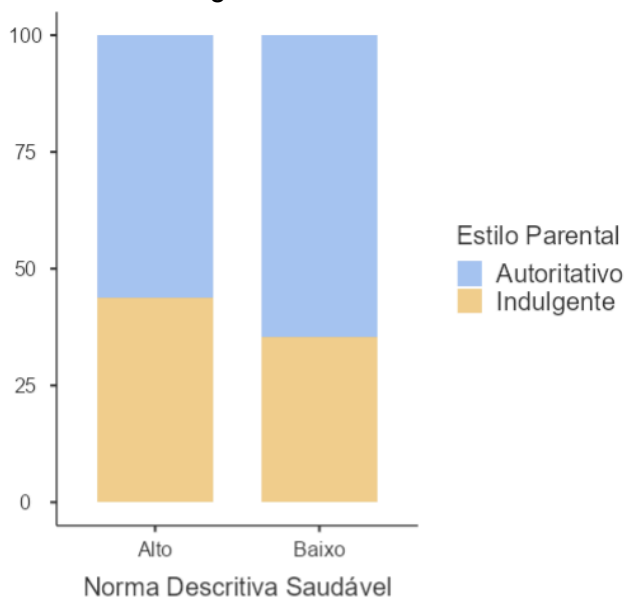
Testes χ^2			
	Valor	gl	p
χ^2	2.28	1	0,131
N	94		



Estilo Parental		Norma Injuntiva Não Saudável		
		Alto	Baixo	Total
Autoritário	Observado	28	13	41
	% em coluna	51%	33%	44%
Negligente	Observado	27	26	53
	% em coluna	49%	67%	56%
Total	Observado	55	39	94
	% em coluna	100%	100%	100%

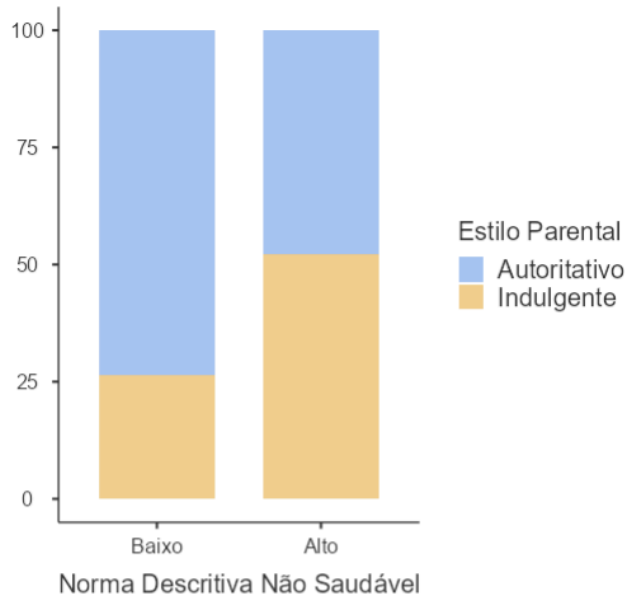
Testes χ^2			
	Valor	gl	p
χ^2	2.87	1	0,090
N	94		

4. Estilo Autoritativo x Estilo Indulgente



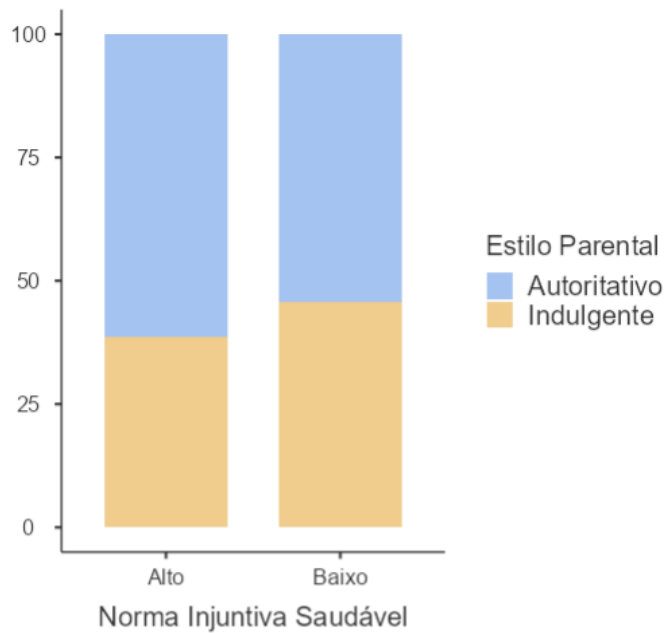
Estilo Parental		Norma Descritiva Saudável		
		Alto	Baixo	Total
Autoritativo	Observado	46	22	68
	% em coluna	56%	65%	59%
Indulgente	Observado	36	12	48
	% em coluna	44%	35%	41%
Total	Observado	82	34	116
	% em coluna	100%	100%	100%

Testes χ^2			
	Valor	gl	p
χ^2	0.73	1	0,392
N	116		



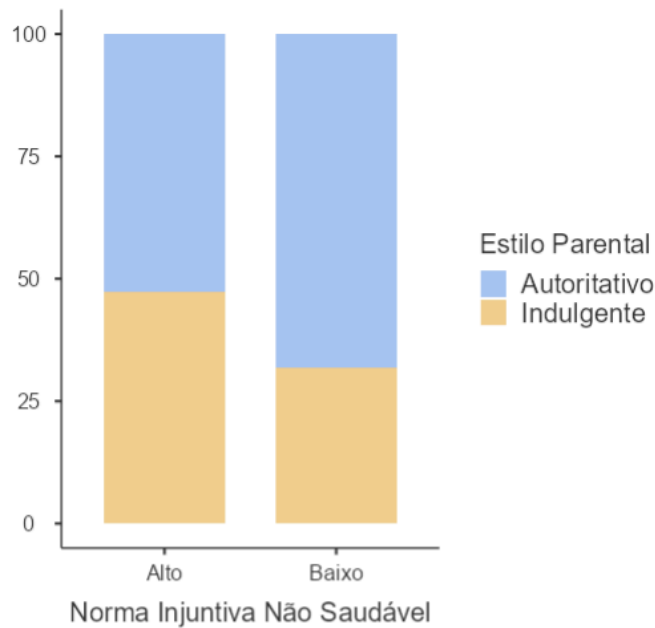
Estilo Parental		Norma Descritiva Não Saudável		Total
		Baixo	Alto	
Autoritativo	Observado	36	32	68
	% em coluna	73%	48%	59%
Indulgente	Observado	13	35	48
	% em coluna	27%	52%	41%
Total	Observado	49	67	116
	% em coluna	100%	100%	100%

Testes χ^2			
	Valor	gl	p
χ^2	7.71	1	0,005
N	116		



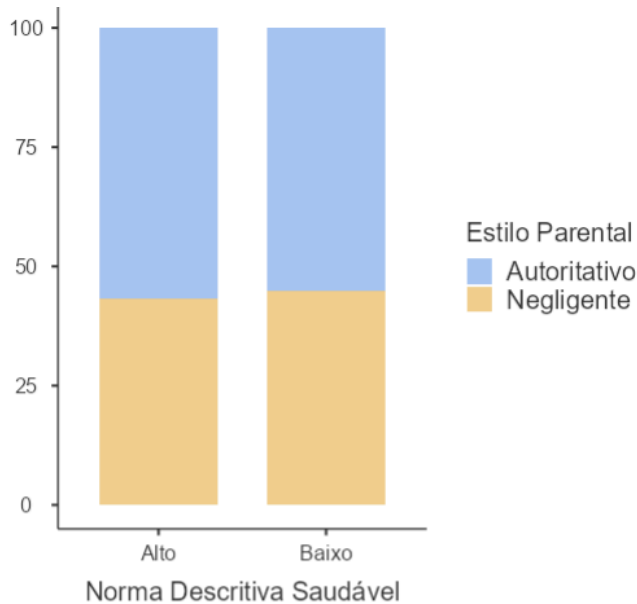
Estilo Parental		Norma Injuntiva Saudável		Total
		Alto	Baixo	
Autoritativo	Observado	43	25	68
	% em coluna	61%	54%	59%
Indulgente	Observado	27	21	48
	% em coluna	39%	46%	41%
Total	Observado	70	46	116
	% em coluna	100%	100%	100%

Testes χ^2			
	Valor	gl	p
χ^2	0.57	1	0,449
N	116		



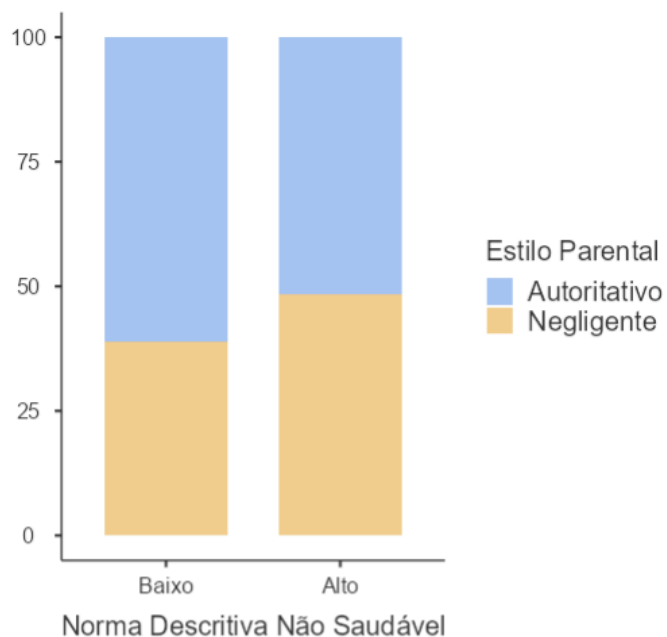
Estilo Parental		Norma Injuntiva Não Saudável		
		Alto	Baixo	Total
Autoritativo	Observado	38	30	68
	% em coluna	53%	68%	59%
Indulgente	Observado	34	14	48
	% em coluna	47%	32%	41%
Total	Observado	72	44	116
	% em coluna	100%	100%	100%

Testes χ^2			
	Valor	gl	p
χ^2	2.67	1	0,102
N	116		



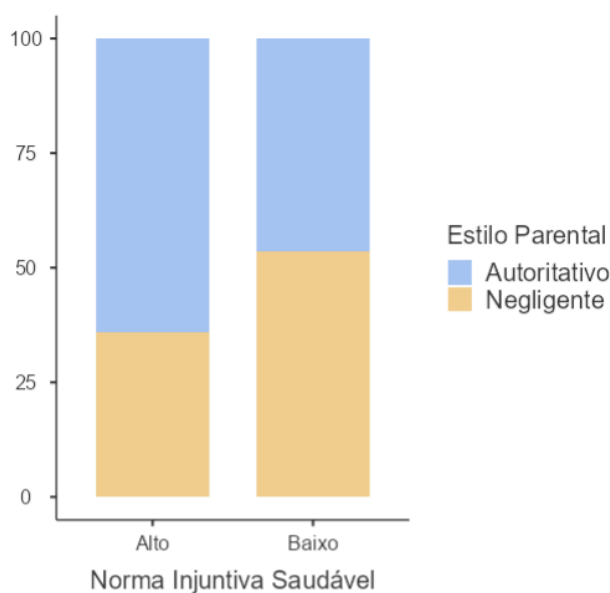
Estilo Parental		Norma Descritiva Saudável		
		Alto	Baixo	Total
Autoritativo	Observado	46	22	68
	% em coluna	57%	55%	56%
Negligente	Observado	35	18	53
	% em coluna	43%	45%	44%
Total	Observado	81	40	121
	% em coluna	100%	100%	100%

Testes χ^2			
	Valor	gl	p
χ^2	0.03	1	0,852
N	121		



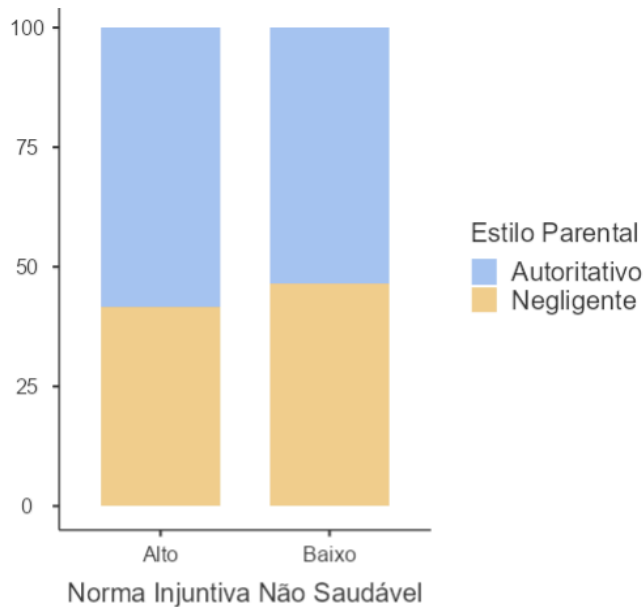
Estilo Parental		Norma Descritiva Não Saudável		
		Baixo	Alto	Total
Autoritativo	Observado	36	32	68
	% em coluna	61%	52%	56%
Negligente	Observado	23	30	53
	% em coluna	39%	48%	44%
Total	Observado	59	62	121
	% em coluna	100%	100%	100%

Testes χ^2			
	Valor	gl	p
χ^2	1,09	1	0,297
N	121		



Estilo Parental		Norma Injuntiva Saudável		
		Alto	Baixo	Total
Autoritativo	Observado	43	25	68
	% em coluna	64%	46%	56%
Negligente	Observado	24	29	53
	% em coluna	36%	54%	44%
Total	Observado	67	54	121
	% em coluna	100%	100%	100%

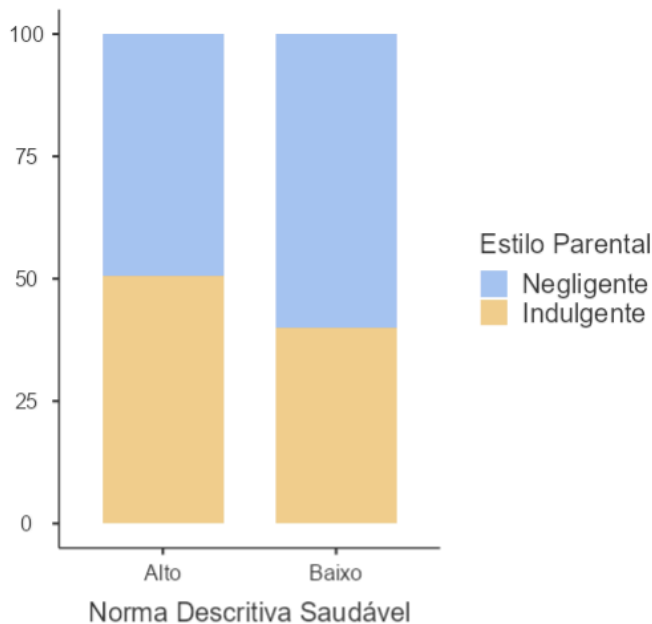
Testes χ^2			
	Valor	gl	p
χ^2	3,88	1	0,049
N	121		



Estilo Parental		Norma Injuntiva Não Saudável		
		Alto	Baixo	Total
Autoritativo	Observado	38	30	68
	% em coluna	58%	54%	56%
Negligente	Observado	27	26	53
	% em coluna	42%	46%	44%
Total	Observado	65	56	121
	% em coluna	100%	100%	100%

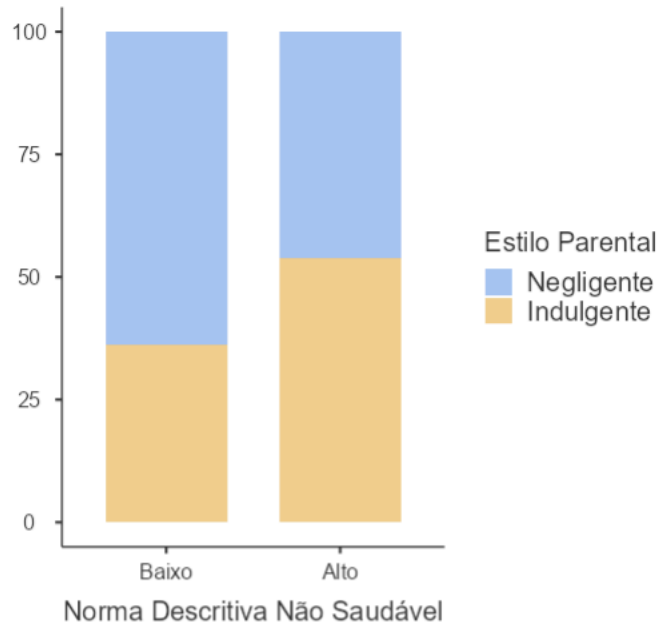
Testes χ^2			
	Valor	gl	p
χ^2	0,29	1	0,589
N	121		

5. Estilo Indulgente x Estilo Negligente



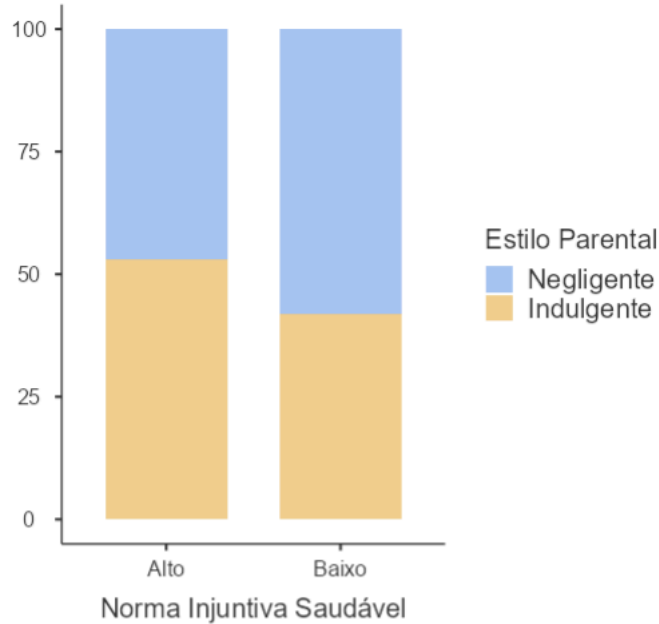
Estilo Parental		Norma Descritiva Saudável		
		Alto	Baixo	Total
Negligente	Observado	35	18	53
	% em coluna	49%	60%	52%
Indulgente	Observado	36	12	48
	% em coluna	51%	40%	48%
Total	Observado	71	30	101
	% em coluna	100%	100%	100%

Testes χ^2			
	Valor	gl	p
χ^2	0,97	1	0,325
N	101		



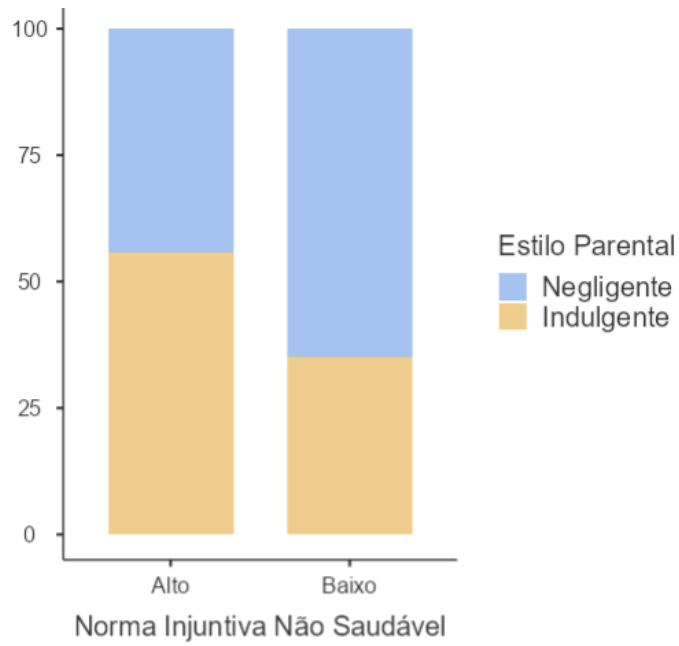
Estilo Parental		Norma Descritiva Não Saudável		Total
		Baixo	Alto	
Negligente	Observado	23	30	53
	% em coluna	64%	46%	52%
Indulgente	Observado	13	35	48
	% em coluna	36%	54%	48%
Total	Observado	36	65	101
	% em coluna	100%	100%	100%

Testes χ^2			
	Valor	gl	p
χ^2	2.92	1	0,087
N	101		



Estilo Parental		Norma Injuntiva Saudável		Total
		Alto	Baixo	
Negligente	Observado	24	29	53
	% em coluna	47%	58%	52%
Indulgente	Observado	27	21	48
	% em coluna	53%	42%	48%
Total	Observado	51	50	101
	% em coluna	100%	100%	100%

Testes χ^2			
	Valor	gl	p
χ^2	1.21	1	0,271
N	101		



Estilo Parental		Norma Injuntiva Não Saudável			Total	Testes χ^2											
		Alto	Baixo	Total													
Negligente	Observado	27	26	53	<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Valor</th> <th>gl</th> <th>p</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>χ^2</td> <td>4.17</td> <td>1</td> <td>0,041</td> </tr> <tr> <td>N</td> <td>101</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>		Valor	gl	p	χ^2	4.17	1	0,041	N	101		
		Valor	gl	p													
χ^2	4.17	1	0,041														
N	101																
% em coluna	44%	65%	52%														
Indulgente	Observado	34	14	48													
	% em coluna	56%	35%	48%													
Total	Observado	61	40	101													
	% em coluna	100%	100%	100%													